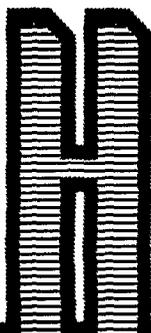




DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV — Nº 28

QUINTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1990

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 29ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE ABRIL DE 1990

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE
- 1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO RUY NEDEL — Palestra proferida por S. Ex^a no Centro da Indústria de Cachoeirinha — RS, de análise do Plano Collor.

DEPUTADO PAULO RAMOS — Supressão do texto da Constituição dos dispositivos que tratam de medida provisória.

DEPUTADO EDUARDO JORGE — Posicionamento de S. Ex^a em relação ao uso da mistura álcool-metanol em face da alteração e comprometimento da saúde dos trabalhadores frentistas.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES — Instituição do “Ano Nacional da Conservação do Solo”. Presença do Ministro Ozires Silva na Câmara dos Deputados. Reparos à referência feita a S. Ex^a pelo Governador Hélio Gueiros, do Pará

DEPUTADO ABIGAIL FEITOSA — Repasse de recursos para o Estado da Bahia, pelo Governo Federal.

DEPUTADO VIRGILDÁSIO DE SENNA — Fechamento de agências do Banco do Estado da Bahia — BANEH.

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Privilégios na área de exportação da Trading Company Cotia

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Adoção das medidas para retomada do crescimento industrial.

DEPUTADO AMAURY MULLER — Concessão de privilégios condenáveis na administração Collor de Mello.

DEPUTADO MANUEL DOMINGOS — O papel reservado ao Congresso Nacional diante do Plano Collor.

DEPUTADO ANTONIO DE JESUS — Sequestro do empresário Odilon Santos.

DEPUTADO ITURIVAL NASCIMENTO — Atuação do Sr. Janildes de Souza Fernandes à Frente do Banco do Estado de Goiás.

DEPUTADO SÉRGIO SPADA — Administração do Sr. Ney Braga, Diretor-Presidente da Itaipu Binacional.

DEPUTADO NELTON FRIEDRICH — Apoio às preocupações do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná referentes à questão salarial, à poupança e às privatizações no Plano Collor. Apelo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná no sentido da liberação dos recursos bloqueados pelo Plano Collor.

DEPUTADO PAULO MACARINI — Liberação, pelo Governo Federal, de recursos para o setor da construção civil.

DEPUTADO HERMES ZANETI — Visita de S. Ex^a à AHSUL — Administração das Hidrovias do Sul.

DEPUTADO ANTONIO LUIZ MAYA — Recuperação imediata das rodovias federais e em particular a BR-153.

DEPUTADO CESAR MAIA — Artigo de S. Ex^a, a veiculado na “Folha de

S. Paulo”, de apreciação do primeiro mês do Plano Brasil Novo.

DEPUTADO FÁBIO RAUNHEITTI — Direcionamento de recursos para investimentos produtivos.

DEPUTADO ARNALDO MORAES — Resposta ao discurso do Sr. Asdrubal Bentes.

DEPUTADO MAURO MIRANDA — Sequestro do empresário Odilon Santos.

DEPUTADO FÉRES NADER — 198 anos da morte de Joaquim José da Silva Xavier.

DEPUTADO DARCY DEITOS — Movimento grevista dos professores da rede estadual de ensino do Paraná.

DEPUTADO EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS — A questão da dívida externa no Plano Brasil Novo.

DEPUTADO CARLOS VINAGRE — Posição de S. Ex^a em relação ao Plano Collor.

DEPUTADO ROBERTO D’AVILA — Posição do PDT com respeito à privatização indiscriminada de empresas públicas.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Informações prestadas pelo Ministro Ozires Silva, na Comissão de Transportes da Câmara, concernentes à duplicação de trecho da BR-116, à isenção de IPI para compra de ônibus urbanos e à anistia de funcionários que menciona.

DEPUTADO ADEMIR ANDRADE — Problemas fundiários do País

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem, 2 200-exemplares.

DEPUTADO EVALDO GONÇALVES — Relatório de visitas feitas por S. Ex.ª a Municípios paraibanos.

DEPUTADO JOSÉ DUTRA — Nomeação do Dr. Egberto Baústa para o cargo de Secretário do Desenvolvimento Regional.

DEPUTADO JOSÉ MARIA EYMAEL — Pedido de fiscalização e controle realizados aos atos praticados pelo ex-Presidente do Banco Central, Dr. Fernando Carlos Botelho Bracher, na liquidação extrajudicial do Banco Auxiliar.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Carência de serviços essenciais no Município de Itaituba — PA.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA, como Líder — Disposição do atual Governo de encaminhar o processo de implantação do regime parlamentar de governo. Êxito parlamentar obtido pelo Governo para executar ser Plano Econômico.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO, como Líder — Análise das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. Entrevista do Secretário de Administração Federal João Santana publicada na revista *Veja*.

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO, como Líder — Plano de estabilização econômica do Governo.

DEPUTADO FLORESTAN FERREIRAS, como Líder — Tema trabalho pelo Sr. Ibsen Pinheiro que o antecedeu na tribuna.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

Referente a inclusão na pauta da presente sessão das Medidas Provisórias n.ºs 170, 172 e 173, uma vez que o prazo para o Congresso Nacional apreciá-las termina hoje.

Designação da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a seguinte medida provisória, editada pelo Senhor Presidente da República, e fixação de calendário para tramitação da matéria

Medida Provisória n.º 177/90, que dispõe sobre a gestão e operação do Fundo

de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências

ORDEM DO DIA

Medida Provisória n.º 170, de 17 de março de 1990, que altera a redação do art. 5.º da Lei n.º 7 800, de 10 de julho de 1989 e dá outras providências **Aprovado**, na Câmara dos Deputados nos termos do Projeto de Lei de Conversão n.º 018/90, ficando sua votação adiada no Senado, por falta de **quorum**, após usarem da palavra os Srs. José Genoíno, José Ignacio Ferreira, Edmilson Valentim, Arnaldo Faria de Sá, Bocaiúva Cunha e Humberto Souto

Medida Provisória n.º 172, de 17 de março de 1990, que altera a Medida Provisória n.º 168, de 15 de março de 1990, que instituiu o cruzeiro e dispôs sobre a liquidez dos ativos financeiros, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Medida Provisória n.º 173, de 18 de março de 1990, que dispõe sobre a não concessão de medida liminar em mandados de segurança e em ações ordinárias e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Medida provisória n.º 174, de 23 de março de 1990, que modifica os arts. 11, 12, 13 e 18 da Medida Provisória n.º 168, de 15 de março de 1990. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Medida Provisória n.º 175, de 27 de março de 1990, que declara nulas e de nenhuma eficácia as Medidas Provisórias n.ºs 153 e 156, ambas de 15 de março de 1990, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 56, de 1989 (n.º 3 362/89 na origem), que "concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento". **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 58, de 1989 — Complementar (Projeto de Lei Complementar n.º 118/89, na origem), que estabelece nor-

mas sobre a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente às exportações". **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1989 (n.º 1.485/89, na origem), que "altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências". **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei n.º 74, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28 735 088,00 para fins que especifica". **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1989 (n.º 3.931/89, na Câmara dos Deputados), que "institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva e dá outras providências". **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão n.º 32, de 1989, que prorroga o prazo previsto no art. 1.º da Lei n.º 7 770, de 11 de maio de 1989". **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 92, de 1989 (n.º 991/88, na origem), que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências". **Apreciação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 29ª Sessão Conjunta, em 18 de Abril de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Nelson Carneiro

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aluízio Bezerra — Leopoldo Peres — Aureo Mello — Odacir Soares — Olavo Pires — João Menezes — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lôbão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Ramundo Lyra — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Juataty Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Matta Machado — Alfredo Campos — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Afonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — José Paulo Bisol — José Fogaça.

E OS SRS. DEPUTADOS.

Acre

Alécio Dias — PFL; José Melo — PMDB

Amazonas

Carrel Benevides — PTB; Eunice Michiles — PDC; Ézio Ferreira — PFL; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PST; Sadie Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB; Assis Canuto — PL; Francisco Sales — PRN; José Guedes — PSDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Aloysio Chaves — PFL; Amílcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Benedicto Monteiro — PTB; Carlos Vinagre — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Eltel Rodrigues — PMDB; Fausto Fernandes — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PMDB; Paulo Roberto — PL.

Tocantins

Edmundo Galdino — PSDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior —

PRN; Moisés Avelino — PMDB; Paulo Mourão — PDC; Paulo Sidnei — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Eliézer Moreira — PFL; Eurico Ribeiro — PRN; Haroldo Sabóia — PMDB; José Carlos Sabóia — PSB.

Piauí

Felipe Mendes — PDS, Jesualdo Cavalcanti — PFL; José Luiz Maia — PDS; Manuel Domingos — PC do B; Paes Landim — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Bezerra de Melo — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PSD; Expedito Machado — PMDB; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; Luiz Marques — PFL; Mauro Sampaio — PMDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PDT; Paes de Andrade — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PRN; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PTR; Marcos Formiga — PST Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Evaldo Gonçalves — PFL; Francisco Rolim — PSC; José Maranhão — PMDB.

Pernambuco

Artur de Lima Cavalcanti — PDT; Cristina Tavares — PSDB; Egídio Ferreira Lima — PSDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Gonzaga Patriota — PDT; Horácio Ferraz — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; José Jorge — PFL; José Tinoco — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — PFL, Paulo Marques — PFL; Ricardo Fiuza — PFL; Salatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — PFL; Geraldo Bulhões — PRN; José Costa — PSDB; Roberto Torres — PTB.

Sergipe

Acival Gomes — PSDB; Bosco França — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL; Leopoldo Souza — PMDB.

Bahia

Abigail Fentosa — PSB, Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL, Carlos Snt'Anna — PMDB, Celso Dourado — PSDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB, Francisco Benjamim — PFL; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Carneiro — PFL; João Alves — PFL; João Carlos Bacelar — PMDB; Jorge Hage — PSDB; Jorge Vianna — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL, Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PFL; Prisco Vianna — PMDB; Virgildásio de Senna — PSDB; Waldeck Ornelas — PFL.

Espirito Santo

Lezio Sahtler — PSDB; Lurdinha Savignon — PT; Nyder Barbosa — PMDB; Rita Camata — PMDB; Rose de Freitas — PSDB.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PL, Amaral Netto — PDS; Anna Maria Rattes — PSDB, Arolde de Oliveira — PFL, Benedita da Silva — PT; Bocayuva Cunha — PDT; César Maia — PDT; Daso Coimbra — PRN; Doutel de Andrade — PDT; Edésio Frias — PDT; Edmilson Valentim — PC do B; Ernani Boldrim — PMDB; Fábio Raunheitti — PTB, Feres Nader — PTB, Francisco Dornelles — PFL; Jayme Campos — PRN; José Carlos Coutinho — PDT; José Luz de Sá — PL; Lysâneas Maciel — PDT; Márcio Braga — PDT; Messias Soares — PFL; Miro Teixeira — PDT; Osmar Leitão — PFL; Osvaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PDT; Roberto Augusto — PTB; Roberto Jefferson — PTB; Sandra Cavalcanti — PFL; Sérgio Carvalho — PDT; Simão Sessim — PFL; Sotero Cunha — PDC; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Alysson Pauhneli — PFL; Carlos Cotta — PSDB; Célio de Castro — PSDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dálton Canabrava — PMDB; Elias Murad — PSDB; Hélio Costa — PRN; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; José da Conceição — PMDB; José Geraldo — PL; Leopoldo Besone — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PRN; Roberto Vital — PRN; Ronaro Corrêa — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Werneck — PL; Virgílio Guimarães — PT.

São Paulo

Afif Domingos — PL; Airton Sandoval — PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame —

PSDB; Aristides Cunha — PDC; Arnaldo Faria de Sá — PRN; Caio Pompeu de Toledo — PSDB; Cardoso Alves — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Jorge — PT; Farabulini Júnior — PTB; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Gumerindo Milhomem — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; José Camargo — PFL; José Egreja — PTB; José Genoíno — PT; Koyu Iha — PSDB; Leonel Júlio — PPB; Manoel Moreira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Sólon Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Délio Braz — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jales Fontoura — PFL; João Natal — PMDB; José Freire — PMDB; José Gomes — PRN; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Tarzan de Castro — PDT.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Jofran Frejat — PFL; Márcia Kubitschek — PRN; Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PTB.

Mato Grosso

Antero de Barros — PT; Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Osvaldo Sobrinho — PTB; Rodrigues Palma — PTB; Ubiratan Spinelli — PLP.

Mato Grosso do Sul

Rosário Congro Neto — PSDB; Saulo Queiroz — PSDB.

Paraná

Alarico Abib — PMDB; Darcy Deitos — PSDB; Euclides Scalco — PSDB; Hélio Duque — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Nelson Friedrich — PDT; Renato Johnson — PRN; Sérgio Spada — PMDB; Tadeu França — PDT

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Henrique Córdova — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Paulo Macarini — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Muller — PDT; Arnaldo Prieto — PFL; Erico Pegoraro — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PSDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PTB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Os-

valdo Bender — PDS; Paulo Mincarone — PTB; Ruy Nedel — PSDB; Telmo Kirst — PDS; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — FL;

Roraima

Chagas Duarte — PDT; Marluce Pinto — PTB; Mozarildo Cavalcante — PFL; Otomar Pinto — PDC.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 269 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Congressista Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL (PSDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, tive o prazer de ser convidado para proferir palestra no Centro da Indústria de Cachoeirinha, importante pólo industrial da Grande Porto Alegre. A palestra foi seguida de um dia de debates — anteontem, segunda-feira — e, como não podia deixar de ser, a minha previsão não foi otimista, pela análise séria que tenho feito do atual plano econômico, pois temos a convicção de que, apesar da séria punição ao setor da produção primária e a tantos outros setores, o industrial é o que mais sofre com esse pacote.

Sendo um grupo de empresários havia, inclusive, diretor-presidente de uma das empresas, que se diz filiado ao PRN e que já havia pensado e decidido ser candidato a Deputado Estadual por esse Partido, mas estava desistindo — estavam ali representantes de um grupo importante de indústrias, como BME e Cifali, que produzem usinas de asfalto, exportando para toda a América Latina; CVM, que tem a matriz em Cachoeirinha e, a filial em São Paulo; Incopel — indústria de fabricação de peças e máquinas para mineração; Juper, uma das pouquíssimas indústrias de máquinas perfuratrizes de poços para o Brasil; Lunko, Martau, Montengi, Perfil, Racine, Feltros Renner, Schottel, Sidersul, Stíl, Sulina, Sulmecânica, Tecnomola, Waisfein, entre muitas outras.

Ficamos impressionados quando obtivemos, daqueles empresários, a resposta de que referidas indústrias não suportam, por mais de sessenta dias, o status do País — ou ocorrem mudanças rápidas, urgentes, emergenciais, ou esse parque industrial vai todo à falência.

Ora, se tal acontecer num parque desse tipo, com elementos seguramente não vinculados à esquerda ideológica do País, o que sucederá se houver elementos do próprio Partido do governante do País confirmando e corroborando esta situação? É mais do que hora de pensarmos que não podemos, seja por ordem de um FMI, seja por desatino de

um mandatário, seja pela razão que for, não podemos admitir se desestruture o parque industrial do Brasil.

Deixo, aqui, a angústia não do humilde Parlamentar, mas a de donos de indústrias do País. E quero agregar a este apelo e anseio dos industrialistas do parque industrial de Cachoeirinha, da Grande Porto Alegre, quero acoplar a angústia de todo o setor da produção primária do Brasil.

Os sojicultores, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, foram, dentro do setor da produção primária, os que menos sofreram. No entanto, estão inadimplentes.

Pela primeira vez na história desse cultivo, no Brasil, há necessidade da produção de 30 sacos de soja por hectare para empatar os custos da produção, quando na plantação deste tipo foram aplicados somente 2 a 3 sacos de adubos por hectare.

Ora, isto jamais ocorreu na História do Brasil!

Nós, ao reordenarmos economicamente o País, não podemos aceitar que esse reordenamento seja sinônimo de desastre econômico. Concluo, Sr. Presidente, deixando para os Anais da Casa esta frase lapidar de Abraham Lincoln na Declaração ao Congresso, em 1860, há 130 anos: "Não se ajuda os pobres arruinando os ricos". Eu acrescentaria: arruinando os ricos, matam-se os pobres!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, tive oportunidade, juntamente com a subscrição de aproximadamente 170 Srs. Deputados, de apresentar emenda constitucional destinada a suprimir, do texto da nossa Carta Magna, o art. 62 e seu parágrafo único, que tratam das medidas provisórias.

Acredito, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que, hoje, não persiste nenhuma dúvida de que o instituto das medidas provisórias tem sido fator de desarmonia e desequilíbrio entre os Poderes da República, contrariando um dos princípios fundamentais da Constituição Federal.

O Presidente da República, tanto aquele que se seguiu à promulgação da Constituição quanto o atual, ambos os Presidentes, demonstraram — e o atual vem demonstrando — pendoros autoritários e ditatoriais irremediáveis. O Sr. Fernando Collor de Mello, Presidente da República, submeteu o Congresso Nacional, talvez, a um dos maiores constrangimentos.

O atual Congresso Nacional, que teve a grave incumbência de elaborar a nova Constituição, desceu ao limite de admitir o inconstitucional. A figura da admissibilidade daquilo que era flagrantemente inconstitucional, certamente, coloca em risco a legalidade neste País.

A Constituição foi rasgada pelo Presidente da República, com a conivência de uma maioria expressiva de Representantes do povo, que tinham o dever de fazer preservar a ordem constitucional, colocando o Presidente da República no lugar de primeiro Mandatário da Nação, já que o Sr. Fernando Collor de Mello saiu do pedestal em que deveria encontrar-se para, de ultraleve, de motocicleta e de **jet-ski**, percorrer as vias da ilegalidade.

Ficou demonstrado, Sr. Presidente, que o Presidente da República não está preparado para conviver com a nova ordem constitucional, porque, abusivamente, se utiliza de um instrumento que, certamente, foi colocado no texto constitucional para outras finalidades e, infelizmente, para todo o povo brasileiro.

O próprio Congresso Nacional, por sua maioria, demonstra, igualmente, não estar preparado. Por esta razão, entendendo o papel pernicioso das medidas provisórias, tomei a iniciativa de, com o apoio de 170 Deputados, propor emenda constitucional para retirar do texto a figura da medida provisória, para que possamos estabelecer uma convivência democrática entre os Poderes até a revisão constitucional, em 1993; para que possamos, então, ainda nesta Legislatura e no início da próxima, elaborar a legislação ordinária e complementar a Constituição, até porque isso não foi possível, em função das reiteradas medidas provisórias.

O Congresso Nacional está profundamente arranhado, extremamente desmoralizado, não diante da opinião pública; o Congresso Nacional está desmoralizado diante dos próprios Congressistas. É uma vergonha para esta Casa admitir o inconstitucional. Mas sei, Sr. Presidente, que outros Parlamentares estão tentando regulamentar a figura da medida provisória e, acredito, será novo equívoco, porque ficaremos permanentemente vinculados à questão da admissibilidade. E com a mesma sem-cerimônia que o Sr. Fernando Collor de Mello propôs a esta Casa, propôs à Nação medidas inconstitucionais, que foram admitidas, certamente, considerando a subjetividade inerente a toda norma, estaremos permanentemente presos à questão da admissibilidade, e esta Casa, que admitiu o inconstitucional, há de admitir qualquer coisa.

É preciso que os Representantes do povo se capacitem das respectivas responsabilidades, não simplesmente como Representantes do povo, mas como defensores permanentes da democracia. A democracia corre risco e, entre nós, hoje, não mais existe, porque o Presidente da República é um ditador — ditador, porque se coloca acima da Constituição, e a maioria, que se submete, há de rever essa posição, pois cabe ao Congresso Nacional lutar para a implantação da nova ordem constitucional. E tenho a certeza de que aqueles que cometeram o equívoco, o erro, que traíram a Constituição, que juraram fazer cumprir a Constituição, reverão a sua posição e haverão de optar, não pela regulamentação

das medidas provisórias, o que seria inócuo, mas pela retirada do texto dessa medida que compromete a democracia. A democracia há de prevalecer, mas apenas com a legalidade. A legalidade é a nova ordem constitucional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Eduardo Jorge, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, vários jornais, principalmente do Estado do Rio de Janeiro — **Jornal do Brasil**, **O Globo**, **Gazeta Mercantil** — e alguns de São Paulo, estão noticiando a polêmica no Rio de Janeiro em relação ao uso ou não do metanol para abastecimento de carros.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado, Sr. Carlos Antônio Navega, pediu a suspensão da liminar concedida pelo Juiz Alfredo França Neto, da 30ª Vara Federal, que proibe o uso do metanol como combustível no Rio de Janeiro.

O Presidente da Feema, Sr. Carlos Alberto Muniz, reclama da Petrobrás por essa empresa não concordar em instalar um esquema de monitoramento do meio ambiente, na hipótese de esse combustível vir a ser utilizado no Rio de Janeiro.

Nesta ocasião, principalmente aqui onde contamos com vários Senadores do Rio de Janeiro, embora esta seja uma questão nacional, é importante resgatar a experiência de São Paulo. Na cidade de São Paulo, a Prefeita Luíza Erundina, através da Secretaria Municipal de Saúde, bateu-se até o último minuto para que não fosse concedido, pela Justiça, a nível do Brasil, o direito de ser distribuído esse combustível em larga escala.

Perdemos na Justiça. Os únicos locais onde continua proibida a utilização são o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, à custa dessa liminar da 30ª Vara Federal. Em São Paulo, a Justiça não nos deu essa garantia. Então, a cidade de São Paulo viu-se palco dessa experiência, contra a qual a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde se bateram até o fim. Como não havia respaldo para continuar a proibição do uso do metanol, a Prefeitura adotou a postura de exigir uma série de pré-condições de acompanhamento na utilização desse combustível na nossa cidade.

E, agora, é importante para o Brasil, para o Rio de Janeiro e para São Paulo, que os primeiros resultados do acompanhamento da Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura de São Paulo, em relação à saúde dos trabalhadores frentistas, estão para vir à luz. Já existem cerca de 200 exames feitos pelos próprios donos de postos de abastecimento, a que tivemos acesso, e cerca de 15% estão apresentando alterações, devido à percentagem de metanol na urina desses trabalhadores frentistas. A própria Secretaria Municipal de Saúde já fez também amostragem, cujo primeiro resultado, ontem obtido, indica que

há, realmente, alteração e comprometimento da saúde dos trabalhadores frentistas.

Se foi constatado nos trabalhadores, nada impede que outras pessoas, inclusive usuários estejam sendo afetadas, porque a principal indicação desses primeiros resultados é que o equipamento de proteção individual, que vem sendo usado, obrigatoriamente, por um decreto da Prefeitura — óculos, luvas, botas e macacões — está insuficiente para evitar a contaminação desses trabalhadores, cuja principal via está sendo a própria inspiração do vapor.

Essa contaminação, que expõe, em maior grau, os trabalhadores locais, expõe também o usuário e o consumidor, em geral.

Não pudemos ainda divulgar esses exames a que tivemos acesso, ontem e hoje, porque a Prefeitura resolveu fazer uma recheckagem, vai cruzar os exames em outro laboratório para não haver nenhuma dúvida. Os frentistas que têm o resultado do exame alterado já estão notificados, sendo afastados do local de trabalho, com as garantias trabalhistas que têm direito. Por outro lado, a Prefeitura não divulgará enquanto não recheckar os exames em outro laboratório para ter absoluta certeza.

Então, neste momento, se revela que nossa posição era justa, pois não há uma real segurança na utilização desse combustível sem comprometimento da saúde dos trabalhadores e da população em geral.

A Prefeitura de São Paulo estava certa de não se utilizar o metanol em grande escala e a do Rio de Janeiro está certa, e empenhada em lutar para que a proibição seja mantida até que se consiga garantias de não comprometimento da saúde do trabalhador e da população em geral.

A nossa posição para a utilização de um combustível ainda tão inseguro e pouco estudado, é que se fizesse em escala reduzida e sob estrito controle, nunca em grande escala e em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, onde praticamente é impossível um eficaz e bom controle sobre a saúde dos trabalhadores frentistas e da população em geral.

Neste caso, com a divulgação desses dados sobre a saúde dos frentistas, que esperamos aconteça entre esta semana e a próxima, esse argumento estará fortalecido. Pode-se reabrir a questão na cidade de São Paulo e pode-se lutar para se manter a proibição no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. O Governo Federal deve procurar alternativas, na política energética, muito mais seguras que não comprometam a saúde da população no Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, venho à tribuna para fazer três registros.

O primeiro, para louvar o Sr. Ministro da Agricultura pela instituição do "Ano Nacional da Conservação do Solo", que tem por objetivo desencadear uma verdadeira mobilização nacional, envolvendo os mais variados segmentos da sociedade, objetivando coibir a agricultura predatória e outras formas de manejo inadequado do solo que causam prejuízo incalculável ao País.

O segundo registro é para enaltecer a presença nesta Casa, hoje, pela manhã, do Sr. Ministro Ozires Silva, que, com muita competência, discorreu e debateu temas de sua Pasta com membros da Comissão e, particularmente, e para agradecer a S. Ex.^a a decisão tomada, e já tornada pública, hoje, pelo próprio Ministro, respondendo à pergunta que lhe fiz, de que a sede da Eletronorte será transferida para o meu Estado, aliás, com muita justiça, porque não era correto apenas a Eletronorte estar sediada em Brasília enquanto a Eletrosul e a Chesf estão sediadas em suas Regiões.

Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, o terceiro registro

O furbundo Governador Hélio Gueiros em mais uma de suas folclóricas aparições, na *TV Cultura*, as expensas do erário público, arrogou-se, mais uma vez, o direito de ser o senhor da verdade e o supremo juiz de todas as coisas.

Ao deitar sua falação reles, xula e barata, incompatível com a postura e compostura próprias de um Governador de Estado, o Sr. Hélio Gueiros escandalizou os lares paraenses, durante três longas horas, assacando impérios, difamando, calunhando e faltando com a verdade, na vã tentativa de mais uma vez ludibriar o pacato, honrado e generoso povo do meu Estado, que em má hora o elegeu seu Governador.

Referindo-se a minha pessoa, o folclórico Dr. Gueiros teve a petulância de afirmar, com a sua contumaz fanfarrônica, que eu abraçara a bandeira do separatismo, com o projeto de criação do Estado de Carajás, para acobertar, segundo S. Ex.^a, uma medíocre atuação parlamentar e uma completa ausência daquela região.

Mas, que autoridade assiste ao farsante Governador Gueiros para analisar a atuação de qualquer Parlamentar, S. Ex.^a que durante os quatro anos de seu mandato como Senador, no qual foi investido sem qualquer mérito, mas por mera liberalidade de seus companheiros de Partido, contra os quais hoje investe — primou pela ausência, pela omissão, notabilizando-se apenas pelas portas fechadas de seu gabinete e pelas memoráveis rodadas de usque nos bares e hotéis da capital federal?

De que cacete o blasonador Gueiros se julga detentor para falar sobre o sul do Pará, S. Ex.^a que não o conhece e por mais de três anos de seu Governo abandonou a região à sua própria sorte, famigerando-se apenas pelas tristes e condenáveis cenas de violência na ponte sobre o rio Tocantins, quando sua polícia, obedecendo às suas criminosas determinações, ceifou a vida de inúmeros garim-

peiros? Ou será que o folclórico Dr. Gueiros pensa que o povo sul-paraense está acometido do mesmo mal que S. Ex.^a padece, "amnésia alcóolica" e já esqueceu os impropérios que por S. Ex.^a lhes foram impingidos, quando os chamou de forasteiros, predadores e sicários?

Fique certo, Dr. Hélio Gueiros, que os sul-paraenses não têm memória curta. Eles não se esquecem dos seus benfeitores, como se lembram, e muito bem, dos seus malfetores. Eles sabem distinguir com bastante clarividência quem, como o ex-Governador Jäder Barbalho, os tratou com dignidade, fraternidade e respeito, e quem, como S. Ex.^a, os insultou da maneira mais torpe, mesquinha e vulgar. Os sul-paraenses sabem muito bem que foi Jäder Barbalho quem os tirou do isolamento com a conclusão da Rodovia PA-150 e que foi graças à visão e ao dinamismo desse grande líder que a nossa região, saindo das trevas, disparou rumo ao desenvolvimento, disparou, com a energia elétrica distribuída desde Tucuruí. Mas os sul-paraenses também não esquecem, Dr. Gueiros, que lhe tributaram maciça votação nas eleições para Governador do Estado em 1986 e que somente agora, decorridos quase quatro anos, V. Ex.^a volta àquelas plagas, já as vésperas de novas eleições, para afrontá-los com promessas de obras eleitoreiras, no afã de mais uma vez ludibriá-los e conseguir milhares de votos para o seu ilustre desconhecido candidato, o que calçando o seu indefectível par de botas, as usou como tacão para pisotear o eleitor de Belém. E que Deus nos livre chegar ao Palácio Lauro Sodré. Em nossa região, no sul do Pará, não há lugar para candidatos copa do mundo, promesseiros e aventureiros. Lá essas pessoas é que são consideradas forasteiros, porque não têm nenhuma afinidade com os nossos problemas. E como cesteiro que faz um cesto faz um cento, estamos desconfiados de que quem foi capaz de trair seus companheiros certamente também trairá a própria região.

Quanto a mim, embora intimamente divertindo-me com as bazóftas do seu folclórico programa de televisão, quero dizer a V. Ex.^a, Dr. Gueiros, que a sua verborragia não me afeta. E não me interessa o seu julgamento ou de seus apaniguados. O que me importa e me gratifica é que os que privam do meu dia-a-dia reconhecem o meu trabalho. E com certeza V. Ex.^a, Dr. Gueiros, o desconhece, porque no aparato de sua corte ou, no esplendor de seu maravilhoso circo, os áulicos que o cercam ou os figurantes que se divertem com suas galhofas, não lhes permitem sentir o povo. Sentir os seus problemas.

Mas, Dr. Gueiros, o povo que conviveu e convive comigo conhece o meu trabalho. Sabe que o meu gabinete, diferentemente do seu, está sempre de portas abertas para receber todos os que me procuram, em todas as horas, independente de coloração político-partidária e sem exigência de qualquer compromisso prévio. É por isso que em Salinas, onde tive a honra de ser Prefeito, o povo

não me esquece e me trata com muito carinho. Da mesma forma, o trabalho que realizei no sul do Pará como Presidente do Getat, sem discriminar os sem-terra, os posseiros e os fazendeiros, construindo estradas vicinais, realizando desapropriações, fazendo assentamentos, titulando pequenos, médios e grandes produtores rurais, não é esquecido até hoje. E não é esquecido porque eu continuo presente em todos os Municípios em que fui votado. E a minha presença não é apenas para lhes dar as famosas palmadinhas nas costas, próprias dos políticos ultrapassados, mas para levar recursos aos Prefeitos que assim podem construir obras, que deveriam ser feitas pelo seu Governo e não o foram.

Se V. Ex.^a, Dr. Gueiros, ou até mesmo os seus apaniguados percorressem o Estado, por certo saberiam que em Salinas, Pirabas, Primavera, Castanhal e em todo o sul do Pará, de Tucuruí a Santana do Araguaia, passando por Marabá, Xinguara, Rio Maria, Conceição do Araguaia, em todos os Municípios de minha atuação política, se faz sentir o meu trabalho, materializado na construção de escolas, postos de saúde, creches, hospitais, estradas vicinais, desapropriações, sistemas viários, eletrificação rural e muitas outras obras assistenciais. Devo dizer ainda mais, Dr. Gueiros, que os recursos para essas obras eu os consegui na esfera federal, porque nas poucas vezes que fui recebido por V. Ex.^a, não tive atendidos os meus pedidos. E, passem, Srs. Congressistas, apesar de ser o Deputado mais votado do Partido do Governador, há um ano e cinco meses, não sou recebido em seu gabinete, que presumo ser privilégio para bem poucos.

Sem o intuito de polemizar, quero dizer a V. Ex.^a, Dr. Gueiros, que embora não dispondo de uma cadeia de rádio, jornal e televisão, tão pouco da máquina estatal para fazer política, é o povo do Pará quem vai me julgar dia três de outubro. E tenho certeza de que voltarei a esta Casa mais uma vez para, com o meu trabalho, retribuir a confiança que me será depositada por milhares e milhares de brasileiros.

Quanto a V. Ex.^a, desejo-lhe sinceramente que, após passar a faixa de Governador ao seu sucessor que será, sem dúvida, Jäder Barbalho e ao voltar para a sua "modesta casinha" da Almirante Barroso, já longe dos áulicos e bajuladores e, no íntimo de sua imanência, peço-lhe meditar, refletir sobre quais foram seus verdadeiros amigos, isto é, aqueles que o guindaram ao Senado da República e ao Governo do Estado. Tenho certeza de que, no recôndito do seu ser, no fundo do seu coração, não mais toldado pelas mágoas e pelo ódio, estes sentimentos sejam substituídos pelo amor ao próximo, o maior dos mandamentos, o que resume toda lei como V. Ex.^a aprendeu de seu admirável pai, cuja pregação certamente foi esquecida.

E para terminar, apenas à guisa de lembrete: a gratidão, Dr. Hélio da Mota Gueiros, continua ser o apanágio das almas nobres.

E sou eu que não acredito que V. Exª tenha disso se esquecido

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Virgílio Guimarães (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Congressista Abigail Feitosa

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PSB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria de fazer um convite ao Presidente Fernando Collor para que comece a trabalhar, para que saia do palco, do *show*, e comece a olhar as necessidades do País

No meu Estado, a Bahia, não há mais BRs, acabaram-se as estradas. O povo continua pagando o selo pedágio e as estradas estão intransitáveis. A Universidade e o ensino estão totalmente desestruturados O Hospital das Clínicas — hospital-escola, com capacidade para 300 leitos — não está internando pacientes, por falta de recursos para pagar os fornecedores e a alimentação. As consultas já foram suspensas.

O Presidente está fazendo escola Sua Excelência só pensa em demitir funcionários Os jornais dizem que serão demitidos 80 mil. Por isso o Governador da Bahia segue a mesma escola. S. Exª disse que vai demitir 30 mil funcionários e tenciona privatizar empresas estatais. Por aí se vê que o Governador da Bahia é tão insensível quanto o Presidente da República A categoria de saúde promete entrar em greve a partir da próxima quinta-feira, sem data prevista para a volta ao trabalho.

Vejam V. Exª que o salário de um médico, no Estado da Bahia, varia de 6 a 10 mil cruzeiros. É impossível que um profissional de nível superior ganhe salário tão aviltante como esse. O Governador enviou à Assembléia Legislativa um Plano de Cargos e Salários que foi recusado pela categoria, por irrisório o aumento salarial. De modo que, Sr. Presidente, conclamo, desta tribuna, o Presidente da República a voltar a trabalhar, para repassar recursos aos Estados, para que o País possa deslanchar Sua Excelência só pensou no confisco do dinheiro dos trabalhadores, através do arrocho salarial e do desemprego Sua Excelência ainda não pensou no retorno, e estou aqui a cobrar, porque o País não pode ficar parado por mais tempo. Urge uma atitude do Sr. Presidente da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Virgildásio de Senna.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, o assunto de que vou tratar seria mais apropriadamente objeto de pronunciamento na Câmara dos Deputados.

Mas, já que a Nova República e a Mesa do Senado e do Congresso Nacional transformaram o Poder Legislativo da República num poder unicameral, permita-me V. Exª, Sr. Presidente, trate de matéria mais pertinente a uma das Casas do Congresso

Reporto-me, Sr. Presidente, a assunto do meu Estado. A pretexto do Plano de Estabilização Financeira, ou Plano Collor, como também é chamado, o Banco do Estado da Bahia — Baneb, acaba de fechar 86 agências em diversos Municípios

Sr. Presidente, somente essa providência é suficiente para nos fazer pensar no que vai acontecer ao nosso País ao longo dessa jornada improvisadora a que estamos assistindo e para a qual, em grande parte, o Congresso Nacional está contribuindo

Sr. Presidente, quero reportar-me, de modo especial, ao caso da agência do Baneb de uma cidade importantíssima do Recôncavo Baiano, cidade histórica, que já alcançou no passado extraordinário potencial econômico e financeiro, que foi sede de cinco ou seis indústrias de fumo, a cidade de Maragogipe Acabo de passar telex ao Presidente do banco protestando, em nome do povo dessa cidade, pelo fechamento da agência. Foi informado, por um dos seu diretores, que a providência contou com o apoio decidido do Governador do Estado, que a autorizou, sem levar em conta a necessidade que têm os Municípios do Recôncavo Baiano, hoje, os mais pobres de todo o nosso Estado. Não há nenhuma região da Bahia — e V. Exª, Sr. Presidente, conhece muito bem a Bahia — que esteja tão penalizada quanto o Recôncavo, abandonado através de diversos Governos. Essa região, durante séculos comandou a vida econômica e política do nosso Estado e em grandes períodos do próprio Império, essa região está inteiramente abandonada e desassistida Não há qualquer razão para uma agência lucrativa, como era a agência do Baneb na cidade de Maragogipe, ser fechada O Governo a abandonou inteiramente, não há transporte, não há assistência médica, não há sequer o navio que antigamente fazia a ligação com a capital e propiciava as trocas comerciais e de informações entre o Município de Maragogipe e a cidade de Salvador A ligação rodoviária entre São Félix e Maragogipe está intransitável.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não há nenhum sinal da presença do Estado, da presença organizadora, propulsional de uma revisão dessa política de destruição do Recôncavo e destruição de Maragogipe, nas providências do Governo do Estado

É necessário, Sr. Presidente, que a delegação baiana, a sua representação nesta Casa proteste energicamente contra esse abandono dessa região do Estado.

Não é possível que, a pretexto desse Plano, de pronto e de logo, 86 agências do Baneb em todo o Estado sejam fechadas, comprometendo os trabalhadores, os bancários, comprometendo a vida econômica do Município, que já é por si mesma uma luta enorme. É com dificuldade que aquela gente trabalha

e próspera na adversidade das providências governamentais. Não é possível que o Estado não tenha no seu agente financeiro, que é o Baneb, motivo para impulsionar a economia e use o pretexto do Plano Collor para fechar as suas agências e dificultar a vida desse Município (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Enoc Vieira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, fujo ao meu hábito de falar de improviso, porque quero deixar aqui bem marcados certos fatos e aproveitar até a presença de Lideranças do Governo, para lembrar que, enquanto tratamos dos grandes problemas, não podemos deixar que os ratos roam a carga do navio.

Recentemente uma *trading company*, a Cotia, tem recebido privilégios marcantes na área de exportação de produtos siderúrgicos produzidos pelas usinas pertencentes à extinta Siderbrás.

Além de deter a total exclusividade de exportação de produtos da Usiminas para o Japão, da CSN para a Coreia e da Cosipa para a República Popular da China, entre outras, a Cotia acaba de ser contemplada com mais dois privilégios.

Os que citei eram anteriores a este Governo.

Primeiro, conseguiu modificar a determinação da Diretoria da Cosipa e ser incluída como um dos canais de exportação para o importante mercado dos Estados Unidos. A alegação para tal privilégio foi a aquisição de pequena empresa já existente e já atuante naquele mercado — a Interatlântica Cabe também destacar que a Duferco, outra sócia de privilégios, com todas as alterações havidas no panorama siderúrgico, nos últimos meses, conseguiu manter sua participação na cota de exportação da Cosipa para os Estados Unidos em 50%.

Em segundo lugar, deve ser analisado com cautela a súbita aparição no panorama siderúrgico de outra empresa, a Corema, que por coincidência é gerida por ex-funcionários da Cotia, cujos nomes trarei oportunamente, quando o Governo Collor responder a este documento.

A forma que essa empresa pretende atuar é também passível de maiores investigações. A proposta, atualmente sendo submetida às *trading* canais da Cosipa para o mercado do Japão, consiste em a Corema Internacional, com sede nas Ilhas Virgens, obter através do Banco do Brasil de Nova Iorque empréstimo de US\$ 50 milhões à Cosipa. Os custos, os ônus e riscos desse contrato teriam que ser absorvidos pelos 5 canais de exportação da Cosipa ao Japão que as pagariam à Corema. A Cosipa iria, neste caso, conceder descontos de exportação ao Japão, em datas ainda não definidas, para ressarcir esses custos.

Este Governo, Sr. Presidente, Srs. Líderes, Srs. Congressistas, veio para moralizar o País e deve promover imediata devassa na escalada de privilégios que levaram a siderurgia estatal à desconfortável posição no mercado externo.

A cópia deste pronunciamento está sendo enviada ao Presidente Collor de Mello para as providências cabíveis.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há uma forma de ser bom peemedebista, há uma forma de colaborar com o País, inclusive votando ou discursando: é não se comprometendo com nomes, com entidades, com instituições e denunciar todas as falcatruas que andam por aí.

O meu Partido, o PMDB, poderia desencaivar — e lá está com trezentos e vinte assinaturas — uma CPI sobre siderurgia que poderia ser aproveitada no passado e no presente.

É desta forma que eu, logicamente de maneira modesta, sem ter naturalmente o alcance dos iluminados desta Casa, continuo sendo um bom peemedebista, fiscalizando o dinheiro público, para que não caia nas mãos de malfeteiros (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTRE- GUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^o e Srs. Congressistas, o verniz do falso moralismo que reveste a ação governamental nestes primeiros trinta e cinco dias da Administração Collor de Mello, exaltado e enaltecido à exaustão pela mídia eletrônica fisiológica, sobretudo pela *Rede Globo*, não resiste à menor análise.

Basta lembrar que afilhados do Presidente da República continuam a desfrutar de privilégios profundamente condenáveis. É o caso, por exemplo, do esposo da Ministra da Ação Social, Margarida Procópio, o advogado Januário Procópio. Aposentado há sete anos, foi convidado para ser Diretor-Financeiro da Radiobrás, com o polpudo salário de 260 mil cruzeiros. Num rasgo de inaceitável cinismo, depois de receber esse prêmio privilegiadíssimo, afirmou que aceitou o emprego “apenas para passar o tempo”, porque, do contrário, “morreria de tédio”.

Isto lembra uma ópera-bufa, uma piada grotesca, que compromete seriamente a falsa imagem de um moralismo que não existe e que repete, sob muitos aspectos, os regimes nazi-fascistas, com os quais, aliás, o Presidente Fernando Collor de Mello guarda profunda identidade.

Não fica aí, Sr. Presidente, a avalanche de privilégios deferidos a apamguados e afi-

lhados do novo regime: a filha da Ministra Margarida Procópio, a arquiteta Rosa Maria Procópio, que perdeu a Chefia de Gabinete da mãe por determinação do próprio Presidente Collor de Mello, acabou recebendo um vantajoso cargo na Caixa Econômica Federal, onde já trabalha há nove anos, e o seu salário subiu para 200 mil cruzeiros por mês.

Diante disto — e isto é café pequeno perto do que pode acontecer e vai necessariamente acontecer — fica esta indagação, que Machado de Assis já fez pateticamente: mudou o Natal ou mudou o Sr. Collor?

Sr. Presidente, há notícia de que o novo Embaixador do Brasil na Inglaterra, ex-Secretário-Geral do Itamaraty, Paulo Tarso Flecha de Lima, que assumiu recentemente o cargo, introduziu algumas pequenas reformas na residência oficial de Londres, que custaram a bagatela de um milhão e duzentos mil dólares, sem perder de vista o fato de que S. Ex^o, o imponente e importante Embaixador do Brasil junto à Grã-Bretanha, transportou os móveis e objetos de uso pessoal — cujo peso é superior a uma tonelada — por via aérea, sem considerar que o frete marítimo é substancialmente mais barato e que o Governo Collor está impondo austeridade dos gastos públicos, nem que seja entre aspas.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui repudiá-la forma mais veemente, mais contundente, essa farsa, essa impostura, esse embuste em que se constitui o novo Governo Collor de Mello. Custa-me crer, por outro lado, que a Câmara dos Deputados siga o mesmo caminho.

Soube, hoje, que a Casa, depois de uma reunião do Colegiado, decidiu suspender definitivamente a assinatura de jornais e revistas e o cafezinho servido às pessoas que, com justa razão, comparecem à Casa do Povo para acompanhar o trabalho de seus Representantes. Segundo sei, essa decisão da Mesa da Câmara dos Deputados estaria subordinada à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que proibiria o uso de recursos do Orçamento para esse tipo de assinatura ou para esse tipo de concessão.

Se isso é verdade, creio que a Mesa já deveria ter adotado essa providência desde o início da Sessão Legislativa, desde o dia 15 de fevereiro, porque tomar essa decisão agora deixa clara a subserviência da Casa a esse falso moralismo que emana do Palácio do Planalto, que emerge das catacumbas de um Poder que começa a apodrecer prematuramente.

Quero registrar o meu protesto por este tipo de decisão. Não temos que ser caudatários de ninguém, não temos que prestar vassalagem e subserviência a ninguém. Esta Casa é um Poder independente, autônomo constitucionalmente, e se quer tomar decisões para acompanhar as molecagens patrocinadas pelo novo Governo tem que pelo menos ouvir o Plenário e saber o que os Parlamentares pensam.

Se é para cumprir a lei, que se cumpra a lei, mas no tempo em que a lei estabelece e não depois, deixando claro que estamos

aqui prestando vassalagem, lamentavelmente, a esse Poder ensandecido pela arrogância. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Manuel Domingos.

O SR. MANUEL DOMINGOS (PC do B — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, existe hoje uma onda de comentários segundo os quais o Presidente da República teria desmoralizado, deixando em situação difícil o Congresso Nacional, com a série de vetos, particularmente com o veto ao dispositivo do projeto de lei de conversão oriundo da Medida Provisória n^o 155, que autorizava o Congresso a suspender privatizações. Mas uma vez o Congresso está na berlinda, não apenas na imprensa, mas, aqui, os comentários se sucedem a este respeito.

Eu queria fazer uma observação, no sentido de que não há dúvida de que o Presidente da República tem revelado todo o seu feitio autoritário, seu instinto ditatorial, e que isso é incompatível com o funcionamento de um Parlamento soberano, um Parlamento democrático. O Presidente evidenciou o seu autoritarismo em relação ao Congresso, na medida em que baixou um pacote que transtornou profundamente a vida econômica brasileira, dizendo, de início, que o seu projeto era irretocável e, enviando um amontoado de medidas provisórias que tivemos que analisar apressadamente, e aprovar, impedindo a análise concreta, um estudo mais detalhado. Acredito que esta tenha sido uma postura que realmente evidenciou o seu perfil autoritário.

Agora, temos a entrevista do Secretário João Santana à revista *Veja*, em suas páginas amarelas. A meu ver, trata-se de uma chacota, de um deboche em relação às decisões do Congresso Nacional, e todos os Srs. Congressistas precisam dela tomar conhecimento, porque evidencia o feitio ditatorial deste Governo. Ocorre que, se o Governo tem tido um comportamento ditatorial, da mesma forma o Congresso não tem contribuído para se fazer respeitar. Digo isso porque, aos olhos da opinião pública, até hoje não foi implementada a Constituição, consagrando direitos populares conquistados. Não se fez respeitar também quando aceitou a conspurcação das medidas provisórias, desde a época de Sarney. Mas a submissão do Congresso Nacional na aprovação, praticamente na íntegra, deste pacote do Presidente Fernando Collor, não dignificou a soberania deste Congresso.

Desses fatos todos fica um convite à reflexão, sobretudo da maioria conservadora do Congresso Nacional. Estamos num período de crise e, ao que tudo indica, essa crise deve aprofundar-se. Este pacote econômico está fadado ao fracasso, pois está causando imensos e graves transtornos à vida econômica brasileira, e, em ocasiões de crise aguda, de crise aprofundada, é preciso que haja um Congresso forte, soberano, altivo.

É preciso que a maioria conservadora pense na proposta do Deputado Paulo Ramos, que apoiámos, de supressão do artigo da Constituição que criou a figura jurídica das medidas provisórias.

Sr. Presidente, concluindo as minhas palavras, é fundamental que a Mesa tome providências para que o Congresso Nacional não pare de funcionar a pretexto da campanha eleitoral que se aproxima. A Nação precisa, a democracia precisa, o povo precisa do Congresso Nacional funcionando em toda a sua plenitude, exercendo os seus deveres, os seus poderes, frente a este Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Antonio de Jesus.

O SR. ANTONIO DE JESUS (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, registro, aqui o sequestro do grande amigo, empresário no Estado de Goiás, que muito contribuiu para o desenvolvimento na área de transporte, Sr. Odilon Santos, que passou oito dias no cativoiro.

Apresentarei posteriormente um projeto de lei mandando incluir, onde couber, no Código Penal, dispositivo considerando o sequestro, tais como os considerados graves, também crime hediondo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Iturival Nascimento.

O SR. ITURIVAL NASCIMENTO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a situação econômica, financeira que o País vem enfrentando a partir do impulso inflacionário deflagrado no início da década de oitenta encontrou seu ponto crucial nos dois últimos anos, quando vários estabelecimentos estaduais de crédito passaram pela maior crise da sua história, tendo alguns sofrido a intervenção do Banco Central.

Nessa conjuntura, difícilíssima foi a tarefa de manter o equilíbrio do Banco do Estado de Goiás, que, se não fora a ação providencial do seu Presidente, Janildes de Souza Fernandes, teria sofrido humilhante processo de intervenção.

Antigo e conceituado funcionário do Bradesco, onde demonstrou invulgar competência e grande discernimento administrativo, o Sr. Janildes de Souza Fernandes, atendendo à confiança que lhe foi manifestada pelo Governador Henrique Santillo, assumiu a Presidência do Banco do Estado de Goiás, saneando seus problemas internos, restaurando-lhe a integral confiança dos meios financeiros e transformando aquele estabelecimento num dos líderes do importante setor em nosso Estado.

Competente, vocacionado para a liderança, com crescente prestígio nos meios econô-

micos, financeiros, políticos e administrativos, sua atuação dinamiza os trabalhos de toda a Diretoria, tornando aquele estabelecimento oficial de crédito num verdadeiro meio do desenvolvimento de Goiás.

O último balancete do Banco do Estado de Goiás espelha a capacidade administrativa de toda a equipe que o dirige, mas aponta o Presidente Janildes de Souza Fernandes como um autêntico condutor, que honra a sua classe e dignifica o nosso Estado.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Sérgio Spada

O SR. SÉRGIO SPADA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas a 26 de abril de 1973, os Governos do Brasil e do Paraguai firmaram tratado visando o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes ao condomínio dos dois países, para fins de geração de energia elétrica. O referido tratado foi aprovado, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 23, em regime de urgência, de 23 de maio de 1973 e por um Congresso garroteado, e promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto daquele mesmo ano.

Nasce, assim, a primeira experiência brasileira em formação de empresa de dupla nacionalidade, a Binacional Itaipu, constituída pela Eletrobrás (Brasil) e pela Ande (Paraguai), havendo ingresso de um capital inicial correspondente a US\$ 100 000.000,00, metade da Eletrobrás e metade da Ande, valores obtidos através de empréstimos e financiamento interno e externo.

Os recursos incidiram fortemente no aumento de nosso endividamento lá fora devido à elevação unilateral dos juros cobrados pelos banqueiros internacionais.

A implantação da Itaipu Binacional no regime militar, sob a atmosfera enganosa do chamado "milagre brasileiro", contou com a complacente adesão do então Governador Ney Braga. A época não se levou em conta os sérios prejuízos que adviriam a cem mil famílias expropriadas de suas propriedades com a inundação de mais de 100 mil hectares de terras fertilíssimas, além de provocar vastas alterações no meio ambiente, sepultar as majestosas Sete Quedas de Guaíra, tudo sem um prévio mecanismo de compensação. Somente depois de instalada a Assembléia Nacional Constituinte, foi que conseguimos trazer ao debate essa crucial questão e, após intensos entendimentos com Parlamentares de todas Unidades Federativas, chegamos à aprovação de um texto final assegurando uma compensação aos Estados, Municípios e Distrito Federal, determinada no § 1º do art 20 da Constituição Federal.

Quanto à saúde financeira da binacional, tomamos como referencial as informações prestadas recentemente por sua diretoria à imprensa de que há um saldo credor de cerca de US\$ 600 milhões junto a empresas conces-

sionárias estaduais, com inadimplência insólvel, pelo menos até o final do Governo passado, fato que estaria comprometendo o cronograma de obras e retardando a inauguração das últimas unidades geradoras. Trata-se de grave aspecto, se considerarmos que as dezoito unidades finais (atualmente são apenas onze) responderão por trinta e cinco por cento do consumo de energia elétrica nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, pois, se isto não acontecer, agravar-se-á a crise energética já prevista pelos técnicos da Petrobrás para os próximos anos.

Apesar dessas dificuldades financeiras anunciadas por sua direção, a Binacional Itaipu passou a desenvolver, a partir da posse do General de Reserva Ney Aminas de Barros Braga no seu comando, uma série de atividades opostas aos fins específicos da empresa, quais sejam os de concluir a instalação da hidrelétrica e os de gerar energia elétrica ao universo de consumidores nas regiões alcançadas por suas linhas de transmissão.

Governador do Estado do Paraná por duas vezes, ex-Deputado Federal, ex-Senador e ex-Ministro, o detentor dos poderes de mando na maior hidrelétrica do mundo imprimiu à sua administração a marca de sua formação político-partidária. Chefe incontestado das hostes pefelistas no Estado, não hesitou em utilizar o cargo para influir em eleições estaduais, federais e até no pleito presidencial último, sem descurar com o varejo das eleições nos Municípios adjacentes à Itaipu. Nestes, o antigo e aplicado colaborador da ditadura militar que infelicitou o País, investiu recursos da binacional na conservação e melhoria de estradas, construção de quadras de esportes, redes de iluminação, doação de bens e equipamentos, exercendo afrontosa administração paralela, intrometendo-se em áreas de competência restrita aos Municípios, ao Estado e ao Governo Federal. Levou sua influência até em eleições de associações de bairros, fazendo descarado aliciamento de votos em favor de seus correligionários.

A par disso, o Diretor-Presidente da Binacional Itaipu implantou um regime de privilégios na administração, fazendo nomeação de parentes e amigos, celebrando contratos de pessoas sem nenhum interesse para o serviço, porém regamente pagas. Firmas contratadas no início das obras perpetuaram-se por lá, algumas com vínculos jurídicos vencidos e contumazes infratoras das leis trabalhistas o que gerava permanente clima de insatisfação.

Devemos recordar a forma arbitrária e violenta com que o General autoritarista tratou uma das greves do pessoal da Itaipu, requisitou tropas do Exército, que colocou tanques e atirou bombas sobre os trabalhadores ordeiros. Alguns operários sofreram ferimentos das pontas da baionetas. Apesar dos protestos do Governador do Estado, única autoridade a dispor de atribuição constitucional para requisitar tropas no território, a inqualificável violência persistiu até a sufocação final dos justos protestos dos trabalhadores esbulhados em seus direitos.

Temos recebido frequentes denúncias sobre a duvidosa lisura nas concorrências ali realizadas, já que a binacional, dentro da imunidade de que se reveste perante o Direito Público Internacional, comporta-se com indiferença diante das críticas e das denúncias. Por outro lado, promove, sem concorrência alguma, obras custosas como o recapeamento asfáltico do trecho entre o trevo da Ponte da Amizade e o canteiro de obras, numa extensão aproximada de quinze quilômetros, onde gastou mais de dez vezes o custo convencional de obra similar. Esse desperdício com o dinheiro é verificado em toda sorte de atividades. Não é de estranhar, portanto, a aflição que toma o espírito de seus dirigentes com a inadimplência de seus principais devedores.

É possível, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que outras nações precursoras desse modelo de consórcio, especialmente na Europa onde estão instaladas até trinacionais para execução de programas de interesse comum e que extrapolam suas fronteiras, dêem exemplo de probidade e austeridade.

Mas, no país brasileiro e tropical, o exemplo não é seguido, a ponto de este empreendimento, da ordem de 20 bilhões de dólares, estar totalmente imune de qualquer controle, fiscalização de Poder Legislativo ou dos Tribunais de Contas

Dai a nossa iniciativa em solicitar da Assessoria Legislativa um estudo capaz de nos levar a melhor e mais adequado tratamento sobre a natureza e o funcionamento de empresas com capitais brasileiros e de países vizinhos para a execução de obras e projetos de interesse recíproco. Os tempos novos no Brasil e no Paraguai exigem transparência, honestidade. Temos que acabar com a intocabilidade da Itaipu Binacional.

Somos de parecer que há, em nome da austeridade e da probidade, de serem aplicados mecanismos fiscalizadores sobre entidades com caráter binacional ou de múltipla nacionalidade que o Brasil participa, ou venha a participar doravante assim se evitando as distorções verificadas em Itaipu. Inclusive vamos defender junto ao Congresso e do Poder Executivo cobrar que se analise circunstanciada dos atos praticados pelas diretorias da binacional (auditoria) para apurar as graves denúncias, e comprovadas irregularidades na aplicação de recursos que vêm custando pesado ônus para o País e para os contribuintes que pagam a conta de um endividamento perverso. Também iremos propor a responsabilidade cível e penal dos diretores nomeados pelo nosso Governo, com a indisponibilidade de seus bens em caso de ilícito comprovado.

O que não podemos mais admitir é essa presença poderosa, tentacular e indébita da gigantesca empresa na vida cotidiana dos Municípios paranaenses limítrofes, com a usina a praticar atos alheios às suas finalidades. Consideramos deplorável o desperdício de dinheiro em obras e serviços, enquanto a direção da binacional alega problemas de ordem financeira.

Em resposta a um pedido de informações que em 1987 encaminhamos ao Ministério das Minas e Energia, a binacional revela o pagamento de salários de até duzentas e dez vezes o salário mínimo fixado em outubro daquele ano a seus diretores, e muitas vezes superior aos vencimentos de Ministros de Estado, do próprio Presidente da República, afora o monumental aparato à sua disposição.

Mas deixou de explicar, com a clareza que se impõe, as razões de privilegiar a empresa Mundo S/S de Seguros, com contrato vitalício, empresa de propriedade do Coronel Gustavo Stroessner, filho do ex-ditador paraguaio, General Alfredo Stroessner.

Acreditamos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que agora, em tempos anunciados como de moralidade pública, os ventos renovadores também cheguem à Itaipu Binacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PDT — Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Sr.^s e Congressistas, venho a esta tribuna manifestar meu integral apoio ao telex enviado pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná, o qual relata em seu texto a preocupação da classe com as medidas do Governo referentes à questão salarial, à poupança e às privatizações, entre outros pontos.

Por se tratar de assunto de suma importância, transcrevo na íntegra a redação do mencionado telex:

“Senhor Deputado:

Todas as pessoas de bem deste País concordam com a necessidade de um forte choque antiinflacionário.

O pacote de medidas baixadas pelo novo Presidente da República, inegavelmente, ataca várias causas da inflação. Por isso muitas dessas medidas merecem o nosso aplauso e devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

Algumas medidas, no entanto, além de serem claramente inconstitucionais e abrirem precedentes muito perigosos, cometem injustiças inaceitáveis e, portanto, devem ser alteradas ou rejeitadas pelos parlamentares que têm compromisso com o futuro do País.

É o caso da política salarial. Não podemos admitir que as perdas acumuladas durante o processo de elevação inflacionária seja agora cristalizadas.

A inflação deste mês de março (15 de fevereiro a 15 de março, de acordo com o IPC/IBGE), estimado em mais de 80%, não deve deixar de ser incluída no cálculo da reposição salarial, essa inflação resulta do aumento de preços pagos com o salário dos trabalhadores e não pode simplesmente “sumir”.

Outra medida inaceitável é a que muda as regras da poupança, expurgando

parte do IPC de março, instituindo um empréstimo compulsório e confiscando parte dos depósitos via cobrança de IOF e desajuste resultante da não garantia de devolução.

Os cidadãos que aplicaram suas economias para protegê-las da inflação não podem ser penalizados. Principalmente os depositários da caderneta de poupança que todos consideravam como uma intocável “instituição nacional”.

Não são poucos os poupadores que passaram anos reunindo recursos para adquirir casa própria ou fazerem outros investimentos necessários à vida familiar. Há, inclusive, inúmeros casos de trabalhadores desempregados ou com salários extremamente aviltados que foram obrigados a venderem seus automóveis ou até mesmo residências para poderem manter suas famílias e agora tem seus recursos bloqueados e semiconfiscados.

Se o objetivo é “pegar” os especuladores, basta discriminar o que fizeram grandes depósitos nos últimos meses.

O fim da credibilidade da poupança destrói a credibilidade das instituições públicas.

Chamamos também a atenção para a inconveniência de passar ao Poder Executivo um “cheque em branco”, transferindo-lhe ilimitados poderes para privatizar quaisquer empresas estatais e interferir arbitrariamente na vida econômica e social do País. A democracia não se coaduna com o autoritarismo.

Por último, informamos que acompanharemos as votações do “Pacote Collor”, no Congresso Nacional e daremos conta aos mais de 18 mil engenheiros paranaenses de como terá votado cada parlamentar.

Na expectativa de que sua atuação modifique as distorções existentes nas medidas provisórias baixadas pelo Poder Executivo, evitando inclusive que firmem a Constituição Federal.

Atenciosamente, — Eng. **Daniel Lopes de Moraes**, Diretor Presidente.

Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, outro assunto me faz ocupar a tribuna, neste momento.

Recebi, em meu Gabinete, telex da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), onde solicitam providências urgente no sentido de que o Governo Federal libere recursos bloqueados em cruzados novos para cruzeiros, pois o homem do campo está sendo obrigado a paralisar a colheita, bem como o plantio em algumas regiões do Paraná. Em consequência, outros prejudicados são os bóias-frias, que estão impossibilitados de receberem suas diárias, devido a falta de cruzeiros por parte de seus patrões.

Por se tratar de pleito de suma importância, transcrevo abaixo o texto do mencionado telex, na íntegra.

Eis a redação:

“Considerando

1. Existir no Paraná, neste momento, 150 mil boias-frias envolvidos somente na colheita do algodão, cujas famílias estão passando fome pela impossibilidade de receberem suas diárias, as quais já são miseravelmente pequenas (Cr\$ 150,00 em média por dia de 12 horas efetivamente trabalhadas).

2. Nas demais culturas, este número atinge os 450 mil boias-frias do Estado, os quais estão parados, pois seus patrões não possuem cruzeiros para efetuarem seus pagamentos

3. Não terem sido enquadrados na Portaria nº 64, por não possuírem registros em carteira

4. Estes trabalhadores rurais não possuem nenhum capital, que lhes permitiam sustentar a situação pelo mínimo de tempo (trabalham hoje para pagar o que comeram ontem).

5. Os sindicatos de trabalhadores rurais se setirem incapazes de contornar a situação criada, que se torna cada vez mais crítica, com eminente possibilidade de invasões e saques.

6. Que os pequenos produtores de algodão de serem 40 mil no Estado (73,4% do total), não possuam uma menor condição de efetuarem o pagamento desta mão-de-obra, já que estão altamente descapitalizados, em função da política agrícola desastrosa praticada nos últimos anos.

7. Os preços do algodão, bem como dos demais produtos agrícolas, terem baixado de 30 a 40%, em relação aos que estavam sendo praticados no dia do lançamento do “Plano Brasil Novo”, os quais já mal remuneravam os custos de produção

8. Se persistir tal situação de paralisação da colheita, o algodão se perderá na lavoura e os pequenos agricultores pensam em requerer o Proagro.

Assim certos do elevado espírito público de Vossa Excelência, solicitamos providências imediatas no sentido de:

1. Liberar os recursos bloqueados em cruzados novos para cruzeiros, dos pequenos produtores que não tenham mais de 50 mil em conta ouro (Banco do Brasil) ou qualquer outro investimento financeiro.

2. Liberar os recursos bloqueados em cruzados novos para cruzeiros, das empresas agrícolas ou produtores (pessoas físicas), para o pagamento de trabalhadores rurais (boias-frias), mediante relação nominal destes trabalhadores, devidamente comprovada pelos sindicatos rurais de trabalhadores.

3. Liberar os recursos para a comercialização (EGF e AGF) da atual safra de verão, cuja necessidade do Estado é na ordem de 1,1 bilhão de BTN.

4. Fixar o VBC e o preço de garantia do trigo, pois algumas regiões do Estado já estão em plena época de plantio.

Certos da atenção e de que serão tomadas as providências. — **Antenor Beni**, Pres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná — Fetaep.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista, Paulo Macarini.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o anúncio feito pelo Governo Federal, na última semana, de que teria liberado a cifra de trinta e dois bilhões de cruzeiros para o setor da construção civil, foi recebido com um misto de decepção e de desânimo pelo segmento

Com efeito, os recursos liberados através da Caixa Econômica Federal destinam-se exclusivamente aos agentes financeiros que já tinham obras contratadas e em andamento.

Isto é um engodo por parte do Governo, porque os recursos servirão apenas para honrar compromissos assumidos antes do “Plano Brasil Novo”. Portanto, estes recursos não resolvem o problema da construção civil e não propiciam a construção de qualquer obra nova, de qualquer metro quadrado novo

De igual modo, não confere a afirmativa do Governo que o anúncio de liberação de trinta e dois bilhões de cruzeiros poderia criar oitocentos mil novos empregos, eis que os recursos são destinados, exclusivamente, a contratos já firmados.

Em consequência, estes recursos manterão alguns empregos antigos, mas não criam novos, assim como não evita a possibilidade de demissões em massa.

Desde a implantação do “Plano Brasil Novo”, isto é, desde 16 de março de 1990, o setor de construção civil nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, demitiu o equivalente a 20% do efetivo da sua mão-de-obra.

A situação da construção civil poderá piorar, caso não seja encontrada uma solução real para o setor dentro dos próximos quinze dias. Competirá ao Governo Federal flexibilizar as contas em cruzados novos para quem tem contratos já firmados, tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas, além de um programa de casas populares, envolvendo os governos estaduais, as prefeituras municipais e as associações de bairros, para criar mercado de mão-de-obra, incentivar a indústria da construção civil e afastar o fantasma do aluguel para milhões de brasileiros, notadamente para as famílias de baixa renda, das mais carentes e humildes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PSDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão

do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estive visitando a AHSUL — Administração das Hidrovias do Sul, acompanhado do Dr. José Carlos Martins e do Dr. Miguel Machado, ambos ligados àquele órgão por sua atividade profissional e por cargos ocupados. AHSUL é o órgão que, no Rio Grande do Sul, administrava os interesses e o conjunto de operações ligada à Portobrás, agora extinta. Lá fomos recebidos pelo conjunto de funcionários que nos puseram a par do trabalho importante e essencial que a AHSUL vinha desenvolvendo e nos convenceram da necessidade de continuar funcionando essa Administração.

Em anexo, dois documentos, Sr. Presidente, mostram, com dados irrefutáveis, a utilidade da AHSUL e a imperiosa necessidade de sua manutenção. Peço sejam transcritos nos Anais da Casa, como o encaminhamento de cópia às autoridades competentes do Poder Executivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. HERMES ZANETI EM SEU
DISCURSO:*

A Medida Provisória NR 151, de 15-3-90, não extinguiu apenas a sede da empresa de portos do Brasil S/A. — Portobrás, em Brasília — DF, mas também as administrações de hidrovias e de porto fluviais e marítimos espalhados pelo país, visto que a portobrás não é uma “Holding” pura, dispondo de unidades operacionais diretamente administradas, além das companhias docas que não foram extintas pela supracitada medida provisória

No Rio Grande do Sul, a Portobrás tem a administração das Hidrovias do Sul, responsável pela operação do principal sistema hidroviário do País. São mais de 300 Km de canais de navegação, dragados e balizados, 4 barragens com eclusas e os portos fluviais de estrela e charqueadas. Além desses, há o entroncamento rodo-ferro hidroviário de Cachoeira do sul, em construção, e varios terminais portuarios privados. A AHSUL executa diretamente, com pessoal próprio, a manutenção eletromecânica das barragens e eclusas a custos ínfimos, operando 24 horas por dia. Fabrica também, em suas oficinas, boias e equipamentos de sinalização a custos irrisórios. São menos de 100 empregos em todo o Estado, a maior parte no interior, operando e mantendo um patrimônio superior a US\$ 100 milhões.

As hidrovias do sul escoam de 50 a 55 % das safras agrícolas de exportação, o que gera uma distribuição intermodal a nível dos países desenvolvidos, além de transportar diversas outras cargas, tais como: fertilizantes, derivados de petróleo, carvão mineral, minério de ferro, produtos acabados de aço, areia, cascalho etc.

A administração das hidrovias do sul — AHSUL, mais do que ser preservada, deve ser alvo de maior atenção do que vinha tendo,

para que possa aumentar a participação do transporte hidroviário, com a conseqüente redução dos custos de transporte. A mesma observação é válida para as demais bacias hidrográficas do País, que vinham contando com recursos ínfimos para investimento, em que pese o imenso potencial de cargas nas suas regiões de influência.

A participação da navegação interior no total transportado pelo país é de apenas 0,8 %, quando nos países desenvolvidos ultrapassa os 30 %, inclusive suprimindo a carencia de rios — que o Brasil tem em abundância — com grande investimentos em canais artificiais.

Para mostrar a economia do transporte hidroviário interior, basta verificar o seguinte: um navio carrega em Cachoeira do Sul, no centro do Estado, a carga equivalente a 120 carretas rodoviárias tipo scania. Esse navio é propulso por apenas 3 motores Scania, iguais ao do caminhão, tendo sido projetado e construído no Rio Grande do Sul a relação é portanto, de 40 para 1.

Isto posto, é fundamental a preservação da administração das Hidrovias do Sul, subordinando-a diretamente ao recém criado departamento nacional de transporte aquaviário, da secretaria nacional de transportes, poderá, também, ser contatado o próprio secretário nacional de transportes e o ministro da infra-estrutura, no sentido de corrigir essa falha a nível de poder executivo.

Se não houver interesse em manter tais serviços na esfera federal, deve ser estudada a incorporação dos mesmos ao Estado do Rio Grande do Sul, por sua grande importância socio-econômica.

É superavitário o sistema no RS, incluindo o porto de Estrela.

Comissão de Preservação das Hidrovias do Sul.

Exm^o Sr.
Deputado Hermes Zanetti
Câmara dos Deputados
Anexo 4 Gabinete 556
Brasília — DF.

Retransmitimos teor do telex NR. 106/90, de 20-3-90, encaminhando ao Exm^o Sr. Ministro da Infra-Estrutura.

Telex NR. 106/90

De: Conselho Especial dos Usuários da AHSUL

P/: Excelentíssimo Senhor Eng^o

Ozires Silva

MD. Ministro da Infra-Estrutura

Brasília — DF.

Porto Alegre, 20 de março de 1990

Referenciando a Medida Provisória NR 151 de 15-3-90, que dispõe sobre a extinção da portobrás, manifestamos nossa apreensão com relação a manutenção das hidrovias da Bacia do Sul, as quais escoam de 50 a 55 % das safras agrícolas do Rio Grande do Sul principalmente pelo fato de que a safra 89/90 está sendo colhida com previsão de 6,3 milhões toneladas.

A administração das Hidrovias do Sul — AHSUL, órgão vinculado ao departamento

de vias navegáveis da Portobrás, é responsável pela dragagem e balizamento das hidrovias do Jacuí e Taquari, executando diretamente, com pessoal próprio, a operação (24 HS/DIA), conservação e melhoramento de 4 barragens com eclusas e operação do terminal de carvão de charqueadas.

Considerando a importância desse órgão para a navegação interior do Rio Grande do Sul, solicitamos estudar a possibilidade de manutenção desse órgão, vinculando-o diretamente a este Ministério em função do pequeno número de empregados e da sua qualificação e experiência profissional. — **Atico R. Scherer**, Presidente do Conselho Especial dos usuários da AHSUL.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Antônio Luiz Maya.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA (PDC — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entre os projetos essenciais ao País, há que se proceder com urgência a recuperação imediata das estradas brasileiras, pois muitas delas encontram-se em condições precárias de tráfego.

Trata-se de um projeto prioritário que precisa ser atacado de imediato. Para tanto, há que se elaborar um plano de emergência, no setor de transportes, com respectiva liberação de recursos para a recuperação das estradas vitais do País, a começar por aquelas que constituem as verdadeiras espinhas dorsais do sistema rodoviário nacional.

E os serviços do setor rodoviário devem ser atacados preferencialmente agora, no período da estiagem, tempo ideal para se fazer recuperação de estradas.

Dentre as artérias de integração nacional, queremos destacar, nesta oportunidade, a BR-153, denominada "Belém Brasília", construída no Governo do Presidente Juscelino Kubstcheck e asfaltada em sua maior parte no Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici. Trata-se de uma BR que integra os Estados do Pará, do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e de Goiás aos Estados das regiões Leste, Sudeste e Sul de nosso país. Grande parte da produção agrícola e pastoril e da produção extrativista de madeira, de babaçu, de castanha-do-pará e de mineração da vasta região amazônica escoam por essa rodovia. Através dela são transportados os insumos básicos, as matéria-primas para investimentos na Região, além de produtos manufaturados e bens de consumo. Em seu leito circulam, diariamente, mais de 200 ônibus transportando passageiros que demandam aos centros propulsores de desenvolvimento como Belém, São Luiz, Teresina, e às cidades-pólo como Imperatriz, Marabá, Conceição do Araguaia, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Miracema, Palmas do Tocantins, e tantos outros.

Vários trechos dessa rodovia de integração nacional já foram recuperados em seu leito original com camada asfáltica usinada de boa espessura e grande resistência. Entretanto,

o Sr. Presidente e nobres Parlamentares, o trecho compreendido entre Porangatu-Go e Gurupi-TO, de aproximadamente 180 Km, está completamente danificado. Já não há mais asfalto. Houve a exaustão, formando grandes crateras. Encontra-se em estado precário e calamitoso, o que tem causado danos e prejuízos incalculáveis aos caminhoneiros, às empresas de ônibus, aos veículos particulares que transitam compulsoriamente nesse percurso, porque não há outra matéria rodoviária como alternativa regional. Neste percurso está se gastando mais de oito horas de tráfego, quando em condições normais gastava-se menos de três horas. Temos conhecimento e somos testemunha de inúmeros desastres ocorridos diariamente neste percurso, muito deles fatais. Muitas vidas já foram ceifadas, muitas mercadorias já foram danificadas, muitos veículos quer de passageiros quer de carga pesada já tiveram fim atroz nesse trecho.

Entretanto, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, parece insensível aos fatos, pois até agora nenhuma providência de recuperação desse trecho parece ter sido tomada. Desconhecemos o destino que foi dado ao selo-pedágio recolhido dos veículos que trafegam na Belém-Brasília, bem como o destino dos recursos liberados para restauração dessa BR.

O Governo Federal tem, indubitavelmente, responsabilidade na preservação e recuperação do patrimônio público da União.

Fazemos, nesta oportunidade, um apelo ao Sr. Ministro da Infra-Estrutura, Dr. Ozires Silva, homem de ação e de decisões práticas, a fim de que sejam viabilizados os meios físicos e financeiros para a recuperação imediata da BR-153, principalmente no trecho compreendido entre Porangatu-Go e Gurupi-TO, que está sendo um lastimável ponto de estrangulamento do transporte rodoviário que demanda os Estados Amazônicos, em especial ao Estado do Tocantins que representa nesta Casa.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste primeiro mês de administração, marcado pela introdução do mais amplo programa de intervenção governamental nas atividades econômico-financeiras de que se tem notícia em nossa história, três blocos de situações ganharam relevância e empolgaram o debate.

Um primeiro, característico da primeira semana, teve como pano de fundo a escalada autoritária, muito ao estilo de personagem principal. Alguns tiveram a sensação de uma suspensão informal do estado de direito. A pronta ação de políticos dos mais diversos matizes e de expressivos setores da sociedade civil terminou por, mais rapidamente do que se imaginava, reverter em painel de preocupações com o aprofundamento político da cri-

se. Não é que as preocupações tenham terminado. Mas, pelo menos o ambiente hoje, é muito diferente do que foi nos primeiros dias.

Um segundo bloco teve como pano de fundo o Congresso Nacional. As medidas provisórias, aos quilos, começaram a tramitar, acompanhadas do brado voluntarista do governo de que eram inegociáveis. A esquerda cometeu dois erros basilares: 1) não negociou inicialmente, o que a isolou e impediu que na margem pudesse influenciar decisões, mesmo que secundariamente, na defesa de seus representados; e 2) obstruiu, transferindo as atenções para o plenário do Congresso, aliviando as pressões sobre os primeiros efeitos do programa de estabilização. Na verdade, o único interessado na obstrução era o próprio governo, pela diluição das críticas e das perplexidades e a oferta generosa de um bom elenco de desculpas, pela não-efetivação das medidas.

Um terceiro bloco teve como pano de fundo os efeitos iniciais do programa de estabilização. Na prática, o governo transformou em depósitos à vista todos os ativos financeiros, impôs sobre os mesmos um compulsório de 100% e a seguir desbloqueou uma fração dos mesmos, segundo, limites definidos.

Inicialmente a reação veio dos aplicadores, principalmente das centenas de milhares de casos desesperados. A verdade é que nenhum teto seria satisfatório, já que as injustiças são rigorosamente aleatórias e não serão resolvidas através de cortes, quaisquer que sejam, horizontais.

Em seguida foi sendo construído um cenário de pessimismo em relação ao volume de desemprego. O jargão depressão, próprio economês, entrou em cena para lembrar que a recessão poderia ser muito mais profunda do que se poderia prever. O fato é que a lógica do programa passa por uma paralisação imediata das atividades econômicas, ficando solta a demanda de bens-salário. O fosso inicial serviria para a correção de distorções e apoio aos ajustes de preços relativos e do nível geral de preços. Algumas semanas depois o quadro se transformaria em uma recessão admissível com efeitos sociais de menor monta. A fraca performance política das autoridades econômicas não ajudou a formação de expectativas, ao contrário, o que ofereceu pasto às resistências. A principal resistência veio do próprio setor privado, principalmente das grandes empresas que iniciaram um processo de barganha de emprego por desbloqueio, numa confusão ingênua entre capital de giro e demanda. Dentro dessas resistências a mais importante foi a do sistema financeiro, que ficou parado sob alegação da falta de regras regulamentadoras e do fechamento das posições em mercado aberto. Nenhuma iniciativa que evitasse o sobre-entouramento partiu dos bancos. Nenhuma peça publicitária digna desse nome. Nenhum esforço maior pela normalização dos fluxos simples das pessoas. Nenhuma lembrança à insegurança das cidades. Nenhuma sobregarantia oferecida.

Outro ponto de estrangulamento inicial foi o comércio exterior, natural vazadouro anticíclico numa conjuntura destas. O criativo sistema de flutuação controlada e restrita não teve o pontapé inicial indutor por parte do governo até esta semana. Espera-se uma ação mais nítida dessa área.

Finalmente a máquina administrativa deu sua contribuição. O afã voluntarista do governo terminou por atingir instâncias técnicas e profissionais da administração pública, substituídas em lugares errados por acadêmicos, o que passou uma sensação de incapacidade.

A partir de agora, aprovadas as medidas, aumenta a responsabilidade do governo: as luzes serão todas suas.

E aumenta também a responsabilidade da oposição, dada a rota sem retorno adotada. No horizonte o processo eleitoral, que espera-se cumpra o seu papel interferindo na conjuntura econômica para reforçar idéias, de um lado e de outro, e não garantir mandatos.

(Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Fábio Raunheitti.

O SR. FÁBIO RAUNHEITTI (PTB — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Plano de Estabilização Econômica, que inaugurou o Governo do Presidente Fernando Collor, completa um mês de execução alcançando resultados auspiciosos naquilo que lhe é mais fundamental, ou seja, o fim da inflação e da especulação financeira em nosso País.

Em 15 de março, a Nação convivia com taxa inflacionária de 85% ao mês e, mais grave ainda, em processo de contínua elevação, o que não permitia prever-se os patamares dos meses seguintes, tampouco a extensão do desastre que tal situação já fazia prenunciar.

Hoje, Sr. Presidente, o povo brasileiro experimenta, com alívio, a possibilidade de viver com preços realmente estáveis, que lhe garantem considerável aumento na capacidade de consumo e, por conseguinte, na qualidade de vida, em comparação com o momento de hiperinflação.

Crescem as esperanças pela superação dos nossos graves problemas econômicos e sociais, sobretudo porque o Governo cumpre fielmente o seu papel no programa de combate à desenfreada subida dos preços. Realiza-se, no Brasil, uma reforma administrativa racional, profunda, através do enxugamento da máquina estatal, corte de gastos não essenciais, fim de mordomias e privilégios acumulados ao longo de muitas décadas. Paralelamente, promove-se rigorosa fiscalização junto ao demais produtivos setores com o propósito de se eliminar a sonegação de impostos praticada em larga escala, e que representa grande injustiça com as empresas e cidadãos que cumprem suas obrigações de contribuintes de tributos.

São esses aspectos, alás, que motivam firme colaboração de toda a sociedade às medidas governamentais, em demonstrações de apoio que se refletiram no comportamento do Congresso Nacional, conforme atestam suas recentes votações, aprovando o plano em todas suas diretrizes básicas, apesar dos esforços em contrário promovidos por minorias inconformadas com a determinação do Presidente Fernando Collor em acabar com o gigantismo estatal no Brasil.

O Plano já comprovou sua eficácia. É preciso, no entanto, que ele seja administrado com competência e, notadamente, sob a ótica do crescimento econômico, sem o que seus efeitos poderão ficar seriamente ameaçados.

Impõe-se efetivar adequado programa de investimentos capaz de manter a economia nacional em condições de regular funcionamento. O País necessita produzir mais, não apenas para garantir ocupação a milhões de trabalhadores ainda não integrados ao mercado de empregos, como também para preservar níveis satisfatórios de abastecimento e ainda elevar o grau de competitividade dos produtos brasileiros no contexto internacional.

Não podemos seguir o caminho da recessão, cujas consequências seriam por demais traumáticas para toda a sociedade brasileira, já tão sofrida e sacrificada com a carência de serviços básicos, por exemplo, atendimento médico-hospitalar, escolas, transportes urbanos, enfim, em toda a infra-estrutura urbana.

Evidentemente, o Governo não pode liberar recursos em demasiada proporção, que faria explodir o consumo e realimentar a alta de preços. É fundamental, todavia, o direcionamento de recursos, de forma estratégica, para investimentos produtivos, aquecendo-se paulatinamente, com firmeza, a economia nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Arnaldo Moraes.

O SR. ARNALDO MORAES (PMDB — PA) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Respondo ao pronunciamento feito nesta Casa pelo nobre Deputado Asdrubal Bentes. S. Ex^a confessa, no início do seu discurso, sentir-se “tomado de constrangimento e envergonhado mesmo”, por fazer a denúncia de que ia se ocupar.

De fato, o constrangido autor de tal denúncia só poderia sentir-se mesmo envergonhado em perpetrar as acusações que perpetrou, todas elas infundadas, sem qualquer respaldo na verdade, e levianas.

Após relatar vários episódios de agressões (com homicídios) de policiais a pessoas do povo em cidades do sul do Pará, o orador afirma que toda essa violência “tem a cobertura do Governador Hélio Gueiros”. Segue o constrangido e envergonhado orador lembrando o incidente ocorrido na ponte rodo-

ferroviária sobre o rio Tocantins, revelando, mais envergonhado do que constrangido, que "foi o próprio Governador Hélio Gueiros quem determinou à polícia a ação violenta para a evacuação da ponte".

Apelando para a ofensa barata, Asdrubal Bentes passou a agredir o Governador, acusando-o de "não estar suficientemente lúcido para exercer a Suprema Magistratura do Estado". Mas, não querendo assumir a responsabilidade pelo que dizia, alegou que leu isso num jornal, numa saída magistral que demonstra toda a sua coragem moral...

O orador constrangido revela, ainda, toda a sua vocação para a intriga e para o mexericó, ao afirmar que o Governador declarou ter "verdadeira aversão, verdadeira idiossincrasia por uma determinada região do seu Estado", dizendo, mais, que o Governador não esconde o seu ódio, a sua repulsa, o seu horror pelo sul do Estado que governa; e, finalmente, vale transcrever mais este trecho do discurso, pronunciado pelo orador, com toda a sua vergonha e o seu constrangimento: "referindo-se ao sul do Pará, S Ex^o o Sr. Governador Gueiros diz, sem rebuços, que os seus habitantes são forasteiros, depredadores e sicários".

Não haveria necessidade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de nenhuma palavra para fazer a defesa do Governador Hélio Gueiros, pois o próprio acusador se encarregou de, antecipadamente, defender aquele a quem acusava, pelo fato de mostrar-se constrangido e até envergonhado de fazertais denúncias que sabia levianas e descabidas.

Mas, em atenção àqueles que tomaram conhecimento das envergonhadas denúncias, mesmo feitas com constrangimento, lembro que a violência policial do Sul do Pará é igual à violência policial de Itaituba, é igual à violência de São Paulo, do Rio de Janeiro, enfim, de todo o Brasil e do todo o mundo. Qualquer pessoa sabe que não adianta polícia mais preparada ou menos preparada, pois não é a repressão que acaba com a violência. Uma polícia bem montada, bem equipada, bem preparada, pode diminuir temporariamente o índice de violência e de criminalidade das cidades brasileiras; mas, em seguida, esses índices recrudescem. O estado de miséria em que vive a maioria do povo brasileiro, a má distribuição da renda nacional e o desamparo à infância e à juventude são algumas das causas da violência urbana. A violência rural e os conflitos fundiários têm já, outra origem sendo de notar que o trabalho sério que o Governador Hélio Gueiros mandou executar na Iterpa, deu como resultado que, durante seu governo, nenhum conflito ocorreu nas terras controladas pelo Instituto Estadual. Só tem se verificado conflitos, com mortes, em áreas pertencentes ao INCRA e ao antigo GETAT, de que o ilustre Deputado Asdrubal Bentes foi dirigente por largo tempo.

Como Secretário da Segurança Pública que fui no Governo passado do Dr. Jádér Barbalho, cansei de assistir e ouvir acusações contra mim e contra o Governador de então, de

sermos responsáveis por acontecimentos como o incidente da ponte do Pacal na Transamazônica, de conflitos fundiários com mortes e outras violências também cometidas por policiais. Só que essas denúncias eram feitas por pessoas irresponsáveis, políticos demagogos ou por inimigos declarados e radicais. Não cometo a injustiça de considerar o meu prezado colega Asdrubal um irresponsável, um demagogo ou um inimigo radical do Governador. Mas não posso, lamentavelmente, deixar de censurá-lo e de fazer reparos ao seu discurso, pela leviandade de suas afirmações com a de que o próprio Governador teria ordenado a ação violenta da polícia.

A intriga que o orador constrangido pretender fazer, jogando o Governador contra o sul do Pará, não pode prosperar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas

O Governador tem enorme apreço pelo povo trabalhador e progressista que se instalou naquela região, para trabalhar e ajudar o Pará, na agricultura, na pecuária, na indústria, no comércio, considerando-se hoje, todos os que vieram das partes mais distantes do Brasil, com paraenses de coração, muitos aqui constituindo família e com filhos paraenses. E esse apreço que Hélio Gueiros tem pelo sul do Pará, não se revela apenas em palavras e em discursos, mas na ação que desenvolve em benefício da região. O exemplo está nas providências que o Governador tomou em relação a Conceição do Araguaia, a cidade mais importante daquela região, que há mais de um século lidera a economia do sul do Pará. Marginalizada durante muitos e muitos anos, isolada por terra, com a precária navegação fluvial, cheia de acidentes no rio Tocantins, Conceição do Araguaia não recebeu o tratamento merecido por ocasião do serviço realizado naquela área, de asfaltamento da Pa-150. Continuou isolada. Ao visitar há cerca de 2 meses atrás aquela cidade, para implantar um curso superior de Educação Física, o Governador Hélio Gueiros tomou conhecimento dessa triste situação e determinou imediatamente as providências para integrar Conceição do Araguaia definitivamente à rede rodoviária paraense. Os cem quilômetros que separam Conceição de Redenção brevemente estarão permitindo, com a rodovia asfaltada que vai ser implantada, uma viagem fácil e tranquila.

Por outro lado, o Governador implantou, com recursos exclusivamente do Estado, a infra-estrutura do Distrito Industrial de Marabá, outro pólo progressista de desenvolvimento da região sul paraense. Água, luz, esgotos, arruamentos, tudo isso foi realizado por Hélio Gueiros, com recursos próprios, permitindo que muitas indústrias ali se instalassem. Só em postes de energia elétrica foram gastos meio bilhão de cruzados novos (moeda da época) para aquisição e colocação de 10.000 unidades

Com tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, fica desmascarada a solerte tentativa de intriga que o nobre Deputado Bentes

procurou fazer entre o Governador e o povo do sul do Pará.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Mauro Miranda

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o sequestro do empresário Odilon Santos, que vem aumentar o número de tantos outros já ocorridos, revela que se instalou definitivamente neste País uma "indústria criminosa", que ameaça toda a sociedade brasileira.

Desta vez, a vítima foi um rico empresário, conhecido por todos no Estado de Goiás, ao qual tem prestado inestimáveis serviços. Mas sobretudo a violência atingiu um homem benquisto, de hábitos simples, arredio a publicidade, e que formou seu patrimônio a partir de muito trabalho e dedicação à atividade a que se dedicou.

Com o desfecho feliz de mais este sequestro, com o retorno de Odilon Santos ao seu lar e ao convívio dos amigos, que deixa feliz todo o Estado de Goiás e a nós particularmente, resta saber até quando a sociedade, impotente, vai assistir à repetição de fatos dessa natureza, que depõem contra os responsáveis pela segurança dos cidadãos.

Era o que me cabia dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Feres Nader

O SR. FERES NADER (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nos idos de 1780m havia, como hoje, muitos momentos de desolamento e cansaço, em que cada um se indagava se valia a pena a luta.

Cada vez que essa tentação assaltava os mais sacrificados, a sua visão emocionante, resistindo e esperando, recriava em todos eles energias que supunham extintas e recomeçavam, no dia seguinte, como se nada houvesse sido perdido.

Imperava, na época, uma sociedade em que a violência contra os escravos e a exploração da miséria do povo se manifestava de formas diversas, até mesmo pelo sexo, e que registrava um número expressivo de crianças abandonadas.

Este era o perfil traçados, sobre os aspectos desconhecidos da vida cotidiana, nas regiões do ouro em Minas Gerais, no século 18.

Fustigado pela repressão da Coroa portuguesa, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, decidiu liderar um movimento de contestação, buscando romper o binômio senhor-escravo.

A delação e o despotismo colonialista se colocaram na trilha dos inconfidentes. Acusado pelos seguidores da Rainha, Tiradentes foi para o Rio de Janeiro, onde acabou sendo preso, no dia 10 de maio de 1789, ano do início do processo contra os conjurados. Em

Minas Gerais, o quadro não era diferente: um grande número de inconfidentes também era levado para a prisão.

Como epílogo de fatos por todos já conhecidos, Tiradentes foi condenado à forca, depois de o povo aglomerado ouvir o pregão, lido por um meirinho:

“Justiça que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a este infame réu Joaquim José da Silva Xaxier, pelo horroroso crime de rebelião e alta traição de que se constituiu chefe e cabeça, na Capitania de Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a Real Soberana e Suprema autoridade que Deus a guarde”.

Era 21 de abril de 1792.

Comemora-se, pois, 198 anos da morte de Joaquim José da Silva Xaxier, o mártir da Inconfidência Mineira. A História da Pátria, que se ilumina através dos séculos com o martírio da Inconfidência Mineira, registra, com orgulho, a força do sentimento de unidade nacional sobre as insurreições literárias durante o Império, que fixou, para admiração dos pósteros, a bravura de brasileiros que pegaram em armas em defesa dos postulados cívicos contra os vícios da primeira República.

Por tudo isso, Sr. Presidente, devemos, nesta oportunidade, render nossas homenagens à saga dos inconfidentes, que escreveram uma página inesquecível no livro da nossa diletta Pátria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS (PSDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas cerca de 70 mil professores da rede estadual de ensino do Paraná encontram-se em greve há quase um mês, cifra essa que representa em torno de 91 por cento da categoria. Na pauta do movimento, reivindicações salariais, para a manutenção do piso de 3 salários mínimos.

A nova Constituição brasileira, embora sem a correspondente legislação complementar que fixará os setores essenciais no serviço público, assegura, de forma ampla e inquestionável, o direito de greve. E a esse direito têm apelado diferentes classes de trabalhadores como instrumento legítimo de pressão sobre o setor patronal a fim de alcançarem melhores e mais justos ganhos que remunerem condignamente o seu esforço.

Não é de hoje que o professorado paranaense tem sido compelido a apelar à paralisação, remédio extremo a vencer as resistências do poder público às suas aspirações. Nas experiências anteriores a categoria chegou a colher resultados positivos, porém logo mais neutralizados pelos efeitos deletéricos da inflação. Da mesma forma como antes, os mestres pedem, ainda, maiores recursos oficiais para que o ensino se torne eficiente e atinja a sua própria razão de ser junto a seus desti-

natários finais, um contingente de aproximadamente um milhão e quinhentos mil alunos matriculados em mais em três mil estabelecimentos da rede escolar do Estado.

O Governo do Paraná anunciou sua proposta salarial, que atinge não apenas os professores, mas o funcionalismo em geral, não acolhida pelos membros do magistério, por considerá-la um achatamento salarial, pois não considera as perdas salariais acumuladas.

O Executivo Estadual deu por encerradas as negociações e se mantém irredutível nos valores estabelecidos no seu plano global de vencimentos, elaborado, segundo seus técnicos, dentro das limitações financeiras do erário.

Acreditamos, Sr. Presidente, que o diálogo seja o melhor instrumento para se chegar a uma composição conciliatória entre as partes em conflito. Muitas vezes são pequenas arestas, a impedir o entendimento desejado. Não se trata, uma greve quase total de professores, com apoio até das associações de pais e mestres, como mero confronto entre padrões de uma empresa privada e seus empregados. São extensas as repercussões de uma paralisação num setor reprodutivo para o País como é o da educação.

Confiamos, entretanto, que prevalece o bom senso e o Governo do Estado do Paraná seja sensível à grave situação representada por um milhão e quinhentos mil alunos sem escola e às consequências imprevisíveis da continuidade do movimento paredista. Apelamos no sentido de que as conversões sejam retomadas entre Governo e professorado, e que cheguem a um entendimento ideal que resguarde, antes e acima de tudo, os superiores interesses da educação das crianças paranaenses (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Setores isolados da opinião pública, apressadamente, imaginaram que o plano de estabilização econômica do Presidente Fernando Collor era omisso em relação à dívida externa que, sem dúvida, é um importante fator de agravamento da crise brasileira.

É verdade que o conjunto de Medidas Provisórias não trata explicitamente da questão externa. E não poderia ser diferente.

Seria ingenuidade imaginar que o problema da dívida resolver-se-ia com a simples edição de uma norma jurídica interna, em decisão unilateral, precipitada e, por isso mesmo, de eficácia duvidosa.

Para que possamos negociar com os credores externos, em condições vantajosas, é fundamental que nos reorganizemos internamente, arrumando a casa, debelando a inflação e consolidando o apoio político necessário a uma posição de força no processo de negociação com os bancos e governos estrangeiros.

Ninguém mais do que o Presidente Fernando Collor sabe da importância de reafirmarmos nossa soberania, conseguindo refinanciar a dívida e atrair novos investimentos estrangeiros para integrar-se no projeto de um Brasil moderno e desenvolvido.

Ouvi do Presidente da República sua firme determinação de assim proceder. Haveremos de retomar a negociação da dívida, junto ao FMI e aos demais credores, com o País em ordem, estabelecido economicamente e fortalecido política e institucionalmente, para que não se repitam os erros do passado, que tantos prejuízos causaram à Nação e tanto desgastaram a imagem do Brasil perante a comunidade econômica internacional.

A dívida externa não foi esquecida pelo Plano Brasil Novo. Apenas esperamos a oportunidade e as condições para enfrentarmos, com sucesso, mais esse grave empecilho ao desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Carlos Vinagre.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Gostaria, perante este Plenário, de registrar que, impedido por motivos de saúde, não votei a Medida Provisória de nº 168, que instituiu o cruzeiro.

Mas quero deixar aqui o testemunho de que, se tivesse podido estar presente, votaria a favor dela, por acreditar em sua eficácia e em sua necessidade enquanto espinha dorsal do Plano Econômico do Governo Federal.

Não significa este apoio um desligamento pessoal da diretoria partidária peemedebista, dado que não abandono a crença no programa do Partido a que pertenço com muita honra e orgulho. E também não significa que eu passe a discriminar entre meus correligionários aqueles que manifestaram opinião diversa: esta Casa é democrática e livre é a expressão do pensamento de seus membros, em palavras, ações ou votos.

Por assim entender, Sr. Presidente, repilo veementemente as ameaças de expulsão do Partido daqueles que se manifestaram favoravelmente ao plano econômico.

É verdade que alguns dos pontos componentes de um tão vasto elenco de medidas não mereceriam nosso apoio, mas a manutenção da integridade das linhas mestras do mesmo justifica a aceitação de aspectos controversos. O que não se poderia imaginar é a rejeição da totalidade das Medidas Provisórias, abandonando-se a economia à própria sorte e a sociedade ao insaciável e perverso flagelo da carestia.

Minha posição tem sido coerente, já que, embora pertença ao PMDB, há algum tempo havia manifestado apoio ao Presidente da República no que respeita às medidas tendentes a debelar a inflação. Esta é a única maneira de representar a população paranaense, aliando-me aos esforços no sentido de redirecionar

a Nação para a trilha do desenvolvimento e do bem-estar social

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que respeito aqueles que votaram contra as medidas do Plano Econômico, mas, ao mesmo tempo, exijo que respeitem minha posição pessoal, minha convicção íntima de que este Plano trará resultados duradouros.

Manifesto, pois, essa crença, afirmando à população paraense que não transigirei de minhas convicções em nome de interesses partidários, sempre que esteja em jogo a elevação da qualidade da vida de nossa gente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Roberto D'Ávila.

O SR. ROBERTO D'ÁVILA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: O PDT votou contra o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 155, e o fez por entender que, a despeito do esforço do nobre Relator, Deputado Marcelo Cordeiro, o referido projeto não contemplava as salvaguardas necessárias para se evitar a completa desnacionalização da economia brasileira.

Na verdade, o curto espaço de trinta dias, prazo em que o Congresso deve examinar uma Medida Provisória, não é suficiente para se aprofundar o exame ou discussão do papel do Estado na economia, nem tampouco para a definição de quais empresas exercem atividade de relevante interesse social ou são estrategicamente indispensáveis ao desenvolvimento do País.

Até hoje, por exemplo, quase dois anos após a promulgação da Constituição, o Congresso não regulamentou o papel do capital estrangeiro na economia, nem definiu os setores nos quais a presença do Estado ainda é vital para o resguardo dos interesses públicos.

Por isso, o PDT não poderia concordar com a autorização implícita não só na Medida Provisória nº 155, como no próprio Projeto de Lei de Conversão, para uma privatização indiscriminada de empresas públicas, sem assegurar a mínima interferência do Congresso Nacional no controle do processo de desestatização.

Áfinal, trata-se de patrimônio público, de empresas constituídas com recursos subtraídos dos trabalhadores e de toda a população contribuinte. Um valioso patrimônio que, em última instância, pertence a todos nós, não pode ser queimado levemente em leilões de conversão, ou de privatização, especialmente em um momento econômico de profunda recessão, como o que se projeta para os próximos meses, em decorrência do conjunto das recentes decisões governamentais, notadamente a Medida Provisória nº 168.

A alienação de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce, cujo patrimônio vale bilhões de dólares; a Eletrobrás, que detém ativo superior a US\$ 100 bilhões, e tantos outros gigantes estatais, da maneira como o Governo pretende efetivar, implicaria certa-

mente a sua transferência para grupos privados nacionais e externos a preços subestimados, em leilões nos quais os interessados utilizarão todo o poder de barganha de sua elevada capacidade econômica para impor os valores das ofertas vencedoras.

Portanto, a posição do PDT, Sr. Presidente, em consonância com nossa história partidária, é a de defender o patrimônio dos brasileiros e lutar para que as propostas de privatização sejam examinadas individualmente e com o maior rigor pelo Poder Legislativo, nunca de forma como expressam os textos da Medida Provisória e do Projeto de Lei de Conversão, porque lhe atribuem condições de alienar diversas empresas públicas sem maior exame pelos legítimos representantes do povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra à nobre Congressista Irma Passoni.

A SRÁ. IRMA PASSONI (PT — SP Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, comunico que em reunião da Comissão de Transporte, o Ministro Ozires Silva nos informou que:

1º — a BR-116, na região de Registro e Miracatu, será mantida a duplicação, obra prioritária para o Brasil, cuja verba está consagrada no Orçamento, luta que me custou muito até aprová-la

2º — Serão encaminhados estudos para isenção de IPI para compra de ônibus urbanos, problema crucial para as cidades brasileiras.

3º — Encaminhará a anista dos funcionários ligados ao Ministério das Comunicações, cumprindo, assim, a Constituição.

Registro para que possa cobrar futuramente, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Ademir Andrade

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, termina a Nova República, já avançamos em um mês de novo Governo e os problemas fundiários continuam ocorrendo. Os conflitos que tinham sido prometidos desaparecer ainda existem em grande número, causando prejuízos a milhões de trabalhadores sem terra e expulsando dezenas de milhares dos que conseguiram um pedaço de chão para morar e fazer produzir. Mesmo com 5 ou mais anos de ocupação, eles continuam perdendo suas terras e suas benfeitorias para os latifundiários, cada vez mais gananciosos e violentos.

Na verdade o Governo não fez reforma agrária e, ao que se pode deduzir, continua sem intenção de efetivamente executá-la.

Como prova de que a situação pouco mudou, estão aí dois conflitos que nos chegaram ao conhecimento, por informações trazidas por representantes dos trabalhadores rurais, que foram ou estão sendo despejados das áreas que ocupam.

Registramos nos Anais do Congresso os conflitos que encaminhamos, em primeiro lugar

ao Dr. Mário Luís Pegoraro, Presidente do INCRA, denunciando e pedindo providências em relação ao conflito na Fazenda Campo Alegre, em Santana do Araguaia, no Pará. Conforme denúncias de uma das vítimas, o Sr. Tércio Vicente da Silva, o Sr. Mário, administrador da fazenda, mandou destruir e incendiar as casas dele e de outros 73 lavradores da área, que possuem, em média, 5 anos de ocupação

No outro ofício, dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura (nº 007/90, de 9-4-90), denunciaremos as ameaças que os ocupantes, cerca de 80, da área denominada Fazenda Grotão, vêm sofrendo por parte do pretenso proprietário, o Sr. Roberto Nascimento, que reside em São Paulo. A área fica nos municípios de Redenção e Santa Maria das Barreiras, no Pará, e mede 4.356 hectares.

Apelamos às autoridades do Ministério da Justiça, do INCRA e do Ministério da Agricultura, para que dêem atenção a estes casos específicos, evitando violências e injustiças, além de fazer com que os trabalhadores possam continuar produzindo e morando em paz com suas famílias, regularizando a sua ocupação (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU DISCURSO.

Brasília-DF, 5 de abril de 1990.

Ilmº Sr

Dr. Mário Luís Pegoraro
MD Presidente do INCRA
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Estou lhe encaminhando o Sr. Tércio, que nos relatou o seguinte:

A partir do dia 8 de agosto de 1989, no município de Santana do Araguaia/PA, começou um conflito de terra, tendo por vítimas várias famílias de posseiros daquela região.

O local deste conflito, fica na fazenda Campo Alegre, em Santana do Araguaia, atravessando o Rio Campo Alegre. A área total da fazenda é de aproximadamente 115 mil alqueires.

No início do conflito o gerente da referida fazenda era um senhor por nome de Mário. Atualmente o gerente é um outro senhor conhecido por Cachimbino

O Sr. Tércio Vicente da Silva, foi um dos posseiros mais atingidos pela violência causada naquela região. Ele é casado, pai de 10 filhos, morador da sua posse há 5 anos e 3 meses e tem uma área de aproximadamente 40 alqueires, sendo 10 alqueires já gramados em capim mandante e braquiara. Seu patrimônio era de um nível médio, pois o mesmo já tinha sua criação de 180 porcos, galinhas, e também um plantio de arroz, milho, mandioca, banana, abacaxi etc...

No dia 21 de agosto de 1989, estando o Sr. Tércio ausente de sua residência, pois fora a uma pescaria, seus familiares receberam a desagradável visita de um grupo formado por 3 soldados, 2 pistoleiros e do próprio delegado do município de nome Ambrazio,

que não o encontrando, proferiram várias ameaças de morte (fato relatado depois, por membros de sua família) e não satisfeito com as ameaças, levaram sua ferramentas de trabalho e as redes de seus filhos

No dia 28, portanto, sete dias depois da citada visita, às 17:30 hs, o Sr. Térto e sua família, saíram de sua casa para uma visita à um vizinho, e ao retornarem, de longe avistaram o fogo que destruiu sua propriedade, nada sendo possível fazer, pois no interior do barracão de madeira, havia também uma geladeira à gás, o que facilitou a propagação do fogo, que destruiu também vários objetos como: motor-serra, fogão à gás, bicicletas, tralhas usadas para uma carroça, vários utensílios domésticos, além de 4 canoas.

O que se sabe, é que o mandante dessa destruição foi o gerente da fazenda Campo Alegre (na época o senhor Mário, tratado por Marão) e que os pistoleiros incendiários foram os indivíduos conhecidos por: Anastácio, Sebastião, Adão, Apolo, Eunedes, e Zé Aires, sendo este, o chefe da quadrilha

Gostaríamos de citar também, que o incêndio destruiu ainda a plantação, a criação de porcos (morreram 80 porcos que estavam no manguieiro) e galinhas, deixando o Sr. Térto, somente com os 10 filhos e sua esposa.

Assim como o Sr. Térto, tem mais 30 famílias que tiveram suas casas queimadas na mesma situação, totalmente encurralados diante da monstruosa violência dos administradores da citada fazenda, que até hoje vem perseguindo os posseiros com armas de grosso calibre, deixando crianças e mulheres completamente apavorados. Esses posseiros sem nenhuma condição de trabalho para prover o sustento de suas famílias, continuam ameaçados de morte, principalmente o Sr. Térto, que soube ter sido contratado um pistoleiro por 30 000 cruzeiros para matá-lo.

Diante do exposto, o Sr. Térto, vem em nome de todos os prejudicados, pedir apoio para que consigam suas terras para trabalhar, como também suas casas e seus bens que foram destruídos por ordem dos proprietários da fazenda Campo Alegre. Pedem ainda, as autoridades do governo que lhes garantam segurança de vida, para que fatos como esses acima citados, não se repitam, nem que essas pessoas venham a perder suas próprias vidas ou a de seus familiares

Ele esteve em Brasília com outros lavradores e o presidente do STR de Santana do Araguaia, João Horácio.

Fizemos as denúncias aos órgãos competentes e inclusive recebemos o telegrama veja cópia anexa. Vai também um ofício de 27-9-89 do STR, dirigido à V. Sr.

Estou marcando com o senhor Térto uma visita em sua terra onde pretendemos reunir com trabalhadores, levando outros políticos e advogados para defenderem os seus interesses.

Segue ainda uma relação de 73 posseiros da área. Houve uma reunião em 20 de fevereiro que nada resolveu.

Agora inicia-se na região o verão, época em que as águas começam a baixar e novas

ameaças já estão sendo feitas. Em função disto é que o Sr. Térto veio solicitar providências para legalização das suas terras, para que outras violências não aconteçam

A data em que estarei visitando os companheiros é nos dias 5 e 6 de maio e gostaria que alguém desta autarquia nos acompanhasse.

Atenciosamente, — **Ademir Andrade**, Deputado Federal.
Ofício nº 007/90

Brasília-Df, 9 de abril de 1990

Exmº Sr.

Antônio Cabrera Mano Fialho

MD Ministro da Agricultura

Ministro da Agricultura

Brasília — DF

Senhor Ministro,

Estou lhe encaminhando o Sr. Pedro Conceição dos Santos, representantes dos posseiros da Fazenda Grotão (lote 45 Gleba Nova Glória), situada nos municípios de Redenção e Santa Maria da Barreiras no Estado do Pará.

Ele veio urgente à Brasília, em função do proprietário da área tê-los ameaçados de despejo, caso não se concretizasse imediatamente a desapropriação. O prazo dado terminou hoje. O nome deste fazendeiro é Roberto Nascimento, residente em São Paulo e os seus telefones são: residencial — 885.78 50, escritório: 883.26.11.

Este mesmo fazendeiro já foi desapropriado em junho de 1988, numa área de 26.136 Ha, que entretanto, foi entregue pelo próprio INCRA à grandes latifundiários. Os posseiros então ocuparam uma outra área cujo processo de desapropriação, neste momento tramita no INCRA, com o nº 0021/89, aguardando um encaminhamento de V. Exº

Esta área ocupada hoje por 80 famílias de trabalhadores tem um total de 4.356 Ha, enquanto a outra área já desapropriada e com emissão de posse tem 26.136 Ha, e foi entregue apenas a 25 proprietários.

Este fazendeiro que pretende a idenização de mais esta área, agora ocupada pelos posseiros é morador de São Paulo, e ainda proprietário da Fazenda Ingazinha, de 18.000 HA, vizinha da já desapropriada.

Solicitamos a interferência pronta e imediata deste Ministério para que violências não ocorram contra os trabalhadores. Creio que o Sr. Roberto Nascimento está fazendo pressão sobre estes posseiros, para que eles mesmos forcem o INCRA.

Merece uma verificação detalhada toda esta situação, mas em primeiro lugar, deve-se dar garantia de segurança e tranquilidade aos posseiros, que se encontram ameaçados.

Gostaria que recebesse o portador ou o encaminhasse a quem pudesse resolver a questão.

Certo de sua atenção, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente, **Ademir Andrade**, Dep. Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista Evaldo Gonçalves.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL — PB Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srº e Srs Congressistas, na última visita minha à cidade de Cabaceiras, por sinal, para participar de um acontecimento raro, a missa de Ação de Graças pelo transcurso do 40º aniversário de casamento do Prefeito Abídias Ayres de Queiroz com Terezinha Farias, um ex-colega de Ginásio, Guilherme Cavalcanti, entregou-me um pedaço de papel amarelecido contendo a seguinte inscrição: “Centro Estudantil Campinense — Frente de Renovação Estudantil — Para Presidente: Evaldo Gonçalves — para Vice-Presidente: Roberto Chabo”.

O papel e sua inscrição datavam de quase quarente anos, e se constituía na “Chapa” de votação dos estudantes secundaristas de Campina Grande em mais uma eleição para escolha dos dirigentes da sua entidade representativa, conhecida como Centro Estudantil Campinense.

Ao ver o instrumento de escolha então adotado, acudiram-me à memória fatos de uma quadra da história estudantil de Campina Grande que, com muita justiça, fazem parte de sua própria História, pela sua repercussão e importância. Não se pode falar de Campina Grande, nas suas décadas de quarenta e cinquenta, sem referências obrigatórias às lutas e campanhas do Centro Estudantil Campinense.

Foi um período áureo, em que o civismo e o espírito público impregnaram as ações políticas dos estudantes secundaristas de Campina Grande, na defesa dos melhores princípios e causas do seu desenvolvimento. Igualmente, o CEC funcionou como uma grande escola política, na melhor acepção do termo, formando lideranças que se engajaram na vida pública do meu Estado, em todas as épocas. Um Félix Araújo, um Raimundo Asfora, um Fernando Cunha Lima, para citar apenas alguns, já desaparecidos, todos tiveram a sua participação expressiva nessa quadra de lutas e reivindicações de que foi grande protagonista o Centro Estudantil Campinense.

Para que fique nos nossos Anais, Sr. Presidente, Srº e Srs. Deputados, requeiro a V. Exº que se transcrevam os registros que se seguem, não só relativas a minha visita ao Município de Cabaceiras, como a outros, onde tenho sido votado em várias eleições na Paraíba (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EVALDO GONÇALVES EM SEU DISCURSO)

Centro Estudantil Campinense
Renovação Estudantil Campinense
Para Presidente
Evaldo Gonçalves
Vice-Presidente
Roberto Domingos Chabo

Reencontro

Se há uma condição que me atribuo, como político, nestes últimos três anos, é a de De-

putado em trânsito. Eleito para a Câmara Federal, em 1986, não me fixei em Brasília, como era de se esperar. Permaneci lá, invariavelmente, das terças às sextas-feiras, retornando à Paraíba, nos finais de semana, mantendo contato direto com os Municípios, onde sou votado, e escritório de atendimento aos Prefeitos, em João Pessoa. Nesse vai-e-vem constante, o tempo voou, como era natural. Estamos todos diante de uma nova eleição, em outubro próximo, quando deverá à Paraíba escolher seu novo Governador, mais um Senador, seus Deputados Estaduais e Federais.

Será mais uma batalha de uma guerra que não termina. Os protagonistas podem até mudar. Certamente mudarão. Todavia, a luta por melhores dias é duradoura.

Para avaliar de perto os resultados do meu trabalho, junto às Bases Eleitorais responsáveis pela minha eleição, durante o último recesso — Dezembro e Janeiro passados — visitei a maioria dos Municípios onde sou votado, e pude constatar, com grande alegria, que recursos federais transferidos foram bem aplicados pelos respectivos Prefeitos e, em todos eles, há obras construídas com verbas Municipais, num acervo que recomenda as suas administrações.

Passarei a relatar o que testemunhei nesse reencontro salutar que mantive com amigos e correligionários, durante o último recesso. Foram sessenta dias de intenso convívio, quando soluções foram festejadas e velhos e novos problemas repassados, à guisa de renovados desafios, que permanecerão em pauta, em caráter permanente, para a busca de alternativas satisfatórias. Já houve quem assegurasse que a história da humanidade é rica em soluções de desafios os mais complexos. Nem por isso, todavia, tem-se sido capaz de eliminá-los, definitivamente. A medida que são satisfeitos, outros surgem, até com mais força, o que autorizou o Papa Leão XIII a dizer que “a insatisfação é o apanágio do homem”.

Nos comentários que se seguirão veremos um perfil, em escala muito menor, dessa realidade universal.

Reencontro II Cabaceiras

Cabaceiras, o conhecido Município do Cariri paraibano, me deu a primeira oportunidade de uma visita no último recesso. O Prefeito Abidias Ayres e sua esposa, ex-Vice-Prefeita Terezinha Farias, comemoraram quarenta anos de união conjugal, reunindo familiares e amigos, numa Missa de Ação de Graças concelebrada por todos, onde coube ao Dr. Sebastião Ayres, médico da família e Conselheiro Espiritual de quantos o procuram, a leitura de expressiva mensagem alusiva ao importante acontecimento. Mesmo com a enorme carga de emoções provocada pelas comemorações, houve espaço para a discussão de problemas outros, todos necessariamente voltados para o interesse público. É o caso da conclusão da ponte sobre o rio Taperoá, construída já em cerca de noventa

por cento de sua totalidade, faltando apenas o vão central. É também o caso do Açude “Pelo Sinal”, cujos recursos já comprometidos estão em poder do DNOCS, à espera das primeiras providências para o início de suas obras. Tudo foi repassado, com a participação de Vereadores, dos ex-Prefeitos Jorge Gilson e José Duarte, além de outras lideranças igualmente interessadas no desenvolvimento de Cabaceiras e do Cariri da Paraíba. Ninguém em Cabaceiras é indiferente à sorte de seu povo. Notadamente, os que estão no comando do seu destino administrativo.

Um episódio, porém, me tocou particularmente. Participando dos acontecimentos, naquela noite de final de ano, estava em Cabaceiras o Professor Guilherme Cavalcanti, meu contemporâneo do Colégio Pio XI, nos idos de cinquenta. Recordo instantes preciosos de nosso convívio escolar, sem esquecer a nossa participação nas lutas do Centro Estudantil Campinense, quando fui candidato, mais de uma vez, a representante, e uma a Presidente e outra a Vice-Presidente. Sempre obtivera êxito nas postulações a cargos de representação, o mesmo não se verificando, quanto aos postos majoritários. Ao longo dessa conversa, o Professor Guilherme sacou do bolso um papel amarelecido pelo tempo e mandou que eu lesse o seu conteúdo. Estava escrito: “Centro Estudantil Campinense — Renovação Estudantil Campinense — Para Presidente: Evaldo Gonçalves — Vice-Presidente: Roberto Domingos Chabo”. Tratava-se de uma “Chapa”, com a qual eu concorri à última eleição estudantil ao lado de companheiros do melhor jaez, como Roberto Chabo, Genival Meneses, Oliveira Oliveira e muitos outros.

Difícil retratar os sentimentos despertados, em turbilhão, pela entrega do papel desbotado, cuja impressão datava de mais de quarenta anos. Toda uma época de lutas e embates, visando um lugar ao sol foi, num abrir e fechar d'olhos, ressuscitada. Personagens desfilaram e acontecimentos que hoje pertencem a História foram evocados.

Afinal, poder-se-ia perguntar: a festa não era para recordar emoções? Terezinha, Abidias, filhos e netos estavam ali para agradecer a Deus os bons momentos de União, durante quarenta anos. O professor Guilherme Cavalcanti, fez-me, além de participá-lo dessas emoções, achou pouco e despertou outras das quais fui, com a graça de Deus e a generosidade dos amigos, protagonista, quando do exercício de lideranças estudantis no saudoso Centro Estudantil Campinense.

Cabaceiras é sempre assim: por si, sua História e seu povo, é capaz de, numa noite só, ligar seu destino ao de muitos, como eu, acostumado à sua fidalguia e sua indescritível acolhida desde os tempos de estudante, quando à sombra de seu Cruzeiro, me iniciava, ao lado de Sebastião Ayres e Juez Farias, na difícil, e ainda por mim não dominada, arte de falar em público. Esta, porém, é outra História, e ficará para ser contada depois. Igualmente, não é destituída de emoções.

Reencontro III Lançamento do livro

Pela terceira vez consecutiva Campina-Grande é sede do lançamento do meu Livro Prestação de Contas, contendo as minhas atividades parlamentares, na Câmara dos Deputados. Desta vez recebeu o nome de “A Paraíba, Sempre”, e, como os outros, contém Discursos, Projetos de Lei, Requerimentos, Artigos e Notícias publicadas na Imprensa paraibana. Em Campina, o acontecimento ocorrera na Livraria Pedrosa, graças à generosa acolhida do Livreiro Pedrosa e seus familiares, sempre muito acolhedores às iniciativas culturais. Esmeraram-se na apresentação os Jornalistas Stênio Lopes e Williams Tejo, e não tenho do que me queixar quanto ao prestígio das pessoas presentes. Enumerá-los seria temeridade pela quantidade e qualidade de suas presenças. Todos estão bem presentes, todavia, nos registros do meu reconhecimento.

Conforta-me saber que, mais uma vez, o livro esgotou-se, rapidamente, e tive que suplementar o estoque inicial para atender aos pedidos dos interessados.

De Campina Grande, no mesmo dia, rumei para o Cariri, começando a distribuição por Sumé. Foi uma bonita festa, comandada pelo Prefeito Neto, os Vereadores e os ex-Prefeitos Vavá Paulino e Leonardo Guilherme, tendo a apresentação sido feita pelo Dr. Assis Quintans, Deputado Estadual pelo Cariri, a ser eleito nas eleições deste ano, segundo os melhores prognósticos. Foi generoso, como sempre, a destacar o meu trabalho em favor da Região, ao longo de toda a minha vida pública. Os volumes destinados também rapidamente se esgotaram. Houve, à noite, durante a peregrinação que fizemos, acompanhados dos amigos, oportunidade de sentir que os sumeenses estão satisfeitos com a administração Municipal do Prefeito Dr. Neto, bem com o meu trabalho e o do Dr. Assis Quintans, em favor daquele Município, tudo levando a crer que manteremos majoritárias nossas votações, em outubro próximo. Cabe destacar a disposição de trabalho dos nossos Vereadores e dos ex-Prefeitos Leonardo e Vavá Paulino, detentores de natural liderança política, em Sumé.

Dali fomos, eu e Assis Quintans, para São João do Tigre, onde mantivemos contato com o Prefeito Stanislau Chaves e o ex-Prefeito Mário Chaves, além dos vereadores e lideranças locais, tendo sido feita, igualmente, a distribuição de livros. O Prefeito agradeceu-me os recursos transferidos para à sua administração e destinados a obras importantes nos setores da educação e infra-estrutura urbana. No retorno, estivemos em Monteiro e, no dia seguinte, em companhia do Deputado Aloysio Pereira, fui a Prata, participar da grande festa do Prefeito Souto Maior, que deu por inauguradas várias obras da sua administração, além da entrega de um micro-ônibus escolar, destinado aos universitários que estudam fora da Prata. Foi um dia todo de festas, culminando com a entrega

dos títulos de cidadania pratense a mim, ao Deputado Aloysio Pereira, ao ex-Prefeito Francisco Gonzaga, ao Dr. David, ex-Diretor do Colégio Estadual, ao Promotor Público, Dr. Nilton da Silva Chagas e ao ex-Coletor Fiscal daquele Município. A Prata, não obstante sua limitada superfície, é um grande Município pelas realizações de seus Prefeitos, razão maior de uma liderança exercida há mais de trinta anos, sem experimentar uma derrota sequer. O seu povo é reconhecido e exerce o direito da cidadania com independência e altivez. É voz comum que para um Município de Prata, o povo e os Prefeitos têm que ser de ouro. E isto vem acontecendo através dos tempos. E dificilmente mudará!

Ali também distribuí o livro "A Paraíba, Sempre", dentro do programa, a que me propus, de prestar contas aos amigos da minha atuação parlamentar.

Fiz ver, igualmente, a minha luta para promover recursos destinados à pavimentação do trecho rodoviário ligando a BR-412 à Prata, Ouro Velho e São José do Egito, em Pernambuco, através de Emendas ao orçamento da República, por sinal, a esta altura, já aprovada e em poder do DNER para início da execução das obras. É mais uma vitória da Cariri da Paraíba e da minha luta parlamentar.

Reencontro IV Areal e Montadas

No começo de fevereiro estive em Areal. O Deputado Estadual Aloysio Pereira viajou comigo, dada a sua identificação com as lideranças políticas daquele Município. Município pobre, seu desenvolvimento está muito em função do trabalho de seus Prefeitos. Acompanho, há mais de quinze anos, o sacrifício dos que têm recebido o apoio do povo para governá-lo. Desde o saudoso Francisco Apolinário até o atual Prefeito Arnóbil Alvez que venho sendo votado em Areal, para Deputado. Também é voz corrente que todos os benefícios feitos em seu favor têm a minha participação. Nem o povo, nem os ex-Prefeitos Dorgival Cabral e Waldomiro Xavier, negam essa evidência.

Está sempre presente na memória de todos o esforço conjunto feito por todos nós, na administração de Waldomiro Xavier, visando à construção do Açude do Gavião, responsável hoje pelo abastecimento d'água de Areal. Sem a Prefeitura, sem os recursos estaduais e a ajuda do povo, Areal ainda estava condenada à falta d'água, com dificuldades enormes para o seu crescimento e o bem-estar mínimo da sua população. O Açude foi construído "na marra" e hoje é uma extraordinária realidade. É o mesmo caso do Centro Social, começado na administração passada, e que o Prefeito Arnóbil Alves, com apoio de sua Câmara de Vereadores, haverá de concluir. É obra que imortalizará qualquer administração. Eu e o Deputado Aloysio Pereira ficamos empolgados com a sua dimensão física e social. Não são todos os Municípios de médio porte que dispõem de equipamento igual disponível para pleno uso de seus

municípios. Areal irá marcar grande tento, quando da conclusão do seu Centro Social, que terá finalidades múltiplas em favor de suas comunidades, sobretudo os mais carentes.

Visitamos, também, obras realizadas pela atual administração do Prefeito Arnóbil Alves na zona rural, notadamente no setor da educação. É sempre bom quando nos defrontamos com realizações públicas que atestam a idoneidade e lisura da aplicação dos recursos transferidos com a nossa ação parlamentar. É o que acontece em Areal. Montadas é, por igual, outro exemplo de austeridade e seriedade administrativas. O ex-Prefeito Antônio Veríssimo e o atual, Inácio Porto, são rigorosos e honestos na aplicação de recursos públicos. Ao longo desses três anos, de exercício das funções de Deputado Federal, tenho transferido recursos para todos, tanto para a área da Educação, como para a Saúde e melhorias urbanas, sendo bem aplicados, com reais benefícios para toda a comunidade, indistintamente de preferências partidárias.

Tive minha participação na construção do Açude "Riacho do Emílio" destinado ao abastecimento d'água na cidade de Montadas, e assim como lutei pela implantação do trecho Rodoviário, em revestimento primário, ligando Montadas e Puxinanã e Montadas a Areal/Esperança, tenho feito tudo ao meu alcance para sensibilizar as autoridades deste País no sentido da captação de recursos, visando ao asfaltamento dos citados trechos rodoviários. Espero continuar contando com o prestígio do voto popular, nas eleições que se aproximam, a fim de dar prosseguimento a essa luta de real interesse público.

Reencontro V — Puxinanã

Na agenda do recesso, um lugar estava reservado para Puxinanã. Quiseram o Prefeito Orlando Dantas o Presidente e os Vereadores da Câmara Municipal que minha presença ali coincidissem com a data do aniversário da cidade, 28 de janeiro. Além do lançamento do livro "A Paraíba, Sempre", seria instalada a Assembléia Municipal Constituinte, com a presença do Secretário da Agricultura do Estado, Deputado Carlos Dunga, a quem se atribuiu a responsabilidade de proferir a conferência inaugural de tão importante evento.

Foi uma festa realmente significativa, com o prestígio da maioria dos Vereadores e da comunidade, além da primeira Dama, Dr. Lúcia Ayres, representando a mulher puxinanaense, o Clube de Mães e o Centro Social. Seguiu-se momentos de maior descontração na residência do Vereador Geraldo Genuíno, quando foram destacadas conquistas importantes para Puxinanã, com a criação da Escola Técnica Agrícola, com recursos já assegurados no orçamento da República, graças à emenda de minha responsabilidade e as persistentes cobranças da comunidade, através do Prefeito, Vereadores e do Dr. Antônio Agripino. Para que tal obra se tornasse realidade, foi necessário, igualmente, que a propriedade do Estado, nas imediações da cida-

de, fosse dada, em comodato à Prefeitura, pela ação eficiente e corajosa do Secretário da Agricultura, Deputado Carlos Dunga, a quem Puxinanã saberá ser grata.

É de se ressaltar, nesta oportunidade, que não tem faltado a Puxinanã, tanto na atual administração do Prefeito Orlando Dantas, quanto na anterior do Prefeito Pedro Rodrigues, apoio do Governo Federal para obras no setor da educação, da saúde e da infraestrutura urbana, graças a minha interferência junto aos Ministérios e aos Órgãos do Poder Central. São conquistas importantes ao desenvolvimento de Puxinanã, que está a reclamar de todos nós a união de esforços para a construção, dentro do menor espaço de tempo, do Açude "Lagoa de Milhã", sem o qual o progresso daquele Município estará seriamente comprometido. Tenho feito a minha parte, apresentando emendas ao Orçamento da República destinados à construção daquele manancial, como me preocupa muito a necessidade da construção do Açude Catarina, em Campo D'angola, o que beneficiaria muito o Município de Puxinanã.

São os compromissos e realizações desse porte em que me fazem permanecer na vida pública até um dia em que, no julgamento das urnas, meu trabalho for considerado dispensável e substituível. Enquanto tal veredito não for lavrado, todas as minhas forças serão dirigidas para as soluções de caráter coletivo, em favor dos que confiam na minha ação parlamentar.

A Puxinanã, e aos seus filhos, meus estimados conterrâneos, só tenho motivo para agradecer o apoio recebido em todas as oportunidades em que fui candidato, certo de que jamais me faltará com a sua solidariedade. A ela só tenho procurado honrar, e com ela, e seu povo e suas lideranças, aprendi que o melhor capital político é o trabalho.

Dessa lição tenho feito um lema para as minhas batalhas e um permanente "slogan" de campanha. Não tenho por que mudar, se até hoje tal desiderato tem dato certo. O trabalho e a melhor fonte de inspiração para a solução dos problemas coletivos. Não há porque mudar. É sentença bíblica.

Reencontro VI — Lagoa Seca

Município irmão de Puxinanã, Lagoa Seca tem me prestigiado com o seu apoio, em todas as eleições a que tenho me submetido, ao longo desses trinta anos de vida pública. Na medida do possível tenho procurado corresponder a essa confiança, ajudando às administrações Municipais e participando de campanhas políticas ao lado de lideranças como João Jerônimo da Costa, Pedro Jácome, Edvardo Herculano, Luiz Leal, Fernando do Veleiro, Sebastião Manoel, o Beba, Antonio de Ó, Daniel Jerônimo, Manoel do Motor, Jordão José, Venício Porto, Carlos Gertrudes, Nezinho do Floriano, Zezinho Marques, Severino Lúcio, Antonio Jerônimo, Cecílio, José Poluca, Expedita Primo, Zezinho Brasileiro, Assis Costa e tantos outros líderes. De todos tenho recebido a melhor solidariedade e espero continuar merecendo atenções, se-

não de todos, pelo menos da maioria deles, a fim de que possa manter essa relacionamento sobremodo frutuoso.

Daf minha presença em Lagoa Seca, na noite de sábado 10/02, no Veleiro, graças à cortesia do Vereador Fernando Cândido para lançamento do Livro "A Paraíba, Sempre", cuja apresentação lúcida e generosa coube ao ex-Prefeito e meu colega de Câmara Municipal de Campina Grande, João Jerônimo da Costa.

Foi um reencontro no melhor estilo democrático, desde que na mesa que presidiu os trabalhos estavam todas as lideranças políticas, com exceção de uma apenas que é nossa comum adversária, em Lagoa Seca e Puxinanã.

De todos, recebi palavras de estímulo e exaltação a minha ação parlamentar, bem como o reconhecimento ao meu trabalho em favor do Município. João Jerônimo fez questão de ler todo o livro, e, com a seriedade que lhe é peculiar, discorreu com conhecimento de causa sobre todo o seu conteúdo, o que muito me gratificou.

No coquetel que se seguiu, como era natural, providências foram cobradas, em nome dos interesses maiores da coletividade, dentre os quais se destaca a construção do Açude Gravatá, considerado por todos indispensável ao desenvolvimento da comunidade a que servirá. O clima foi de entendimento, ensejando o convite para a abertura da Sessão solene da Câmara Municipal por ocasião da instalação da sua constituinte, o que ocorrerá no último domingo, dia 18 de fevereiro.

Pude atender ao convite, e mais uma vez renovei o prazer do convívio com os colegas Vereadores e mais outras destacadas lideranças que se fizeram presentes na ocasião. Foi outra noite de muito conagração, o que autoriza a concluir que Lagoa Seca palmilha caminhos de boas perspectivas políticas, não obstante as naturais divergências, que se manifestarão necessariamente nas próximas eleições de outubro. Espero em Deus e confio nos amigos que continuaremos juntos em busca de novas conquistas para o povo de Lagoa Seca.

Mesmo que desaparecessem os laços políticos que sempre me uniram aos lagoa-sequenses, outros igualmente forte não desapareceriam: são minhas relações de amizade com os frades franciscanos do Convento de Santo Antônio que datam de muito tempo. Esta história, porém, será contada em outra oportunidade.

Reencontro VII — Campina Grande

Depois do lançamento do livro "A Paraíba, Sempre", demorei em Campina Grande, em outro final de semana, para assistir à assinatura do contrato para a construção da 3ª Adu-tora de Boqueirão, obra sem a qual todo o processo de desenvolvimento campinense estará seriamente ameaçado.

O ato revestiu-se da maior importância com a presença do Governador de Estado, do Diretor de Habitação da Caixa Econômica Federal, Dr. Edson Gaudêncio Filho, repre-

sentantes da Câmara Federal e Assembléia Legislativa, bem como dos mais variados segmentos da Sociedade Campinense. É obra gigantesca pelo volume físico e, sobretudo, pelos custos financeiros. Todavia, é incomparavelmente grande pelos resultados sociais e econômicos que trará para Campina Grande. Tenho repetido que as soluções dadas, ao longo do tempo, ao problema do abastecimento d'água de Campina Grande, se constituem numa verdadeira epopéia. É que a civilização campinense desafiou, desde os seus primórdios, a lei natural das coisas. Nasceu e floresceu longe dos cursos d'água, num planalto distante, quarenta quilômetros do rio Paraíba. Todas as alternativas intermediárias foram superadas: Açude Velho, Açude Novo, Bodocongô, Puxinanã, Vaca Brava. Somente o Açude Boqueirão aguentou firme a demanda do progresso campinense, isto mesmo, reclamando, a cada vinte anos, uma Adu-tora nova. A primeira, em 1958, que se deve a Juscelino Kubitschek; a segunda, em 1971, no Governo Ernani Satyro, e finalmente, a terceira no atual Governo Federal, com participação decisiva da Caixa Econômica Federal e do Governo Estadual.

Afinal, se tudo em Campina Grande é desafio constante, por que não haveria de sê-lo a solução para o seu abastecimento d'água? Não poderia tal problema fugir à regra geral. Tinha que ser problema mesmo. Ainda bem que os campinenses estão acostumados ao trabalho duro e às dificuldades de toda ordem, mantendo uma tradição de confronto permanente com as hostilidades, partam de onde partirem. A legenda de lutas tem sido apanágio dos campinenses, sob a égide do trabalho e da obstinação construtiva.

Daf a nossa permanente afinidade. Também tenho feito do trabalho a minha preocupação maior no desempenho dos meus mandatos parlamentares. Considero que não há maior capital do que o trabalho. Vence todos os contratemplos e é, através dele, que o homem mais se torna colaborador de Deus na obra da criação, aperfeiçoando-a e adaptando-a melhor às suas necessidades e aspirações.

Campina Grande é um exemplo do que pode o trabalho aliado à capacidade criativa de sua gente. Por isso está predestinada a contar todas as vitórias, de que dependa o bem-estar e a melhoria das condições de vida de sua gente. A 3ª Adu-tora de Boqueirão será mais uma conquista de que muito se orgulharão os campinenses!

Reencontro VIII

Esperança e Alagoinha

Estou ligado à cidade de Esperança por várias razões. Além de se constituir em pólo de uma Região a que estou vinculado, integrada por vários Municípios, Esperança me tem dado, através da minha vida pública, inúmeras demonstrações de apoio e solidariedade. Posso afirmar, por conta dessa identificação, que me considero muito comprometido com o seu desenvolvimento social e eco-

nômico. Daf as minhas iniciativas parlamentares no sentido de ajudar, no que tenho podido fazer, à Associação dos Bataticultores do Estado da Paraíba, com sede em Esperança, e dirigida por uma valorosa equipe, tendo à frente, o ilustre Vereador Nivaldo Magalhães.

Igualmente, dentro desse quadro de compromissos, procurei ajudar à administração do Prefeito Luiz Martins, carreado recursos para a Prefeitura, destinado às obras de infraestrutura urbana e educação. Agora mesmo, estou patrocinando um Projeto de Lei criando a Escola Técnica Federal, de 2º Grau, a que dei o nome de Deputado Samuel Duarte, cuja sede será segundo o Projeto, em Esperança. Este e outros compromissos me foram cobrados, agora, no recesso, quando, acompanhado pelo Deputado Carlos Dunga, estivemos em Esperança para uma conversa, na casa do nosso amigo Feliciano, com os nossos Vereadores e o ex-Prefeito Luiz Martins. Foi um encontro cordial em que conversamos sobre as perspectivas da cidade, seu futuro político e aspirações. O Vereador José Neto colocou na mesa vários problemas de interesse coletivo, notadamente na área da saúde e do Suds; o Vereador Nivaldo Magalhães não deixou o Secretário Carlos Dunga sossegado em nenhum instante, preocupado com a situação da batatinha e da agricultura, em geral, sempre muito bem assessorado pelos amigos Feliciano e Neco Amaral; o Vereador José Vieira, de Massabiebe, trouxe-nos problemas relativos ao homem rural, sobretudo em termos de aposentadoria, assistência médica e financeira; o Vereador Antônio Dias, como sempre, foi o grande cobrador da Escola Técnica Agrícola. Tais assuntos não impediram que outros fossem tratados. O próprio ex-prefeito Luiz Martins falou muito sobre as várias alternativas, em termos de sucessão estadual, e tudo funcionou a contento como excelente cenário para que eu pudesse distribuir, como venho fazendo em outros Municípios, o meu mais novo livro-Pre-stação-de-Contas: "A Paraíba, Sempre".

De esperança, fomos a Alagoinha. O Prefeito, Dr. Clócio Beltrão, nos esperava com uma grande passeata para inauguração de um Projeto Habitacional, com entrega de casa, e vários trechos de calçamento, dentre tantas outras obras. Falamos, eu, o Secretário Carlos Dunga, o Prefeito, o ex-Prefeito, bem como os Vereadores, e tudo serviu para nos convencer a todos que o Prefeito Clócio Beltrão está realizando uma administração que satisfaz o povo de Alagoinha.

Essa constatação é inferida, de imediato, no primeiro contato, através da alegria de todos com as realizações efetivadas. E se tal não ocorresse, bastariam os acordes da Banda de Música Minan, tocando sempre as melhores músicas, o que lhe deve ter valido, com justiça, uma cadeira na Câmara de Vereadores, para demonstrar o contentamento da gente de Alagoinha. A viagem valeu. O reencontro foi sobremodo salutar.

Reencontro IX — Boqueirão

A caminhada não parou. Terra que continuar. Um dos melhores reforços para a manutenção do entusiasmo e restauração das energias perdidas é o contato com os nossos amigos e correligionários, vez por outra, nos intervalos dos nossos trabalhos parlamentares. Esses reencontros são estímulos necessários ao desempenho do mandato. Daí essa minha obstinação em voltar às bases eleitorais.

Participa, também, dessa opinião o Deputado Carlos Dunga, ex-Prefeito e duas vezes Deputado Estadual, um dos parlamentares, a nível estadual, que mais se mistura com os problemas dos Municípios, onde é votado.

Acompanhar o seu trabalho, há muito tempo, e sei de sua identificação com os seus eleitores. Conhece a todos pelo nome se dedica em tempo integral.

Tenho tido a sorte de acompanhá-lo, por mais de quatro vezes, em visitas aos distritos e povoados de Boqueirão. São verdadeiras maratonas que exigem mais de um dia para cada distrito. Posso dizer que todos, neste recesso, foram visitados por nós, demoradamente. Os vereadores e lideranças de Boqueirão e dos distritos, que serão proximamente, cidades, sabem todos dessas nossas travessias pelos seus territórios, desde que têm nos acompanhado sempre. Sendo, como é, um dos maiores Municípios da Paraíba, em extensão territorial, Boqueirão dá muito trabalho para que se possa percorrê-lo em todos os seus quadrantes. Ainda, é reconfortante fazê-lo, em face das grandes obras realizadas em sua zona rural pelas Administrações Municipais dos ex-Prefeito Ernesto Heráclio do Rêgo, o grande líder, Carlos Dunga, atual Deputado, notadamente no setor da Educação, da comunicação, de energia rural e da construção de açudes.

Hoje, tais obras, em face do seu alto custo, estão proibitivas, e ganham maior mérito por terem sido realizadas com recursos exclusivamente municipais.

Seria impossível relacionar todos os lugares, visitados, em Boqueirão, em companhia do Deputado Carlos Dunga. Vou tentar. Santana, Barra de Santana, Alcantil, Mororó, Jucá, Mirador, Pedra D'água, Canudos, Riacho de Santo Antônio, Cuturitê, Pedras Pretas, Marinho, Fazenda Nova e tantos outros. São todas referências obrigatórias de um bravo povo que sabe valorizar o trabalho. Sou desvanecido pelo apoio que venho recebendo de Boqueirão, em mais de uma eleição para cargos eletivos. Espero continuar merecendo a confiança de seu povo e de suas lideranças, à frente do grande chefe, ex-Prefeito Ernesto do Rêgo e o Deputado Carlos Marques Dunga, com quem tenho, graças Deus, grandes afinidades, sobretudo no que diz respeito ao serviço da causa pública.

Reencontro X — Desterro

Fui sempre muito bem acolhido, em Desterro, por João Leite, Geraldo Leite, o ex-Prefeito, todos os Vereadores, D^a Lisete e todas as demais lideranças.

Cidade acolhedora, Desterro é sede de um Município de grande densidade eleitoral, e não tem recebido dos Governos Estadual e Federal a merecida atenção. O Deputado Aloysio Pereira, quando Secretário da Saúde do Estado, e no exercício do mandato, muito realizou em favor de Desterro. Eu, na medida do possível, como Deputado Federal, carreei recursos para eletrificação rural, a educação, saúde e infra-estrutura urbana, tanto na administração de Geraldo Leite, quanto agora para o governo de João Leite.

Todavia, o grande sonho irrealizado era a construção do Açude Jeremias, o único capaz de solucionar, em definitivo, o problema do abastecimento d'água da cidade, desde que os atuais mananciais são insuficientes para atender à demanda. Para a consecução desse objetivo mobilizaram-se todas as forças políticas do Município, à frente do Prefeito municipal, tendo conseguido do Governo do Estado o necessário aporte de recursos, e, surpreendentemente, o Açude Jeremias está construído. Da minha parte, fiz o que me competia: apresentei Emendas ao orçamento da República contemplando o Açude Jeremias, e vou continuar fazendo a mesma coisa, no presente exercício financeiro, para complementar as obras.

Estive lá, em Desterro, e fui visitar às obras em companhia do ex-Prefeito Valdecir Rodrigues, ex-Prefeito de Teixeira, atual candidato a Deputado Estadual e Presidente da Conval, — Construtora encarregada das obras do Açude Jeremias, cujo ritmo de trabalho é de reconhecido dinamismo e eficiência. Conheci a equipe da Conval no Curimataú, quando da construção dos açudes dos "Cais", em Cuité, do "Poleiros" em Barra de Santa Rosa e do "Carujinha", em Nova Palmeira. Foram ações, inclusive, temerárias, desde que todas essas obras foram executadas a crédito para sorte do Governo do Estado, ficando a Conval para receber sua conta, após as obras concluídas. Esta a solução, igualmente, encontrada para o Açude Jeremias!

Senti de perto, com essa visita recente a Desterro, o entusiasmo do povo com o desempenho da Conval e do seu Presidente, Valdecir Rodrigues, que costuma imprimir à sua Empresa a marca do seu próprio dinamismo.

Espero, proximamente, voltar a Desterro para, com suas lideranças, à frente do grande Prefeito João Leite, inaugurar o Açude Jeremias, extraordinário marco do seu desenvolvimento e do seu progresso. De parabéns o povo de Desterro, ante uma realidade que foi sonho durante muitos e muitos anos. Máquinas chegaram a ser deslocadas para o terreno do Açude e, de repente, retiradas.

Agora, com a conclusão do Açude, das máquinas que produziram o trabalho fecundo, só se tem a lembrança do barulho. Dos seus operadores, a segurança de que foram competentes e fiéis às determinações das chefias.

Restou, afinal, concluída uma obra, que dirá bem de todos quantos dela foram respon-

sáveis, dos mais humildes aos mais graduados, e que ficará como recomendação aos pósteros de que não há melhor capital do que o trabalho.

Reencontro XI — Cuité

Todos sabem minhas ligações políticas com o Curimataú da Paraíba. De lá recebi o impulso necessário para todas as minhas candidaturas a Deputado, tanto Estadual, quanto Federal. Os laços que me prendem ao Curimataú são de tal ordem que causaram muito ciúme político a outras regiões. Houve sempre queixas de que eu só investia no Curimataú, em detrimento de outras áreas, o que, na realidade, não procede. Sempre procurei distribuir equitativamente tudo quanto, pelo desempenho do meu mandato, consegui captar em termos de recursos e obras comunitárias. Não é fácil esse equilíbrio. Ainda, venho-o conseguindo. Deus sabe a que duras penas, razão, pode-se imaginar, das minhas sucessivas reeleições para Deputado.

No recesso que passou, fui, em primeiro lugar, a Cuité, a convite do Prefeito, Dr. Cícero Cândido, do ex-Prefeito Jaime Filho, dos Vereadores e lideranças políticas. Diziam todos: "queremos a sua participação numa festa que chamamos de "Chá de Panela", em favor do hospital. O convite fora extensivo ao Deputado Aloysio Pereira, e ficamos a matutar que natureza de festa seria aquela: "Chá de Panela" para hospital? Seria o primeiro a que deveríamos comparecer. Fomos, e levamos a nossa contribuição, sem entender bem o que iríamos assistir.

Valou a pena. A reunião era numa quadra de esporte, e, à nossa chegada, centenas de pessoas já se encontravam presentes, cada uma tendo levado o seu presente para o funcionamento da cozinha do hospital. Tudo fora feito, espontaneamente, cada um tirando de seu miguado orçamento, com uma boa vontade que comovia a todos. Nós todos ficamos deveras sensibilizados, e passamos a agradecer ao povo. Foram mais de mil presentes destacado no comovido discurso do ex-Prefeito Jaime Filho, Diretor do Hospital, bem como no atual Prefeito, no do Deputado Aloysio Pereira e no meu, todos a enaltecêr o gesto solidário dos que desejam, a todo custo, a conclusão do novo Hospital de Cuité.

É que está havendo discriminação política por parte dos que dirigem o Hospital em funcionamento, não obstante pertencer a uma Entidade beneficente. O novo Hospital de Cuité, dirigido pelo Dr. Jaime Filho pretende ser de todos, sem distinção de ordem política, ou econômica. Daí a pressão popular para que funcione para, dentro do menor espaço de tempo possível. Temos dada a nossa colaboração, tanto eu, quanto o Deputado Aloysio Pereira, em recurso para a sua construção, dado o fato de que já conta com o equipamento necessário ao funcionamento da parte ambulatorial e cirúrgica. Espero que, neste novo Governo, possamos comprometer recursos suficientes para a conclusão definitiva do novo Hospital de Cuité, e ele possa assim atender à comunidade carente daquele Mui-

nicipio. Afinal, Cuité este ano vai contar com o serviço de abastecimento d'água completo, diretamente do Açude do Cais, outra obra que desafiou o tempo e os governantes, e que foi construída graças ao voto que dei ao Ministro Mário Andreazza para Presidente da República, quando da escolha dentro da Arena. Igualmente, já conta com a sua Escola Técnica Agrícola, de 1º grau, em fase de convênio com a Universidade Federal da Paraíba, o que representa um grande passo para a profissionalização dos estudantes do Curimataú, e com a Administração do atual Prefeito, Dr. Cícero Cândido, prosseguindo a obra do ex-Prefeito Jaime Filho, melhores dias estão reservados ao povo Cuiteense. Da minha parte, e da parte do Deputado Aloysio Pereira, temos os melhores compromissos com o desenvolvimento de Cuité e tudo faremos para que o seu processo se consolide, a cada dia.

A nossa visita a Cuité, em 25 de janeiro último, no aniversário do Município, foi maior que uma festa cívica. Foi uma manifestação de solidariedade, que está ficando rara, em nossos dias. A comunidade consciente de que tem que participar das iniciativas governamentais, quando se voltam para o bem comum.

Assim está sendo com o Hospital, como vem acontecendo com o grupo dos idosos, e tantas outras iniciativas que visam a conquistar um melhor nível de vida para os cuiteenses. Parabéns, Cuité!

Reencontro XII - Curimataú

A visita a Cuité muito me retemperou pelo exemplo de solidariedade que presenciei, em favor do novo Hospital. Estendi, semanas seguintes, esse contato a outros Municípios, igualmente, prósperos e solidários como Cuité. O primeiro foi Olivedos, quando o atual Prefeito Genésio Gonçalves e sua família me receberam em sua casa, reunindo os Vereadores, e lideranças políticas, além do ex-Prefeito Evilásio Albuquerque, o Dr. Luiz Albuquerque e o Dr. José Ramos, que, além de seu natural talento, animou o encontro com a sua documentação em filme, fazendo com que todos os presentes participassem da confraternização. O Dr. Marcelo Gonçalves, presente ao encontro, não se descuroou em lembrar reivindicações justas do povo de Olivedos, a que sempre estive e estarei comprometido, na área da educação, infra-estrutura urbana e eletrificação rural.

Tudo se desenrolou em clima da maior cordialidade, em Olivedos, tendo, em seguida viajado a Cubati em companhia do Prefeito Janúncio Costa, outra grande liderança do Curimataú, a quem muito deve o Município que está dirigindo. Visitamos o Açude Capoeiras, construído com recursos Municipais, somados a ajudas do Governo Federal, e que se constitui uma obra muito reclamada pela comunidade beneficiada. Tomamos conhecimento, então, eu e o Prefeito Janúncio, de inaugurações que seriam realizadas pelo Prefeito José de Souza, de Nova Palmeira, na área da comunicação, através da implantação de Postos de Serviços da Telpa na zona rural,

beneficiando inúmeros produtores agrícolas, o que ensejou o meu contato com lideranças de São Vicente do Seridó, como ex-Prefeitos Severino Martins, Chico Berto, bem como outros como o Vereador Edgar Cordeiro e Pedro Berto, além de ter sido recebido nas casas do ex-Prefeito de Pedra Lavrada, Manuel Júlio, e o ex-Prefeito de Cubati, Antônio Cabloco, com a habitual acolhida por parte de seus familiares e amigos.

Pude verificar, tanto em Olivedos, como em Cubati, São Vicente do Seridó, Pedra Lavrada e Nova Palmeira, que os Prefeitos atuais e os ex-Prefeitos, inclusive o de Nova Palmeira, Luiz Medeiros, o Lula, têm mantido suas lideranças atuantes, em perfeita sintonia com as aspirações populares, o que me autoriza a dizer que nosso esquema político está cada vez mais robustecido.

Tenho fundada convicção de que tenho feito, agora, como Deputado Federal, tudo que me é permitido fazer, dentro das naturais limitações, dando continuidade a obra realizada como Deputado Estadual, durante doze anos de mandato. As estradas, os Açudes, os Colégios, as casas, os abastecimentos d'água, enfim, tudo que há no Curimataú, em termos de serviço público, contou com a minha participação parlamentar. Disto tenho natural orgulho, e de nada me arrependo.

Desejo apenas que não me faltem os instrumentos de trabalho, com os quais tenho contado, para ajudar os bons amigos do Curimataú da Paraíba, sobretudo neste ano de 1990, quando postularei minha reeleição para Deputado Federal. Deus haverá de nos ajudar!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Sr^o e Srs. Congressistas: minha presença hoje na tribuna é para fazer um registro sobre a nomeação do Dr. Egberto Batista para o cargo de Secretário do Desenvolvimento Regional e, ao mesmo tempo, para me congratular com o Presidente Fernando Collor de Mello por essa feliz escolha para dirigir esse importante órgão da administração pública federal, que tem a responsabilidade de comandar todos os órgãos incumbidos de promover o desenvolvimento das várias regiões de nosso país e, com isso, diminuir o grande abismo hoje existente entre as regiões mais ricas e mais pobres de nosso território.

A ninguém é dado desconhecer a grandeza e a importância dessa missão, assim como os seus problemas gigantescos a serem vencidos. É realmente uma tarefa difícil. E para uma tarefa difícil só são chamados os homens competentes, honestos, dinâmicos e devotados à coisa pública.

E foi exatamente por isso que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República foi buscar um homem da estatura do Dr. Egberto Batista para o desempenho dessa missão, vez que se trata de um jovem paulista nascido

em Rio Preto, num berço pobre, mas que com o seu esforço, com a sua invulgar inteligência e com a sua inabalável determinação foi galgando postos na vida até se formar em economia.

Formando em economia, o novo Secretário do Desenvolvimento Regional enveredou pelo campo empresarial, quando teve oportunidade de mostrar sua enorme capacidade empreendedora e sua enorme sensibilidade diante dos problemas enfrentados pelos operários, transformando-se assim num empresário moderno.

No desempenho de suas atividades empresariais, o Dr. Egberto Batista teve oportunidade de conhecer as diversas regiões de nosso país, quando senti os principais dramas e as principais dificuldades enfrentadas pelo seu povo. E foi assim que estive na minha região, a Amazônia, particularmente no Amazonas, vivendo os problemas mais graves que enfrentamos, e os nossos anseios mais sentidos.

Esse fato me dá tranquilidade e a certeza de que, com esse conhecimento da Amazônia e do Amazonas, ele saberá encaminhar as soluções mais corretas para permitir que a SUDAM e a SUFRAMA possam cumprir a sua destinação histórica no sentido de ajudar no processo de desenvolvimento dessa grande região brasileira, que precisa ser tratada com carinho e com atenção, para que, com isso, ela possa realmente contribuir decisivamente no grande processo de desenvolvimento nacional.

Feitas essas considerações, só me resta transmitir, desta tribuna, as minhas mais sentidas felicitações ao Dr. Egberto Batista, ao lado da minha certeza de que ele saberá se desincumbir dessa importante missão e, mais que isso, saberá responder positivamente aos reclamos mais latentes dos amazônidas. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista José Maria Eymael.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: nesta manhã, fiz entrega à Comissão de Finanças e Tributação, de um pedido de fiscalização e controle relativo a atos praticados pelo então Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Fernando Carlos Botelho Bracher, referentes à liquidação extrajudicial do Banco Auxiliar S. A. e à aquisição de carta-patente da massa liquidanda pelo BBA-Creditanstalt Banco de Investimento S.A., do qual é, de forma ostensiva, seu controlador acionário.

Há, na farta documentação acostada à Ação Popular que tramita em Vara Federal de Brasília, indícios de graves irregularidades praticadas pelo então Presidente do Banco Central.

Assim agi, em nome de minhas convicções!
Em nome da Democracia Cristã!
Em nome da moralidade!

E pelo Brasil austero, dos meus ideais.
(Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista Dionísio Hage

O SR. DIONÍSIO HAGE (PRN — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero trazer ao conhecimento desta Casa do Congresso Nacional alguns aspectos de um dos Municípios mais ricos deste País, e que se destaca ainda pela extraordinária extensão territorial, podendo mesmo ser considerado com os seus cento e sessenta e cinco mil quilômetros quadrados um, dos maiores Municípios do Mundo, Município de Itaituba.

Disse de início que o Município de Itaituba é dos mais ricos de nosso País, uma vez que tem uma produção de 45 toneladas de ouro mensais

Com uma população de 248 mil habitantes, o Município de Itaituba é sem dúvida de uma carência de serviços essenciais a toda prova.

Não faz muito tempo, Sr.^o e Srs. Deputados, fiz um apelo desta tribuna ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça no sentido de dotá-lo de um melhor serviço de segurança, uma vez que muitos crimes ali têm sido cometidos em desdouro da paz tão necessária ao seu desenvolvimento. Sendo um Município de extensas áreas auríferas é natural que ali proliferem os garimpos, que estão totalmente desassistidos não só em relação a uma ação social mais concreta, serviços de saúde, de educação, saneamento básico, inexistentes ou insuficientes para uma população superior a 200 mil habitantes.

Sr. Presidente, o nosso partido, o Partido da Reconstrução Nacional, tem sido atalaia naquele Município das reivindicações populares, tem sido o fiel interlocutor entre o povo e governo

Nestas condições, Sr. Presidente, o PRN do Pará volta através desta tribuna, ser portavoz do povo de Itaituba pelos seus legítimos representantes, o companheiro Valdo Gaspar, Presidente do Diretório Municipal, Pedro Aurélio Farias, Vice-Presidente, bem como pelo correligionário, professor Felipe Audir Viana, que solicitam a ampliação do aeroporto local, uma vez que o movimento de pouso e decolagem de aeronaves é muito grande, superior à capacidade do aeroporto citado, principalmente com relação a aviões de pequeno e médio portes, solicitação esta que fazemos ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, que temos certeza tudo fará para atender á tão justa reivindicação.

Sr. Presidente, já é tempo de ser dada uma maior atenção aos municípios da Amazônia, e particularmente àqueles que no Estado do Pará, graças a uma emenda nossa na atual Constituição deverão, dentro em breve, face à regulamentação feita, receber uma compensação financeira da exploração que ali se faz de produtos minerais do subsolo.

Temos certeza, que no Governo de eminente Presidente Fernando Collor de Mello,

a quem o Município de Itaituba deu grande demonstração de confiança, por ocasião das eleições presidenciais, voltará as atenções de sua administração, para dotar o Município dos requisitos mínimos aqui solicitados, para maior desenvolvimento do estado do Pará de do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A Mesa inicia, agora, a chamada dos Parlamentares incritos para falar pelas Lideranças.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Elias Murad, que falará pelo PSDB. (Pausa.)
Concedo a palavra ao nobre Congressista Bonifácio de Andrada, que falará pelo PDS.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a nossa presença nesta tribuna é para registrar as congratulações que devemos ao eminente Ministro da Justiça, Deputado Bernardo Cabral, quando em nome do Presidente da República revela a disposição do atual Governo de encaminhar, de liderar e de comandar mesmo o processo político no País para implantação do regime parlamentar de Governo.

Quando Sua Excelência o Senhor Presidente da República assumiu perante a Nação, na sua campanha eleitoral, esse compromisso, e quando, através do principal Representante da área política da Administração, reitera essa posição, a Nação por certo fica grata e altamente satisfeita com as perspectivas de mudanças do regime entre nós.

V. Ex.^o, Sr. Presidente, eminente Senador Nelson Carneiro que é indiscutivelmente o arauto do movimento parlamentarista no País, sabe que só através do regime de Gabinete o Brasil conseguirá sair das dificuldades políticas, sociais e econômicas que vive neste instante, porque o presidencialismo traz no seu bojo sempre uma tendência autoritária, e os Presidentes da República, no passado, no presente e no futuro, sempre serão aquelas lideranças permanentes na Chefia do Estado, sem dar a alternância, sem dar a possibilidade de novas opções governamentais que o parlamentarismo moderno cada vez mais oferece, não apenas nos países altamente desenvolvidos, mas também naqueles subdesenvolvidos, como a Índia e tantos outros que conhecemos na geografia mundial.

Queremos ainda, nesta oportunidade, Sr. Presidente, quando levamos ao Governo os nossos aplausos por essa posição histórica reiterada pelo Sr. Ministro da Justiça, levar-lhe também as nossas palavras de aplausos pelos êxitos parlamentares obtidos, quando este Congresso deu ao Chefe de Governo e Chefe de Estado condições plenas para executar o seu Plano Econômico de recuperação do País.

Por certo que o Plano Brasil Novo, como o chama o Senhor Presidente da República, é um projeto de impacto, que traz consigo repercussão as mais diversas e, sobretudo,

atinge todos os segmentos sociais, todas as classes, buscando na Nação aquele sacrifício necessário para se recuperar dos obstáculos que se antepõem ao seu desenvolvimento, ao seu progresso e ao bem-estar de seus filhos.

Sr. Presidente, nesta hora, é preciso reconhecer que o Presidente Fernando Collor, como também a ilustre Ministra da Fazenda, a Profa. Zélia Cardoso de Mello, têm com todo apoio do nosso Partido, as graves responsabilidades da Administração, nesse novo esquema, nesse novo projeto que, por certo, há de sair vitoriosos e restabelecer a Nação dentro da ordem, da paz e do progresso que todos desejam.

Parlamentarismo, Sr. Presidente, a dívida do futuro para o atual Presidente da República. O Plano Brasil Novo, o instrumento para as marcantes lutas do presente e do reerguimento da Nação, eis os dois pólos anunciados pelo Governo.

Ficam, portanto, assinaladas na Liderança do Chefe do Poder Executivo duas claras diretrizes, que merecem as nossas congratulações e o nosso total apoio. Precisamos, Sr. Presidente, fazer alguma coisa para que este País, forte e poderoso com um valoroso povo, consiga alcançar os melhores destinos que a história já lhe apontou e que exigem, no presente, os nossos unidos esforços para o bem-estar dos seus filhos e para a sua participação na própria comunidade mundial.

Sr. Presidente, eram estas as palavras que devíamos expressar ao Congresso Nacional, neste instante em que, por certo, haverá críticas nesta Casa — e todos os Governos certamente as terão —, mas que não atingem, jamais, as elevadas intenções do Chefe do Governo, pois que seus trabalhos revelam que Sua Excelência está à frente de um influente movimento de reerguimento da Nação brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista Cid Sabóia de Carvalho, que falará pela Liderança do PMDB no Senado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o País inteiro vive as emoções relativas a este grande número de medidas provisórias mandadas ao Congresso Nacional, medidas que, de certo modo, criam impasses à própria Instituição, dada a repetição, dada a quantidade, criando o unicameralismo que, na verdade, não é a forma encontrada pelo Estado brasileiro para o Poder Legislativo federal.

Mas, Srs. Congressistas, todos nós nos esforçamos, ao máximo, nesta Casa; Todos tiveram a presença continuada, a presença sempre, aqui, neste Plenário, para a oferta da cooperação deste Poder ao Executivo que, no sentido, parece dispensar tudo que venha do Poder Legislativo, tudo que venha do Congresso Nacional, ao ponto de, lá fora, não somente aqui, desconfiar-se de que as Lideranças de Governo teriam exercido um

papel inócuo — não digo inepto, mas um papel, evidentemente, prejudicado pela própria escolha dos vetos a matérias anteriormente combinadas por todas as Lideranças nesta Casa, mostrando quase que, pragmaticamente, a destituição dos Líderes nos papéis de mérito que exerceram durante as medidas provisórias. E ainda faltam algumas, mas não capazes de despertar o interesse que despertaram as Medidas Provisórias nº 168, 150 e 151. Notou-se mesmo, na cobertura jornalística a essas medidas, algumas confusões que, um dia, serão explicadas ao povo, para que melhor se entenda o papel do Congresso Nacional

Srs. Congressistas, tive a honra de ser o Relator da Emenda nº 151, e é nesta condição que venho à tribuna do Congresso Nacional, em nome da Liderança do PMDB, para fazer breves e rápidos reparos que julgo absolutamente necessários.

Quero deixar esclarecido, diante desta Casa, o que a imprensa repete sistematicamente, dizendo-me compelido a ver mudado um parecer quando, na verdade, jamais aconteceu, nem ocorreram os diálogos reproduzidos, diálogos que este Senador teria mantido com o Deputado Ibsen Pinheiro.

Nada disso é verdade! O que há de verdade, Srs. Congressistas, é que este Relator preparou o seu trabalho para determinada data e a Comissão Mista que examinaria o Relatório e Parecer, não teve número regimental para deliberar. Não deliberando, o Parecer desapareceu tecnicamente, passou a ser mera peça escrita de minha autoria, mas sem a condição de peça integrante no processo legislativo.

Nesse Parecer, e durante as explicações que dava perante a Comissão enquanto teve número, o Relator explicava que o Governo estava extinguindo uma série de empresas sem fornecer as menores informações, sem conceder dados, sem conceder, evidentemente, os informes indispensáveis ao juízo do Relator e, conseqüentemente, ao juízo da Comissão e, posteriormente, ao juízo e decisão do Plenário do Congresso Nacional

Ocorre, no entanto, que, nos dias seguintes, começaram a chegar informações do Governo que sensibilizaram a Bancada do PMDB. Era norma, dentro do nosso Partido, que todos os pareceres seriam discutidos pelas Bancadas no Senado e na Câmara e, notadamente, por todos os Relatores.

Não aprovado o meu Relatório, na Comissão Mista, levei-o ao exame dos meus Pares, Deputados e Senadores, e foi nesse debate que nasceu o juízo, a compreensão de como deveria ser elaborado o Parecer. E esse Parecer do PMDB, por mim elaborado, veio a Plenário sem nenhuma pressão e, sim, a evolução natural do conhecimento que nos foi dado, inclusive pelo Ministro Ozires Silva, com quem estive, juntamente com o Líder do PMDB no Senado, Senador Ronan Tito, que aqui, inclusive, se encontra

O Sr. Ronan Tito — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Pois não! Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Exª, nobre Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, tenho o pressentimento de que o dia em que não tivemos qualquer desentendimento dentro das Bancadas do Congresso Nacional ou em qualquer outro lugar — e V. Exª sabe muito bem que as discussões, os debates são próprios do regime democrático — não haverá democracia. Houve até quem definisse a democracia como conflitividade civilizada! Acho que a nossa imprensa, bem acostumada que ficou ao tempo da ditadura, teria que descobrir, ainda, alguma coisa de mal. Poderíamos, agora, falar sobre os episódios recentes em que, ao invés de a imprensa avaliar se o povo brasileiro ganhou ou se o povo brasileiro perdeu, passou a dizer que o partido tal ganhou com o que o partido tal perdeu, como se isto, aqui, fosse um jogo de futebol — por exemplo, Flamengo X Fluminense —, para saber quem ganhou e quem perdeu! Quando se vota uma medida de interesse nacional — e quase todas os são — neste Plenário, acho que a análise que deve ser feita é a seguinte: beneficia ou prejudica o povo? O povo foi derrotado ou o povo venceu? Essa, no meu entendimento, é que seria a grande colocação.

Mas quero, agora, me remeter ao assunto que leva V. Exª à tribuna e testemunhar a fidelidade de V. Exª para com o Partido. Todos sabemos, todo o País sabe que o PMDB, por uma questão regimental, avocou a si todas as relatorias das Medidas Provisórias. E todos também sabemos que, quando aprovamos esta matéria na Constituinte, houve um tumulto tão grande que reservamos o prazo de trinta dias para discuti-la, para emendá-la, para fazer o projeto de conversão; no entanto, todos sabemos, repito, que este Congresso recebeu, em menos de um mês, nada menos do que trinta Medidas. Foi um tumulto geral! O PMDB ficou com as Relatorias e criamos um Colégio de Senadores. Discutimos e debatemos internamente, no Partido, qual seria a opinião partidária. Quero, agora, ressaltar a contribuição extraordinária que V. Exª deu não só a Medida Provisória da qual foi Relator, mas, também e principalmente, naquele Colégio de Relatores, quando V. Exª, com o conhecimento e a acuidade de sempre, deu aulas pra nós, de constitucionalidade e juridicidade, orientando-nos no melhor sentido. Quero testemunhar não só a fidelidade de V. Exª aos princípios do PMDB, mas também o grande auxílio na tarefa que o Partido tomou a si, de relatar todas as Medidas V. Exª tem, por parte da Liderança no Senado Federal e — tenho certeza — na Câmara dos Deputados, a nossa gratidão total pelo trabalho extraordinário que realizam não para o Congresso Nacional, mas para todo o Brasil. Obrigado a V. Exª.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Obrigado a V. Exª pelos conceitos que faz a meu respeito.

Sr. Presidente, antes de encerrar esta fala, quero requerer a V. Exª mande transcrever nos Anais do Congresso Nacional a entrevista do Secretário João Santana, concedida à revista *Veja*.

Creio que a entrevista é autoritária; é descortês. É uma entrevista cheia de frases que não poderiam ser ditas nem pelo Presidente da República, quanto mais pelo Secretário João Santana, que mostra uma grande inabilitação para qualquer cargo público, principalmente se esse cargo público tiver um aspecto político-administrativo.

Esse cidadão tem partes chocantes na entrevista concedida à revista *Veja*. Chega a momentos da mais baixa inspiração e fala quase sempre na primeira pessoa, como se fora o Estado.

Quando pensamos que o Presidente Collor de Mello é que é o príncipe, é que é o autoritário, é que resume todos os poderes numa só pessoa, eis que Sua Excelência é batido irremediavelmente pelo seu Secretário de Administração.

Ouçam um trecho. Disse o Sr. João Santana à revista *Veja*:

“O Congresso modificou o Plano e autorizou a fusão do BNC com o Banco do Brasil. Agradeço essa autorização...”

Notem bem a primeira pessoa — “agradeço essa autorização” —, como se o Congresso o houvesse autorizado.

...mas extinguiremos o BNCC. Recomendou a fusão da Embrater com a Embrapa.

Também extinguiremos a Embrater. Autorizou a privatização da Embrafilme. Extinguiremos.”

Não sei se Mussolini falaria com mais simplicidade, ou se Adolf Hitler conseguiria ser menos autoritário do que isso ou se a isso se igualaria. Também me impressiona o grau de desinformação desse cidadão, porque o Congresso não recomendou a fusão da Embrater com a Embrapa, foi cogitado, mas retirado, por destaque supressivo, do projeto de lei de conversão.

Sr. Presidente, requero a transcrição dessa entrevista nos Anais para que fique documentado mais um insulto e uma desconsideração ao Congresso Nacional, e se mostre, através desse documento, que se forma, a partir de agora, como será difícil o relacionamento entre os Poderes, quando temos, na Secretaria de Administração, alguém mais príncipe que o próprio príncipe, alguém com a grande vocação de ditador mas, por enquanto, somente Secretário de Administração; ainda não chegou a Presidência da República; não sabemos, nas próximas horas, o que ele vai fazer de seu autoritarismo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O ilustre orador, Senador Cid Sabóia de Carvalho, pede a transcrição, nos Anais desta Casa, de uma entrevista que julga ofensiva ao Congresso Nacional.

Com a liberdade com que o Congresso Nacional deve agir, acredito que a melhor solução é não incluir nos Anais essa entrevista; é preferível, a incluir um documento que o próprio orador que requer declara ser incompatível com esta Casa. De modo que acho que entenderei melhor a S. Exª indeferindo o pedido de inclusão dessa entrevista que, no seu juízo, é ofensiva ao Congresso Nacional.

Acho que é a melhor solução.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, confiando na grande tarimba de V. Exª., cedo a ela: retiro o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Ibsen Pinheiro, Líder do PMDB na Câmara.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Como líder, pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, eminente Senador Nelson Carneiro; Sr. Deputado Ulysses Guimarães, digno Presidente do PMDB, Srs. Líderes de Bancada; Srs. Senadores, Srs. Deputados, vivemos três semanas intensas, dias e noites de votação, debates negociação política, convergências e divergências, sob os olhos da Nação, decidindo no seu nome. É o momento adequado para refletir sobre o que passamos, olhar para trás, inclusive para enxergar melhor o que vem pela frente. Falo do que sei, do que vi e vivi; falo também do meu partido.

Desde o primeiro momento, mal conhecido o Plano de Estabilização Econômica, o PMDB se posicionou, destacou aspectos positivos, criticou o que lhe pareceu negativo, e, principalmente, antecipou uma conduta.

Não teríamos parceiros privilegiados nem preconceitos. Assim fazemos. Votamos a favor, votamos contra e emendamos para modificar.

No ajuste fiscal, que exacerba a tributação dos ganhos de capital, para apoiar o Governo, quase que tivemos de votar contra as bancadas governistas.

A contradição não era nossa, nem das bancadas oficiais. Antes era de um governo que gerou expectativas conflitantes. Um governo construído com os recursos dos poderosos e a esperança dos despossuídos.

Foi também por isso que nos aliamos às bancadas conservadoras para aprovar o emagrecimento da máquina estatal, contra os votos de algumas áreas que ainda confundem **empreguismo** com distribuição de renda.

Essa atuação, construtiva e independente, trouxe-nos alguns dissabores. Fomos incompreendidos pelos dois lados. Diria, melhor, pelos dois extremos.

Foi o extremo do patrulhamento que nos suspeitou de adesismo; É o extremo oficialista que nos acusa de intransigência e radicalismo, e passamos, ambos, essas versões para a opinião pública.

Nosso partido tem algumas dificuldades com as versões, reconhecemos, não tão antigas quanto sua história, pois houve um momento em que éramos o partido de toda a nação, mas especialmente depois que nos tornamos o partido da transição e, à nossa direita e à esquerda, surgiram propostas para segmentos específicos da sociedade.

A partir daí passamos a ter problemas com as versões.

Só nos acusam, Sr. Presidente, de duas atitudes, embora excludentes: a adesão ou a intransigência. Os fatos demonstram que não praticamos nem uma nem a outra. Procuramos o debate alto, o confronto elevado das idéias. Por isso reclamamos as relatorias, não apenas um direito regimental, mas uma proposta.

Era preciso que cada partido assumisse sua definição.

Não nosso caso uma posição de partido para que os demais também adotassem atitudes partidárias — ou clássicas do regime democrático. Defendemos e apoiamos mudanças importantes no **status quo**, mas rejeitamos firmemente o papel meramente carimbador que se pretendeu atribuir ao Congresso Nacional.

Não somos um sindicato nem um cartório de notas.

Nossa atuação futura não será determinada pelo resultado dos últimos acontecimentos de plenário.

Lutamos e perdemos. É do jogo democrático.

Vamos continuar a luta. Ninguém precisa arrebeçar-se de retaliações.

Nossas posições futuras, como as passadas, serão condicionadas, não pelo ressentimento, mas pelo **interesse público**.

Tentamos evitar, a todo custo, a traumática experiência do recente processo constituinte, quando grupos substituíram os partidos, com os resultados conhecidos.

Queríamos o debate político, a troca de idéias, não de vantagens.

Lamentavelmente, o Senhor Presidente da República preferiu o caminho oposto.

Enveredou pelo rumo perigoso das cooptações individuais ou grupais, onde a moeda de troca raramente é o interesse público. É sempre o interesse individual ou grupal, geralmente algum interesse ilegítimo. Em nome de um Brasil novo, recorre aos métodos do Brasil velho, reatando um tipo de racionamento que avilta os dois poderes e compromete a própria convivência harmônica e independente determinada pela Constituição.

Vemos com profunda inquietação a escolha desses meios de ação política que julgávamos pertencentes ao passado e incompatíveis com a plenitude democrática reconstituída nas eleições de novembro e dezembro últimos.

Tememos pelo que nos espera, quando o primeiro cidadão da República rejeita limites à sua vontade, como se fosse o único cidadão da sua República.

A Democracia não se compatibiliza com vontades incontrastáveis, nem o interesse pú-

blico se define pelo **ibope** das noites de domingo.

O chefe democrático é o líder da convivência, não o grande irmão da infalibilidade.

Advertimos a nação que o seu destino deve ser uma obra comum, não uma construção vulgar de clichês de alto impacto e nenhuma consistência.

Elegemos um presidente, queremos um estadista, por que esse é o dever de quem governa uma grande nação.

Humilha-nos a idéia de um chefe carismático em vias do caricato. Governar um país, e ainda mais um país aflito, não é pilotar um **Jet Ski** pelas águas do lago Paranoá; ter uma visão elevada de nossos horizontes não é olhar o planalto das asas do futuro, Sr. Presidente, representa montar em pontone moto à velocidade proibida, infração que não perdoamos a nossos jovens e não podemos conceder em mãos que têm a responsabilidade de guiar o Brasil.

Não pensem que estou catando o episódio para dar tintas a um discurso de oposição; estou refletindo um sentimento que já se encontra por toda a parte.

O País vem de grandes amarguras e estava predisposto à boa vontade.

Hoje, passado apenas um mês, já não tem a mesma clareza do seu otimismo inicial.

Já não é certo que nada seja tão ruim quanto um governo fraco. Talvez um governo prepotente. Pior que a impotência, quem sabe a onipotência.

Ansiávamos pela bravura, não pela bravata; queríamos a coragem de decidir, não apenas a audácia de afirmar; a austeridade, não a sua propaganda; a eloquência dos fatos, não a loquacidade para amplo consumo. Como Fernando Pessoa, estamos fartos de semi-deuses.

Advertimos a Nação de que não é apenas uma questão de forma o apelo ao ressentimento dos humildes nunca foi revolucionário, prefira-se Karl Marx ou Hannah Arendt, nem sequer é moderno, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, considerando o modelo italiano dos anos vinte ou o alemão dos anos trinta. É apenas **populismo**, com seu perigoso consecratário, o fascismo.

Temos o direito de temer — sim, a palavra é essa mesma, Temer — pelo futuro das instituições quando elas passam a ser confundidas com a vontade de um homem só, quando só a ele se procura dar a legitimidade da representação popular, na fábrica de versões em que se torna cada vez maior especialista.

Preocupa-nos seriamente, Sr. Presidente, o governante que não se impõe limites e faz a prática do que antes condenava, reinaugurando o pernicioso escambo das trocas fisiológicas que supostamente o levaram à oposição e, certamente, o carregaram depois à vitória eleitoral. (Palmas.) No máximo, introduz uma inversão de termos que não altera o produto. Agora, é recebendo antecipadamente que se dá mais adiante. A comprovação é uma simples questão de tempo, e dela já se vislumbram os primeiros indícios.

Assusta-nos o dirigente que não se impõe limites, como ontem nos preocupava o candidato que não vacilava na invasão da privacidade do seu oponente, com uma cruza de métodos reveladora de um estilo e confirmadora de uma filosofia de ação que já tem uma definição clássica: os fins justificam os meios

Foi, talvez, por isso que o candidato de ontem não vacilou em centrar sua tática eleitoral no terrorismo da expropriação, explorando os temores da classe média e impunando a seu adversário intenções confiscatórias só comparáveis aos atos baixados em 16 de março. O que o candidato dizia era o oposto do que faria, uma vez vencedor, na vida privada, Sr. Presidente, essa conduta impõe resguardo e preocupação; nas relações de Estado, impõe-nos o dever da reflexão. No nosso caso, o dever do alerta, quase do alarma, pois para isso fomos constituídos representantes do povo. Estamos cumprindo o dever deste alerta à Nação. Os ingredientes do autoritarismo estão perigosamente presentes: o personalismo, a propaganda massiva, o apelo ao ressentimento, a conspiração contra os partidos, a cooptação em vez do diálogo, a simplificação dos caminhos pela vontade unigida do chefe. Elegemos um Presidente, esperamos um Estadista, rejeitamos um salvador da pátria.

Quanto à nós, Sr. Presidente Nelson Carneiro, quanto à nós, Deputado Ulysses Guimarães, quanto a nós, aqui estaremos não Oposição, pela destinação democrática do resultado eleitoral, talvez em maioria, pela vontade dos que nos constituíram, mas aptos para exercer, também em minoria, um mandato que recebemos para cumprir, não para trocar. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Florestan Fernandes, último orador inscrito para o horário das Comunicações de Lideranças.

O Sr. Ronaro Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. RONARO CORRÊA (PFL — MG. Pela ordem Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fui surpreendido com o abandono rápido da tribuna pelo orador que me antecedeu, e gostaria de ter feito em tempo um aparte que, com a boa vontade de V. Ex^a, o faço agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aparte, como?

O SR. RONARO CORRÊA — Um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não é possível, porque estamos na hora das Comunicações das Lideranças.

O SR. RONARO CORRÊA — Então, para uma explicação pessoal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a pode falar em outra oportunidade.

O orador já encerrou e não posso dar a palavra a V. Ex^a para comentar o discurso do orador. V. Ex^a não pode falar.

O SR. RONARO CORRÊA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação, se V. Ex^a permite.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Reclamação é outra coisa. V. Ex^a quer reclamar de que ato?

O SR. RONARO CORRÊA — É porque em algum momento, em mais de uma oportunidade, o orador que me antecedeu, o nobre Congressista Ibsen Pinheiro, a quem, de maneira anônima, devoto profundo respeito, pelo seu comportamento, pela sua competência, pelo seu trato, nos colocou a todos os outros que não têm o seu pensamento numa vala comum e eu me senti atingido nessa intenção e nessa medida...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não houve referência pessoal a V. Ex^a

O Sr. Ronaro Corrêa — Então, gostaria de dizer ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro que cooptar, ser cooptado é uma acusação que não faz parte do comportamento...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se for assim, a Mesa vai ter que abrir o debate para todo o Congresso

O SR. RONARO CORRÊA — ... para com os seus colegas. Não é justo, não é razoável. Não sou Líder de Partido, Sr. Presidente, não sou Líder muito menos do Governo, mas sou um Parlamentar que gostaria de ter a oportunidade de dizer ao nobre Líder Ibsen Pinheiro que seja razoável. Eu não estou aqui defendendo o Governo Collor, mas estou defendendo a minha liberdade de votar de acordo com o meu entendimento. Se desafortunadamente para S. Ex^a votei diferentemente do seu pensamento, não gostaria de ser qualificado como cooptado por esse ou por aquele Presidente da República.

Muito obrigado a V. Ex^a Sr. Presidente.

O Sr. Euclides Scalco — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, amparado pelo art. 6º do Regimento Comum

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EUCLIDES SCALCO (PSDB — PR. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB se inscreveu para ocupar o espaço de Líder nesta sessão, e eu recebi uma comunicação do Assessor da Mesa de que a inscrição estava encerrada. Faço esta questão de ordem para que se respeite o Regimento Interno, não faço questão para falar, mas é minha obrigação, como Líder, de fazê-lo.

O art. 6º do Regimento Comum dispõe:

“Ao Líder é lícito usar da palavra, em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos, para comunicação urgente.”

Quando me inscrevi, Sr. Presidente, me estribei no Regimento Comum e recebi a comunicação de V. Ex^a de que estava encerrada a inscrição para os Srs. Líderes

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa pede a compreensão de V. Ex^a, pois este Regimento foi votado quando apenas existiam dois Partidos.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Perdoe-me V. Ex^a Sr. Presidente, mas este Regimento Interno está em vigor. Não há Regimento novo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Quero pedir a compreensão de V. Ex^a

Hoje existem cerca de 30 Líderes na Casa, Senado e Câmara e, se cada Líder falar 20 minutos, não haverá sessão. Abre-se e fecha-se a sessão, porque 30 Líderes, falando durante 20 minutos, não haverá nenhuma possibilidade de se realizar uma sessão.

O que a Mesa tem entendido desde o primeiro instante é o seguinte: primeiro, os Srs. Líderes que se inscreverem falarão por 10 minutos.

O Líder do PSDB se inscreveu, é o nobre Congressista Elias Murad, que não estava presente, e portanto, perdeu a oportunidade.

O SR. EUCLIDES SCALCO — O nobre Congressista Elias Murad cedeu a inscrição para o Líder do partido que veio inscrever-se.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não me consta a verdade é a seguinte: o nobre Congressista foi chamado; todo o Plenário ouviu e S. Ex^a não estava presente. Era o primeiro inscrito para o horário de Comunicação das Lideranças. O que fez a Mesa? Riscou o nome de S. Ex^a, como riscou aqui o de todos que não estejam presentes, qualquer que seja o Partido.

No período de Breves Comunicações vários Srs. Congressistas não estavam presentes, e por isso, tiveram seus nomes riscados na lista.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Sr. Presidente, não quero polemizar com a Mesa; não é esta a função da Mesa nem da Liderança. Existe um Regimento Interno em vigor e é este que tenho em mãos. Não há outro, e este diz o que acabei de ler. Se hoje há 30 Líderes, não me cabe culpa, estou aqui para defender os interesses do meu Partido, do qual sou Líder, é por isso que apresento esta questão de ordem, não porque eu tenha interesse em falar. Inscrever-me-ei para falar amanhã, mas formando esta questão de ordem para mostrar que é preciso que haja ordem e obediência àquilo que está escrito e aprovado.

Se este Regimento é do tempo do bipartidarismo, não me cabe culpa, eu não sou Presidente do Congresso, que devia ter feito um Regimento Comum novo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Presidente do Congresso já nomeou uma Comissão de Deputados e Senadores para redigir o novo Regimento.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Perdoe-me esta afirmação, mas eu me louvo naquilo que está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Presidente não é obrigado a fazer o Regimento; ele designa uma Comissão para isso. Se a Comissão ainda não entregou o seu trabalho, a culpa não há de ser do Presidente.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Sr. Presidente, enquanto não houver Regimento novo, devemos-nos pautar por este que está aprovado. É esta a questão de ordem que levanto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Regimento é um instrumento para facilitar o curso dos trabalhos.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Mas não para cercear a palavra das Lideranças

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O regimento é para facilitar o curso dos trabalhos, não para impedir a andamento das sessões e o funcionamento do Congresso.

O SR. EUCLIDES SCALCO — Faço o registro desta questão de ordem para que os Anais conheçam a posição da Liderança do PSDB.

O Sr. José Ignacio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PS1 — ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com base no Regimento Comum, peço a palavra como Líder, tendo em vista o fato de que um Líder — eminente Líder, figura das mais respeitáveis nesta Casa, que conduz um partido que tem alinhados em suas fileiras Parlamentares que somam a maior expressão numérica nesta Casa — fez um discurso escrito que alcança, de algum modo a grande parcela do Parlamento, do Senado e da Câmara, e alcança, de modo específico, figuras que, de alguma forma, participaram da condução desses trabalhos. De algum modo até, quem sabe, alcança a própria Mesa; alcança as Lideranças que colaboraram, que participaram das articulações que desembocaram, finalmente, no grande estuário que foi este Plenário na votação que realizou.

Não posso, Sr. Presidente, aceitar essas colocações; não posso aceitá-las porque elas recaem sobre a Casa toda. Peço a V. Ex.^a a oportunidade de por prazo idêntico ou até menor, falar em resposta a esse texto escrito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai decidir.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Sr. Presidente, peço à Mesa, dê esta oportunidade não ao Senador que fala agora, mas à própria Casa, à própria Mesa, de responder à fala que está embutida nas palavras desse eminente homem público, Líder do PMDB, que é o Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa tem uma posição. A Mesa só concede a palavra aos que estão inscritos para falar pela Liderança

Antes de começar este período da sessão, o nobre Congressista Fernando Santana comparaceu à Mesa para se inscrever, e a Mesa disse que já tinha terminado as inscrições, porque já havia iniciado o prazo do hário de Comunicação das Lideranças.

De modo que a Mesa não pode examinar o mérito de cada discurso que se fizer aqui. Nobre Líder V. Ex.^a pode fazer um discurso exaltando determinada corrente e, logo em seguida, outro Parlamentar pode pedir a palavra para combater. E assim ficamos num duelo interminável...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Sr. Presidente, não pretendo dialogar com a Mesa, não pretendo nem o farei. A singularidade da situação é que não se trata da colisão de um partido com outro.

O Sr. Fernando Santana — Permite-me V. Ex.^a?

O Sr. Hermes Zaneti — Sr. Presidente, V. Ex.^a já tinha dado a palavra. Há orador na tribuna, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, lamenta não poder dar a palavra a V. Ex.^a

Concedo a palavra ao nobre Congressista Florestan Fernandes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT — SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, peço aos meus colegas exaltados que se acalmem. Afinal de contas, o mundo não está acabando hoje.

Eu havia preparado uma intervenção para ser feita em nome do PT, sobre assunto restrito. No entanto, o discurso do eminente Líder Ibsen Pinheiro colocou em questão uma temática que precisa ser examinada cuidadosamente nesta Casa.

Todos que estão aqui sabem tão bem, e até melhor do que eu, que a democracia, além de diálogo, exige oposição. O direito de pensar de modo diferente é aquilo que exprime a essência da democracia, e esse direito de pensar de modo diferente, de defender posições diferentes nos foi negado aqui dentro, nos foi negado, pelos Líderes dos Partidos do Governo, pelos Líderes dos partidos que apoiaram o Senhor Presidente Fernando Collor de Mello. Isso é muito significativo. Nós hoje não temos dentro desta Casa um centro, uma esquerda e uma direita; temos um grupo alinhado ao Palácio do Planalto e um grupo identificado com o espírito democrático e com a defesa do Parlamento. (Palmas) Eu me incluo dentro desse grupo, e espero que o meu Partido encontre em minhas palavras uma resposta à situação que se criou à revelia da nossa vontade.

Todas as Medidas Provisórias que vieram para cá, abusando da Constituição, abusando da nossa paciência e de nossas forças, obrigaram-nos a um trabalho insano. Foi uma tentativa de solapar a democracia e de impor acima

de todos um líder cesarista, um presidente imperial, alguém que não se identifica com um Parlamento independente e com aquilo que foi professado pelo mesmo Presidente, como e enquanto candidato ao cargo que está ocupando.

Temos que reconhecer este fato. É terrível! Nenhum parlamento pode existir e sobreviver se não tiver a coragem cívica da oposição vigilante, intransigente e construtiva. Nós, do PT, somos socialistas. Os nossos ideais são de esquerda e a nossa oposição traduz essa inspiração política. Em nenhum momento houve ilusões a respeito do nosso posicionamento. Pusemos a nossa Bancada à disposição do trabalho construtivo das outras Bancadas, para realizar-mos um trabalho de revisão crítica das Medidas Provisórias, Medidas essas que não deveriam estar incorporadas a nossa Constituição, porque não funcionamos em um regime parlamentarista, e sim em um regime presidencialista.

Colocar essas Medidas Provisórias ao alcance das mãos de um presidente tirânico significa dar-lhe uma guilhotina, para cortar a cabeça do Parlamento e, ao mesmo tempo, decepar a cabeça do Judiciário. Foi o que aconteceu e não tivemos aqui sequer a solidariedade que se proclamam nossos colegas, para que as nossas emendas fossem discutidas de maneira clara, ombro a ombro. O que havia em nossas emendas? E nas do PDT e dos outros Partidos, como o PSB, o PC do B? Alguma coisa que seria indigno de ser discutido neste recinto? Ao contrário, havia uma contribuição no sentido de mostrar que esta Casa buscava a colaboração, buscava servir ao País.

Esse gesto não foi atendido. Tivemos aqui aquilo que se tornou conhecido na Alemanha como a arregimentação política. A direita, o antigo Centrão, ressucitou e germinou o espírito da arregimentação política o de "crê ou é recusado". Na verdade, o que se deveria fazer era estabelecer uma colaboração que levasse em conta os terríveis problemas do país, problemas que levam o Governo hoje — é só ler os jornais de ontem — a mentir sobre a existência de uma fantástica inflação zero. O que é uma inflação zero? Significa inteligência zero, porque não existe inflação zero. Ou existe inflação ou não existe! Inflação zero é uma invenção irresponsável. Instituições, as mais respeitáveis, como o Dieese, o Cead, apuram os índices de inflação. O Dieese, através da palavra do Professor Walter Barelli, apura uma inflação de 24 e pouco por cento. Esses 24 e pouco por cento são reduzidos a zero. O que representa isso? Como se chegou a esse resultado?

Os jornais descrevem: uma Ministra junto com um Professor de Economia, que é tido como um grande cérebro, o Prof. Antonio Kandir, e outro colaborador, discutem se a inflação deve ser de 2,5%. Outro diz que deve ser de 1,5%. Então, o Prof. Antonio Kandir, num golpe luminoso de inteligência à la Vieira, diz: a inflação é zero.

Zero é o ponto a que chegou a dignidade política no Brasil. Zero é o estado a que che-

gou a democracia em nosso País. Zero é a falta de espírito de estadista, que se revela neste Governo, que não tem coragem de dizer qual a inflação existente, porque não tem competência para tomar as medidas necessárias para resolver os problemas que se impõem com a inflação, com a recessão e com a ameaça de depressão.

Portanto, o Líder do PMDB, que, infelizmente, no momento mais dramático, não procurou de nós a colaboração mais íntima e calorosa, tem razão ao trazer para cá as suas acusações. Um Parlamento não tem direito de existir sob um regime presidencialista se não tiver considerações, se não tiver o espírito ardoroso de realizar uma oposição responsável. E a Oposição responsável consiste em dizer a verdade, em defender a verdade, em buscar as soluções necessárias e imperiosas. É duro admitir, mas as decisões que exigem a verdade, que exigem a coragem de realizar uma operação dolorosa, obrigam, os Parlamentares a respeitar a verdade, de respeitar a versão que os seus Colegas podem ter das soluções aplicáveis a seu País.

Nós, do PT, não temos uma fórmula milagrosa para salvar o Brasil. É lamentável que o Presidente da república nos queira impingir uma solução miraculosa, usando artifícios como este da inflação zero. Com isso não queremos dizer que o nosso ponto de partida seja o ponto de chegada do PMDB, que, infelizmente para nós, perdeu o seu ponto de chegada no momento em que não teve aquela visão para dividir as relatórias, para estabelecer um trabalho democrático com todas as Bancadas e unir a Oposição, como já fez no passado: unir as Oposições, para que aqui haja uma voz única que diga a esse Presidente: por aqui a ditadura não passará!

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. (muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Na sessão conjunta realizada ontem, às 14 horas e 30 minutos, a Presidência declarou que não constariam da pauta da sessão de hoje as Medidas Provisórias nº 170, 172, 173, uma vez que seus prazos já estariam esgotados.

A Presidência, entretanto, verificou que a publicação das referidas Medidas no **Diário Oficial** só ocorreu no dia 19 de março. Portanto, o prazo para o Congresso apreciá-las se esgota hoje, motivo pela qual elas constam da pauta.

A Presidência ainda ontem tomou todas as providências junto as Lideranças para que elas ficassem informadas de que a sessão se realizaria hoje com esta pauta, através da divulgação pelos meios de comunicação, levou a todos os parlamentares a notícia de que a sessão se realizaria para a votação dessas Medidas.

O Sr. João Alves — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É sobre que Medida Provisória?

O Sr. João Alves — É sobre a Medida Provisória nº 172.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ainda não chegamos lá. Quando chegarmos a de nº 172, darei a palavra a V. Ex.ª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Senhor Presidente da república editou a Medida Provisória nº 177, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a gestão e operação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão mista incumbida de emitir parecer sobre matéria:

SENADORES

Titulares

Ronaldo Aragão
Ruy Bacelar
José Fogaça
Afonso Sancho
Matta Machado
Gerson Camata
João Castelo

Suplentes

Meira Filho
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
João Lobo
Teotônio Vilela Filho
João Lyra
José Paulo Bisol

DEPUTADOS

Titulares

Antônio Brito
Genebaldo Correia
Jorge Gama
Waldeck Ornélas
Luiz Marques
Edivaldo Holanda

Suplentes

Manoel Moreira
Nilson Sguarezi
José Melo
Osmar Leitão
João Machado Rollemberg
Myrian Portella

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — De acordo com a resolução nº 1, de 1989 — CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 18-4 — Designação da Comissão Mista
Dia 19-4 — Instalação da Comissão Mista
Até 20-4 — Prazo para recebimento de emendas. Prazo para Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até 28-4 — Prazo final da Comissão Mista
Até 13-5 — Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à ordem do Dia. Sobre a Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.600, DE 1990-CN
Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requiro a Vossa Excelência inversão de pauta, para que a Medida Provisória nº 174 (item 4) possa ser apreciada logo após a Medida Provisória nº 170 (item 1).

Sala das Sessões, 18 de abril de 1990. — Deputado **Doutel de Andrade**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o requerimento de inversão da pauta, na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Liderança do Governo pede verificação.

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, quem é o autor do requerimento de inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Deputado **Doutel de Andrade**.

O Sr. Tidei de Lima — A verificação foi pedida no Senado. Sr. Presidente?

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro). — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Ex.ª havia acusado a aprovação pela Câmara. Quando V. Ex.ª colocou em votação no Senado e foi aprovado, o Senado José Ignácio Ferreira pediu verificação no Senado.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a verificação na Câmara. V. Ex.ª não anunciou matéria nova. Diz o Regimento que, enquanto não se anunciar matéria nova, há tempo de se pedir verificação. Como, aprovado na Câmara, passou-se rapidamente ao Senado, evidentemente ainda posso fazer o pedido de verificação na Câmara, porque V. Ex.ª ainda não anunciou outra matéria. Enquanto não se anuncia outra matéria, é tempo — repito : para se pedir verificação. Minha Bancada tem número legal; portanto peço a V. Ex.ª faça a verificação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Tidei de Lima — Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. TIDEI DE LIMA — (PMDB — SP: para contraditar. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, as palavras de V. Ex^a foram claras. Aprovado na Câmara, passa-se à votação no Senado. Aprovado no Senado, foi quando o Senador José Ignácio Ferreira pediu verificação. Então, trata-se de matéria vencida na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode modificar a sua decisão. A Mesa declarou que estava aprovado pela Câmara dos Deputados e não houve nenhuma discordância. Anunciado no Senado Federal, o nobre Senador José Ignácio Ferreira pediu verificação de **quorum**. A Mesa vai realizar a verificação no Senado Federal.

O Sr. Prisco Viana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PRISCO VIANA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a verificação de **quorum** no Senado Federal foi requerida pelo intitulado Líder do Governo, figura que não é suficientemente definida no regimento do Congresso Nacional

O Regimento do Senado não trata de Líder do Governo. O Regimento Comum não alude a esta figura. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados fala, mas diz que as suas atribuições estão restritas apenas a dois ou três, incisos, e nenhum diz respeito a requerimento de verificação. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art 11, diz:

“Art 11 O Presidente da República poderá indicar Deputados para exercerem a liderança do Governo, composta de Líder e três Vice-Líderes, com as prerrogativas constantes dos incisos I, III e IV do art. 10.

I — Fazer uso da palavra, pessoalmente, ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das Comunicações de Lideranças;

II — inscrever membros da bancada para o horário destinado às Comunicações Parlamentares;

III — participar, pessoalmente ou por intermédio dos seus Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer verificação desta;

IV — encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a um minuto;

V — registrar os candidatos do Partido ou Bloco Parlamentar para concorrer aos cargos da Mesa e atender ao que dispõe o inciso III do art. 8^o;

VI — indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões e, a qualquer tempo, substituí-los ”

Não lhe é dada, portanto, a faculdade de pedir verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Senado Federal voto, recentemente, uma resolução que atribui ao Líder do Governo as mesmas regalias e direitos que têm os Líderes de outros Partidos

Além disso, ia pôr a votos, porque não havendo Partido do Governo, seria preciso que cinco Srs. Senadores se manifestassem favoráveis à verificação, que também poderá ser formulada por qualquer um, mesmo não sendo líder do Governo, desde que acompanhado por cinco Srs. Senadores; mas um só pedindo não basta

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, como Líder do PFL peço, então, a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O PFL endossa o requerimento de um Senador. Qualquer Senador poderia fazê-lo, e o nobre Senador Jamil Haddad, sozinho, no Senado, tem pedido várias vezes, desde que sejam 2 Srs. Senadores a acompanhá-lo

O SR. EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, represento uma Bancada de 14 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vai-se proceder à verificação no Senado Federal

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Pela ordem Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para que conste dos Anais desejo registrar que o § 1^o do art. 45 do Regimento Comum declara:

“Proclamado o resultado da votação de cada Casa, poderá ser feita sua verificação a requerimento de Líder, . . .”

Portanto, prevê o § 1^o a proclamação da votação de cada uma das Casas e permite, depois disso, o pedido de verificação em qualquer das Casas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aqui estão reunidas duas Casas; uma ouviu a proclamação da Mesa e não pediu verificação; a outra, é que se manifestou.

Peço aos Srs. senadores ocupem seus lugares

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para esclarecer.

Quando V. Ex^a aludiu ao art. 10. item III, do regimento Interno da Câmara dos Deputados, que fala especificamente:

“II — Participar, pessoalmente, ou por intermédio de seus Vice-Líderes, dos trabalhos de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer verificação desta.”

Isto é uma atribuição de Líder. Só que diz o art. 11 — e pediria a atenção de V. Ex^a.

O Presidente da República poderá indicar Deputados para exercerem a liderança do governo, composta de Líder e três Vice-Líderes, com as prerrogativas constantes dos incisos I, III e IV do art. 10.”

Ora, se o Presidente tem a prerrogativa de indicar Líder, o seu Líder pode utilizar-se da prerrogativa do inciso III do art 10.

Gostaria que V. Ex^a reconsiderasse a sua decisão, porque está textual no regimento: art. 10, inciso III. RE ou art. 11 dez claramente que “O Presidente da República poderá indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo, ... com as prerrogativas dos incisos I, III” — que é o de requerer verificação de **quorum** — “e IV do art. 10.” Pelo inciso II, Sr. Presidente, não teria direito, mas que III teria, independente de apoioamento..

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado federal, o Líder tem todas as prerrogativas, não excluímos nenhuma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ — Se o Regimento da Câmara dos Deputados é...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se o debate se trava sobre o número de liderados do Governo, melhor porque já foi ratificado pelo nobre Líder Edison Lobão. Então, por que vamos criar uma polémica agora?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ — É apenas em tese, Sr. Presidente, por isso pedi a decisão de V. Ex^a

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Congressista.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, foi encaminhado à Mesa o pedido de inversão da pauta, do item II com o item IV. Não há impedimento algum com relação ao item I da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, não há

O SR. TIDEI DE LIMA - Então, faria um apelo à Bancada do PDT: que retirasse o requerimento de inversão da pauta, para que pudéssemos votar o item I, que tem a concordância de todos os Partidos. Aprovado o item I, sem nenhum impedimento, o PDT reapresentaria o requerimento de inversão de pauta.

Solicito, então, à Bancada do PDT retire o requerimento de inversão da pauta, para que possamos votar, pelo menos, o item I da Ordem do Dia de hoje.

O Sr. Artur Lima Cavalcanti — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARTUR LIMA CAVALCANTI (PDT — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDT retira o pedido de inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Retido o requerimento, não há mais o que discutir. A votação não foi concluída, porque foi apenas o voto da Câmara, e, para ser aprovado ou rejeitado, teria que ter também o voto do Senado.

De modo que, não tendo sido concluída a votação do requerimento, a Mesa acolhe o pedido de retirada do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
Item 1:

Votação, em turno unico, da Medida Provisória nº 170, de 17 de março de 1990, que altera a redação do art 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências, tendo parecer proferido em Plenário pelo Deputado Irajá Rodrigues, pela apresentação de projeto de lei de conversão nº 18, de 1990, e pela rejeição das emendas apresentadas.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada no dia 17 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 1601, DE 1990 — CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos ternos regimentais, preferência para votação da Medida Provisória 170/90 sobre o respectivo Projeto de Lei de Conversão

Sala das sessões, 18 de abril de 1990. — **Gidel Dantas**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) O requerimento, como acaba de ouvir o Plenário, assinado pelo deputado Gidel Dantas, Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados, pede preferência para votação da Medida Provisória sobre o respectivo projeto de lei de conversão.

Todos os Srs. Deputados estão esclarecidos do que se trata? (Pausa.)

A Mesa vai pôr a votos.

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O Sr. Gumercindo Milhomem — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PT vota “não”.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PRN vota “sim”

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HAROLD LIMA (PC do B — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “não”

O Sr. Fernando Santana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PCB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa pede aos demais Partidos que se manifestem.
Como vota o Líder do PTB?

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP) — Sr. Presidente, o PTB vota “sim” ao requerimento de inversão, para que votemos primeiro a Medida Provisória nº 170.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSDB?

O SR. EUCLIDES SCALCO (PSDB — PFL) — Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PTR?

O SR. ISMAEL WANDERLEY (PTR — RN) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PST?

O SR. JOSÉ FERNANDES (PST — AM) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSB?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PFL?

O SR. LUIZ EDUARDO (PFL — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDC?

O SR. GIDEL DANTAS (PDC — CE) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PL?

O SR. AFIF DOMINGOS (PL — SP) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDS?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PPB?

O SR. LEONEL JÚLIO (PPB — SP) — O PPB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Algum dos Srs. Deputados não manifestou o seu voto? (Pausa.)

Algum partido deixou de votar?
A Mesa pede aos Srs. Deputados que compareçam.

Votaram SIM: PRN, PTB, PFL, PDS, PDC, PL, PTR, PST e PPB.

Votaram NÃO: PMDB, PC do B, PCB, PSDB, PSB e PDT.

O resultado foi o seguinte: votaram NÃO: 257 Srs. Deputados; e SIM, 221.

O requerimento foi rejeitado na Câmara. Em consequência, não vai ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, V. Exª já proclamou o resultado?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já, Excelência
Votaram Sim 221 Srs. Congressistas; e Não, 257.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ — Peço verificação de votação na Câmara dos Deputados, pela Vice-Liderança do PRN.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai realizar a verificação de votação para o requerimento, na Câmara dos Deputados.

Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares. Vai ser realizada a verificação.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Pela ordem) — A Liderança do PTB orienta a sua Bancada para que vote “sim” ao requerimento.

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB - SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, para orientar a Bancada. Quem votar "não", vota contra, ou seja, pela preferência do projeto de conversão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sim, Excelência Votando "não", vota pelo projeto de conversão, contra o requerimento.

A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que ocupem os seus lugares, para facilitar a votação.

O Sr. Fernando Santana — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PCB vota "não".

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O Sr. Luiz Eduardo — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LUIZ EDUARDO (PFL — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, a Liderança do PFL solicita à Bancada que vote "sim".

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PC do B vota "não".

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PRN vota "sim" ao requerimento.

O Sr. Artur Lima Cavalcanti — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARTUR LIMA CAVALCANTI (PDT — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDT vota "não".

O Sr. Euclides Scalco — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EUCLIDES SCALCO (PSDB — PR. Pela ordem) — Sr. Presidente, recomendo à Bancada do PSDB que vote "não".

O Sr. Gumercindo Milhomem — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PT vota "não".

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, é preciso chamar os Deputados e Senadores, principalmente da ala governista, para vir dar **quorum**; é necessário acelerar a votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP.) — Sabemos a nossa obrigação, nobre Congressista.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa agradece a colaboração de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Srs. Deputados, queiram selecionar os seus votos.

Srs. Deputados que se encontram nas bancadas, queiram acionar, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem.

Os Srs. Deputados que não registraram seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

(Procede-se à votação)

VOTAM OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — Sim
José Melo — Não

Amazonas

Carrel Benevides — Sim
Eunice Michiles — Sim
Ézio Ferreira — Abstenção
José Dutra — Não
José Fernandes — Sim
Sadie Hauache — Sim

Rondônia

Arnaldo Martins — Não
Assis Canuto — Sim
Francisco Sales — Sim
José Guedes — Não
Rita Furtado — Sim

Pará

Aloysio Chaves — Sim
Amilcar Moreira — Não
Arnaldo Moraes — Não
Asdrubal Bentes — Não

Benedicto Monteiro — Não
Carlos Vinagre — Não
Domingos Juvenil — Não
Eliel Rodrigues — Não
Fausto Fernandes — Não
Fernando Velasco — Não
Jorge Arbage — Sim
Manoel Ribeiro — Não
Paulo Roberto — Sim

Tocantins

Edmundo Galdino — Não
Eduardo Siqueira Campos — Sim
Freire Júnior — Abstenção
Moisés Avelino — Não
Paulo Mourão — Sim
Paulo Sidnei — Não

Maranhão

Cid Carvalho — Sim
Costa Ferreira — Sim
Eliézer Moreira — Sim
Eurico Ribeiro — Sim
Haroldo Sabóia — Não
José Carlos Sabóia — Não.

Piauí

Felipe Mendes — Sim
Jesusaldo Cavalcanti — Sim
José Luiz Maia — Sim
Manuel Domingos — Não
Paes Landim — Sim

Ceará

Aécio de Borba — Sim
Bezerra de Melo — Sim
Carlos Benevides — Não
Carlos Virgílio — Sim
César Cals Neto — Sim
Expedito Machado — Sim
Furtado Leite — Abstenção
Gidel Dantas — Sim
Luiz Marques — Sim
Mauro Sampaio — Sim
Moema São Thiago — Não
Moysés Pimentel — Não
Paes de Andrade — Não
Ubiratan Aguiar — Não

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — Sim
Iberê Ferreira — Sim
Ismael Wanderley — Sim
Marcos Formiga — Sim
Vingt Rosado — Sim

Paraíba

Aluizio Campos — Abstenção
Antonio Mariz — Não
Evaldo Gonçalves — Sim
Francisco Rolim — Sim
José Maranhão — Não.

Pernambuco

Artur de Lima Cavalcanti — Não
Cristina Tavares — Não
Egídio Ferreira Lima — Não
Fernando Bezerra Coelho — Sim
Gonzaga Patriota — Não

Horácio Ferraz — Sim
 Inocêncio Oliveira — Sim
 José Jorge — Sim
 José Tinoco — Sim
 Maurílio Ferreira Lima — Sim
 Nilson Gibson — Não
 Osvaldo Coelho — Sim
 Paulo Marques — Não
 Ricardo Fuza — Sim
 Salatiel Carvalho — Sim

Alagoas

Antonio Ferreira — Sim
 Geraldo Bulhões — Sim
 José Costa — Não
 Roberto Torres — Sim

Sergipe

Acival Gomes — Não
 Bosco França — Abstenção
 João Machado Rollemberg — Sim
 Leopoldo Souza — Não

Bahia

Abigail Fertosa — Não
 Ângelo Magalhães — Sim
 Benito Gama — Sim
 Carlos Sant'Anna — Não
 Celso Dourado — Não
 Eraldo Tinoco — Sim
 Fernando Santana — Não
 Francisco Benjamim — Sim
 Haroldo Lima — Não
 Jairo Carneiro — Sim
 João Alves — Sim
 João Carlos Bacelar — Não
 Jorge Hage — Não
 Jorge Vianna — Sim
 Leur Lomanto — Sim
 Lídice da Mata — Não
 Luiz Eduardo — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Mário Lima — Não
 Milton Barbosa — Sim
 Prisco Viana — Não
 Virgildásto de Senna — Não
 Waldeck Ornélas — Sim

Espírito Santo

Lezio Sathler — Não
 Lurdinha Savignon — Não
 Nyder Barbosa — Não
 Rita Camata — Não
 Rose de Freitas — Não.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — Sim
 Amaral Netto — Sim
 Anna Maria Rattes — Não
 Arolde de Oliveira — Sim
 Benedita da Silva — Não
 Bocayuva Cunha — Não
 César Maia — Não
 Daso Coimbra — Sim
 Doutel de Andrade — Não
 Edésio Frias — Não
 Edmilson Valentim — Não
 Ernani Boldrin — Não
 Fábio Raunheitt — Sim

Feres Nader — Sim
 Francisco Dornelles — Sim
 Jayme Campos — Sim
 José Carlos Coutinho — Não
 José Luiz de Sá — Sim
 Lysâneas Maciel — Não
 Márcio Braga — Não
 Messias Soares — Sim
 Miro Teixeira — Não
 Osmar Leitão — Sim
 Osvaldo Almeida — Sim
 Paulo Ramos — Não
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Jefferson — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Sotero Cunha — Sim
 Vivaldo Barbosa — Não
 Vladimir Palmeira — Não

Minas Gerais

Alysson Paulinelli — Sim
 Carlos Cotta — Não
 Célio de Castro — Não
 Christóvam Chiaradia — Sim
 Dálton Canabrava — Não
 Elias Murad — Não
 Hélio Costa — Sim
 Humberto Souto — Sim
 Israel Pinheiro — Sim
 José da Conceição — Sim
 José Geraldo — Não
 Leopoldo Bessone — Não
 Marcos Lima — Não
 Mário Assad — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Roberto Vital — Não
 Ronaro Corrêa — Sim
 Sérgio Naya — Abstenção
 Sérgio Werneck — Sim
 Virgílio Guimarães — Não

São Paulo

Afif Domingos — Sim
 Aírton Sandoval — Sim
 Antonio Carlos Mendes Thame — Não
 Aristides Cunha — Sim
 Arnaldo Faria de Sá — Sim
 Caio Pompeu de Toledo — Não
 Cardoso Alves — Sim
 Del Bosco Amaral — Sim
 Eduardo Jorge — Não
 Farabulini Júnior — Sim
 Florestan Fernandes — Não
 Gastone Right — Sim
 Gumercindo Milhomem — Não
 Hélio Rosas — Não
 Irma Passoni — Não
 José Camargo — Sim
 José Egreja — Sim
 José Genoíno — Não
 Koyu Iha — Não
 Leonel Júlio — Sim
 Manoel Moreira — Não
 Mendes Botelho — Sim
 Roberto Valle Rollemberg — Não
 Samir Achôa — Não
 Sólon Borges dos Reis — Sim
 Theodoro Mendes — Não

Tidei de Lima — Não
 Ulysses Guimarães — Não

Goias

Aldo Arantes — Não
 Antonio de Jesus — Sim
 Délio Braz — Sim
 Iturival Nascimento — Sim
 João Natal — Sim
 José Freire — Sim
 José Gomes — Sim
 Luiz Soyer — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Tarzan de Castro — Não

Distrito Federal

Augusto Carvalho — Não
 Francisco Carneiro — Sim
 Geraldo Campos — Sim
 Jofran Frejat — Sim
 Márcia Kubitschek — Sim
 Sigmaringa Seixas — Não
 Valmir Campelo — Sim

Mato Grosso

Antero de Barros — Não
 Joaquim Sucena — Sim
 Jonas Pinheiro — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim

Mato Grosso do Sul

Rosário Congro Neto — Não
 Saulo Queiroz — Não

Paraná

Alarico Abib — Não
 Darcy Deitos — Não
 Euclides Scalco — Não
 Hélio Duque — Não
 Maurício Fruet — Não
 Maurício Nasser — Sim
 Nilton Friedrich — Não
 Renato Johnsson — Sim
 Sérgio Spada — Não
 Tadeu França — Não

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — Sim
 Artenir Werner — Sim
 Henrique Córdova — Sim
 Ivo Vanderlinde — Não
 Luiz Henrique — Não
 Orlando Pacheco — Sim
 Paulo Macarini — Não
 Ruberval Pilotto — Sim

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — Não
 Adylson Motta — Sim
 Amaury Müller — Não
 Arnaldo Prieto — Sim
 Erico Pegoraro — Sim
 Floriceno Paixão — Não
 Hermes Zaneti — Não
 Ibsen Pinheiro — Não

Ivo Mainardi — Não
 João de Deus Antunes — Sim
 Júlio Costamilan — Não
 Lélcio Souza — Não
 Nelson Jobim — Não
 Osvaldo Bender — Sim
 Paulo Mincarone — Sim
 Ruy Nedel — Sim
 Tarso Genro — Não
 Telmo Kirst — Sim
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Sim

Amapá

Annibal Barcellos — Sim
 Eraldo Trindade — Sim

Roraima

Chagas Duarte — Não
 Marluce Pinto — Sim
 Mozarildo Cavalcanti — Sim
 Ottomar Pinto — Sim

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE ((Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas uma informação que solicito à Mesa: quais as medidas provisórias que, se não forem votadas hoje poderão cair, e o Governo as reedita? É importante que haja **quorum** no plenário para votarmos essas medidas

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — As medidas cujos prazos terminam hoje são as de nºs 170, 172 e 173. As demais continuam dentro do prazo.

Peço aos Srs. Deputados que não votaram que o façam.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, como V. Exª em outras ocasiões esperou bastante pelos Srs. Parlamentares, pediria que aja agora com o mesmo critério

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estou chamando.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, é preciso chamar pelo microfone, acionar as campanhas, principalmente para os gabinetes governistas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A sessão está sendo irradiada para todos os gabinetes. A Mesa não pode ficar chamando mais do que tem feito. Quando se fala aqui, repercute em todos os Gabinetes, tanto na Câmara como no Senado.

A Mesa vai dar 2 minutos mais para que os Srs. Deputados faltosos compareçam (Pausa.)

A Mesa vai encerrar a votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Estão chegando Congressistas, Sr. Presidente. O Governo é que está obstruindo, o Governo não quer votar. A Liderança do Governo aqui — PFL, PRN — está criando problemas.

Vamos apreciar, Sr. Presidente, as Medidas Provisórias nºs 170, 172 e 173. Ora, Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 170 extingue o uso dos carros de vários órgãos, e é importante que a Casa...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Todas são importantes! A Mesa não pode discutir.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Mas é importante que haja **quorum**, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Jorge — Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Lei nº 8 030, que foi sucedânea da Medida Provisória nº 154, saiu com uma grave incorreção e é preciso que este Congresso providencie um novo texto, a fim de ser enviado ao Presidente da República, para assiná-lo. Essa incorreção, Sr. Presidente, está localizada..

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Neste momento não é a hora. Estamos na votação de outra medida. Depois V. Exª terá a palavra para discutir.

O SR. EDUARDO JORGE — De toda forma, Sr. Presidente, é importante registrar, porque deve ser corrigido e registrado nesta sessão

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esta não é uma questão que esteja em votação no momento. V. Exª encaminha a votação, não pode tumultuar.

O SR. EDUARDO JORGE — De toda forma, Sr. Presidente, é importante, porque deve ser corrigida e registrada nesta sessão ainda hoje; é relativa a uma lei que já foi assinada pelo Senhor Presidente da República; deve ser corrigida, sob pena de prejudicar os aposentados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª não pode perturbar o processo de votação de uma medida com a inclusão de outra.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se for sobre o processo de votação, concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na verdade, está havendo aqui uma orientação da Liderança do Governo para que não se dê **quorum**. É um absurdo! É necessário que fique claro que a Oposição está aqui presente, porque os meios de comunicação, em geral, têm dito que os Parlamentares não vêm e não está havendo **quorum** para se votar a medida provisória.

Em nome da Liderança do PC do B, denúncia que a Liderança do Governo não está

dando **quorum** para esta votação e sugiro que a imprensa publique a relação dos Congressistas presentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode mais...

O Sr. Fernando Santana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª que assisti, realmente, a muitos Deputados não votarem, a pedido. Não vou dizer nome de ninguém, porque não sou policial, mas o Congresso e o povo devem ficar sabendo que havia número para votar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode obrigar o Parlamentar a votar; se ele não comparece para votar, a Mesa não pode obrigar ninguém a fazê-lo.

O Sr. Ruy Nedel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RUY NEDEL (PSDB — RS. Pela ordem) — Sr. Presidente, para retificar o meu voto. Quis votar "não" e acabei, equivocadamente, votando "sim".

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Regimento Interno, obviamente, permite que haja processo de se criar dificuldades para o funcionamento da sessão. No entanto, aquele Parlamentar que está aqui, no plenário, tem que ter o seu voto coletado e há inúmeros Parlamentares presentes cujo voto não está sendo coletado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode selecionar daqui os que votaram e os que não votaram. A Mesa tem a colaboração do painel eletrônico, porém não pode saber quem votou ou não. Aqui não é escola

O Sr. Tidei de Lima — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PMDB concorda com V. Exª que o Deputado não é obrigado a votar, mas também não pode ser obrigado a não votar

O que está acontecendo aqui é um verdadeiro piquete na "boca" dos teclados avulsos; é um piquete feito pela Bancada governista. E isso, evidentemente, é lamentável, quando a imprensa está todo dia dizendo que esta

Casa não tem **quorum**, quando, na verdade, o tem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não tem serviço de polícia para obrigar o Deputado a votar.

O Sr. Edésio Frias — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço aqui uma denúncia. O Congresso Arnaldo Faria de Sá, Vice-Líder do Governo, não permitiu, sequer, que eu pedisse a palavra pela ordem no microfone de apertes, e o nobre Congressista agora não está nem no Plenário, eis que o painel eletrônico não registra o seu voto.

Peço a V. Exª, Sr. Presidente, ponha ordem neste plenário, porque não é possível o que está acontecendo. O Governo quer obstruir, não quer que os Deputados votem, e depois ficam dizendo lá fora, na imprensa, que a Oposição está fazendo obstrução.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, solicito a V. Exª me autorize a encaminhar à Mesa do Congresso Nacional requerimento de informação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço a V. Exª que não perturbe.

Se algum Deputado ainda não votou, solicito que o faça. O mais, não posso discutir. Estou prolongando o processo de votação o mais que posso, mas não posso obrigar que o Deputado vote.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Como Líder, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, informo à Casa, que o nobre Congressista Arnaldo Faria de Sá, embora dos mais brilhantes Parlamentares desta Casa, não é Vice-Líder do Governo; S. Exª é Vice-Líder do PRN, e foi nessa qualidade que pediu verificação de **quorum**.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, solicito sejam anotadas as presenças dos Deputados Arnaldo Faria de Sá e Humberto Souto, que não estão registradas no painel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode obrigar o Deputado a votar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — S. Exª levantaram questão de ordem, pediram verificação de **quorum**, estão dando ordens à Mesa. Es-

tão impedindo a celeridade da Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pediu V. Exª verificação; não votou? Se não votou, cai a verificação. É isto mesmo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Cai a verificação. É isto mesmo, ou vota ou cai a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Isto ocorre constantemente no Senado.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito ao Líder do Governo, já que agora S. Exª não votou, que justifique perante a opinião pública brasileira por que está fazendo boicote ao processo de votação, para que ela saiba que a Oposição está aqui votando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A sanção é pública.

O SR. ALDO ARANTES — Mas S. Exª não votou, Sr. Presidente. Então, cai o processo de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não podemos obrigar, sob pena de, amanhã em diante termos aqui um fiscal de cada Deputado que não votou. A sanção vai aos Anais. A sanção vai na comunicação à Câmara, para dizer os que não votaram, e que têm as suas sanções financeiras.

Aqui não sou mestre-escola. Cada um dos Deputados e Senadores é pessoa capaz e responsável. Se S. Exª não querem votar, não há de ser o Presidente que irá puxar cada um pela orelha, obrigando-os a fazê-lo.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, solicitaria apenas à Mesa usasse o mesmo critério que empregou em outras votações. V. Exª leu, na Mesa, nomes de Deputados da esquerda e da Oposição que não registraram seus votos no painel. Gostaria que V. Exª usasse também esse critério para os Deputados governistas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa nunca fez isso. O que a Mesa pede é que todos que estão na Casa votem, mas não pode obrigá-los a votar.

O interesse da Mesa é que haja número para a votação. Por isso, em todas as votações, tem prolongado o prazo destinado à votação, para que todos os Deputados presentes exerçam o seu direito de voto.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Estão chegando. Calma, porque estão chegando os Depu-

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa tem que decidir. Não pode ficar esperando que cheguem os Deputados.

Podem votar. Quem quiser votar, que vote. Não estou proibindo ninguém de votar. O que não quero é perturbar. A Mesa não pode ser parcial, ela tem uma atitude, a de prolongar o prazo destinado à votação para que todos votem; mas, se não comparecem para votar, a Mesa não pode ir aos Gabinetes buscar os Deputados.

A Mesa não vai dar mais a palavra para questão de ordem, porque apenas estamos chamando os Deputados que não votaram e que queiram comparecer para votar. Não há nenhum Deputado votando. A Mesa já está há mais de vinte minutos aguardando a presença dos Deputados para votar. A Mesa também não atende a um e a outro Deputado. Se houver algum Deputado votando, a Mesa respeita.

Não há mais nenhum Deputado para votar? Se há algum Deputado que não votou, queira manifestar-se. A Mesa vai dar dois minutos; depois disso, encerra, mas não vai mais ouvir discurso, porque a Mesa está bem informada, a Mesa já sabe tudo que se vai dizer.

Os Srs. Deputados não são crianças; têm responsabilidades. Se não comparecem para votar, a culpa é deles. A Mesa não pode ir buscá-los em casa, nem nos gabinetes, para votar. Retardou o mais que pôde.

Quero comunicar aos Srs. Congressistas que durante a votação não há outra questão.

Os Srs. Deputados que ainda não votaram queiram fazê-lo.

O Sr. Ibsen Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu faço um apelo ao Líder do PFL, ao Líder do Governo, a todos os Deputados que ainda não marcaram a sua presença, apelo esse, em nome do interesse de toda esta Casa.

Tivemos uma votação histórica nesta Casa há poucos dias. Estive do lado perdedor e, nem por isso, deixamos de estar aqui, votando simbolicamente. Lembro, Sr. Presidente, que, àquela ocasião, os Líderes do Governo manifestavam e sustentavam que o voto que interessava era o nominal, porque o voto simbólico não corresponderia à verdade do Plenário.

Pois nós estamos tendo, Sr. Presidente, um voto nominal; os Deputados estão votando pessoalmente. Por isso, o apelo que faço ao Líder do PFL, que tem sido um parceiro democrático. Faço, Sr. Presidente, um apelo a cada um dos Deputados que aqui se encontram, para que contribuam no processo de deliberação que estamos fazendo através do voto. É o apelo que faço, não necessariamente em nome da minha Bancada, em nome

desse ou daquele Partido, mas em nome do funcionamento da Casa, do prestígio da Instituição, para que, numa quarta-feira, não tenhamos o dissabor de registrar a falta de quórum para a deliberação, e, que, amanhã venhamos a ler, nos jornais, que a falta de número impediu a deliberação. É o meu apelo aos Líderes do Governo, ao cavalheiro que é o Senador José Ignácio Ferreira, aqui presente, ao Deputado Ricardo Fiuza

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço a V. Exª que encerre

O SR. IBSEN PINHEIRO — Por esta razão, Sr. Presidente, atrevo-me também a pedir a V. Exª, considerando que falta a presença de um Parlamentar, e que a Mesa é neutra no confronto das idéias, mas não é neutra na defesa da Instituição, e interessa à Instituição; apelo a V. Exª conceda 5 minutos à Casa, para que ela construa o quorum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai fazer a última chamada.

Os Srs. Deputados que não votaram queiram fazê-lo.

O SR. IBSEN PINHEIRO — Sr. Presidente, falta apenas uma presença, e quero requerer a V. Exª, em nome do meu Partido, em nome também do funcionamento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa fez a chamada, e não pode retardar.

O SR. IBSEN PINHEIRO — O quorum, Sr. Presidente, está a caminho. As informações indicam que o quorum está a caminho.

Sr. Presidente, requero a V. Exª conceda cinco minutos de aguardo.

O Sr. Euclides Scalco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EUCLIDES SCALCO (PSDB — PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, requero à Mesa considere, para o quorum que aí está, os votos dos Deputados Humberto Souto e Arnaldo Faria de Sá, que falaram neste microfone e seus votos não apareceram no pannel.

Sr. Presidente, V. Exª tem o dever de computar o voto do Deputado Humberto Souto, que ocupou o microfone, e V. Exª não computou o voto de S. Exª. Dão 248 votos.

Sr. Presidente, ainda para corroborar as palavras do Deputado Ibsen Pinheiro, na semana passada, quando votamos a Medida Provisória nº 168, depois de sermos derrotados no Plenário, tivemos a grandeza de liberar nossos destaques. E para não impedir que tivéssemos uma medida provisória aprovada, as Lideranças do PMDB e do PSDB declararam voto por abstenção, dando número e não impedindo que o Congresso votasse a medida provisória

Essa foi uma postura ética dos dois Partidos, que tinham votos em consonância com os Partidos de Oposição.

Sr. Presidente, além desse voto que completa o quorum, requero a computação do voto do Deputado Humberto Souto

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O art. 306 do Regimento do Senado Federal, que é subsidiário do Regimento Comum, diz o seguinte:

“Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de quorum.”

Era este o dispositivo que eu procurava no Regimento do Senado. De modo que mesmo aqueles que estão presentes e não votaram terão as suas presenças computadas. Isso é uma regra, não só para hoje, como para sempre, enquanto eu estiver na Presidência desta Casa

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Congressista

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, enquanto se processa a coleta de votos, deixo claro à Casa toda e, em particular, aos ilustres quadros dos Partidos de oposição da Casa, que a liderança do governo, no Senado ou na Câmara representada na Câmara pelo ilustre Vice-Líder Humberto Souto, a Liderança do Governo não pediu verificação nesta oportunidade. Foi pedida a verificação de votação pelo ilustre Representante do PRN, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Faço esta colocação para deixar a questão com a maior clareza.

Em momento algum a Liderança do Governo na Casa pediu verificação de votação. Ocorreu que o ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá, Líder do PRN na Câmara, pediu verificação de votação, e esse fato produziu toda a situação que se processou aqui

Não houve da parte da Liderança do Governo, quer no Senado Federal quer na Câmara dos Deputados, qualquer propósito ou ação no sentido de atravancar os trabalhos desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a votação na Câmara dos Deputados.

Votaram Sim 143 Srs. Deputados; Não, 120.

Houve 6 abstenções.

Total 269 votos.

A preferência foi aprovada.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria — estava em processo de votação e, por isso, aguardei — de contestar a fala do Líder do Governo no Senado Federal, Senador José Ignácio Ferreira. Considero lamentável a atitude de S. Exª (O Sr. Presidente fez soar a campanha)

Em nome da Liderança do meu Partido, faço esta colocação e peço a palavra pela ordem.

Sou Congressista como S. Exª e considero o que aconteceu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço a V. Exª use termos parlamentares. Dirigindo-se a um Colega.

O SR. ALDO ARANTES — Sr. Presidente, acho que o Líder do Governo no Senado se manifestou de maneira lamentável, não retratando o que aqui aconteceu, porque foi pedida verificação de quorum pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é do Partido do Governo, no sentido de impedir o processo de votação

Apenas deixo isso claro, até por que não só o Deputado Arnaldo Faria de Sá, como nenhum Líder do Governo, explicou a razão dessa atitude aqui tomada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação no Senado Federal

Peço aos Srs. Senadores se manifestem.

Os Srs. Senadores que aprovam a preferência queiram permanecer sentados. (Pausa)

Pela soma dos votos do PMDB e do PSB, a preferência foi rejeitada no Senado Federal.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, peço verificação (Pausa.)

Desisto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A preferência foi aprovada na Câmara dos Deputados. O Senado Federal votou contra.

Está rejeitado no Senado Federal
Não há pedido de verificação.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, não há pedido de verificação. V. Exª está facilitando

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tenha paciência, Sr. Congressista. Não estou facilitando nada. Cumpro apenas o Regimento. Não admito essa insinuação. É meu dever explicar ao Senador Marco Maciel o que estava sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 1.602, DE 1990 - CN

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do art. 1.º da Medida Provisória nº 170/90, para substituir o art. 1.º do Projeto de Lei da Conversão respectivo.

Sala das Sessões, 18 de abril de 1990. — **Gidel Dantas.**

REQUERIMENTO Nº 1.603, DE 1990 - CN

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 001 — MP 170/90

Sala das Comissões, 18 de abril de 1990. — **Brandão Monteiro.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência acolhe os requerimentos e os destaques serão votados oportunamente.

Em votação o projeto de lei de conversão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Para encaminhar o projeto de lei de conversão, com a palavra o Congressista José Genoíno, para falar contra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou encaminhando contra porque, realmente, há necessidade de se deixar registrado no Congresso Nacional, e chamaria a atenção da Mesa do Congresso Nacional, da opinião pública e da consciência democrática deste País, que se está fazendo um festival de eleitoralismo e de disputa política com a demagogia do falso moralismo, pois o mesmo Governo manda uma Medida Provisória como esta. Os seus governantes, os seus Ministros, os seus Secretários. É o caso, por exemplo, da notícia publicada, hoje, no jornal **O Globo**, das façanhas do Secretário da Administração, Sr. João Santana, que tem a sua manutenção aqui, em Brasília, paga pela iniciativa privada. É o caso do carro utilizado pelo Sr. João Santana, que é pago pela **Gazeta Mercantil**, conforme divulgação do jornal **O Globo**.

Quem está pagando, Sr. Presidente, os votos do Deputado Estadual — acho que as pessoas esqueceram que S. Ex.º é Deputado Estadual — Cleto Falcão, que vive mais em Brasília do que na Assembléia Legislativa, e toda semana vai de jato em viagem a Alagoas? As motos, as viagens?

Veja bem, Sr. Presidente, na verdade, estamos tratando de um farisaísmo moralista, porque este Governo, ao tomar essas Medidas, hipócritas e farisáticas, estabelece uma relação promíscua com a iniciativa privada. E afirmo, Sr. Presidente, num país decente, o Secretário da Administração sustentado pela iniciativa privada, qual é o nome disto? É corrupção, Sr. Presidente.

É isto que queremos denunciar, a falsidade, a hipocrisia dessas medidas eleitoreiras

de um Governo que busca fazer isso para a opinião pública, mas ao mesmo tempo estabelece...

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Permite-me V. Ex.º um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre Congressista, não cabe aparte quando se está encaminhando a votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, leia o Regimento Interno.

Concluo, Sr. Presidente. Devemos ridicularizar, no bom sentido, esse tipo de Medida, porque não objetiva uma reforma profunda deste Estado, mas sim ganhar pontos eleitorais numa massa e numa consciência sem esclarecimento nem discernimento político. Por isso, Sr. Presidente, faça este encaminhamento

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra, para encaminhar a favor, ao nobre Congressista José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, referindo-me, especificamente, a matéria que está sob exame, parece-me que — com pertinência — devo fazer referência aqui, sem me afastar dos trilhos do exame da matéria, ao pronunciamento que o nobre Líder do PMDB na Casa, Congressista Ibsen Pinheiro, fez da tribuna do Congresso Nacional. É um pronunciamento escrito, que me chegou as mãos agora, e não pude lê-lo por inteiro, apesar de ter sido breve, mas repito, Sr. Presidente, sem sair dos trilhos do exame da matéria que estamos analisando, é importante que a ele se faça referência.

Nesta oportunidade, rememoro um aparte que dei recentemente a um Senador que se despedia no Senado Federal. Eu dizia que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Parlamento, de um modo geral, são escolas de tolerância, escolas de humildade até, e não só de humildade política e de tolerância política, como de humildade de vida, de tolerância de vida. O Parlamento é a grande escola e, em qualquer nível todo Parlamentar acaba formando em si mesmo uma taxa alta de tolerância e de compreensão para com as suas próprias limitações, porque a meio metro do Parlamentar pode estar alguém que pulverize todos os seus argumentos.

Ouvimos, Sr. Presidente, o ilustre Líder da Bancada do PMDB na Casa, Deputado Ibsen Pinheiro, referir-se a fatos, que, em absoluto, aconteceram no curso das três semanas em que se operaram os debates e as votações das Medidas Provisórias no Congresso Nacional. Falou S. Ex.º em trocas fisiológicas, em escândalos, em desrespeito ao Congresso Nacional falou S. Ex.º em conspiração do Governo contra os Partidos.

Sr. Presidente, de toda a movimentação de duas ou três semanas, processou-se aqui o mais acedo das discussões que não tem para-

lelo na história desta República ou mesmo da República Velha. Nem em vinte anos de período autoritário se conseguiu, com o Ato Institucional nº 5, com o flagelo das cassações, dos exílios das torturas, com tudo o que ocorreu neste País, não se conseguiu produzir sequer uma das reformas que se processaram aqui abertamente, em pleno Estado de Direito democrático, com o Congresso funcionando em sua plenitude nestas duas semanas. Não ouvi de nenhum Parlamentar com o qual contatei — e é este o testemunho que preciso dar à Casa, que, como um todo, foi ofendida pelo pronunciamento de S. Ex.º — um só reclamo de natureza fisiológica. Pelo menos comigo, não. Não se falou em nada que pudesse diminuir a grandeza dos contatos que foram feitos, os episódios altos dos debates que aqui se feriram. Nada diminuiu a grandeza desse momento alto do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, impedido que fui de me pronunciar naquela ocasião, logo após o pronunciamento de S. Ex.º, parece-me necessário que eu coloque as coisas assim, porque o que se quer, na verdade, neste País, quando o Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro falou que devemos rejeitar os “salvadores da pátria”, o que mais se busca neste País, sobretudo agora, depois do enfrentamento dos problemas de natureza conjuntural, depois do enfrentamento dos problemas da inflação, da caminhada para o “zeramento” do déficit público, do enxugamento da máquina do Estado, da utilização efetiva do Estado para os seus fins públicos e não a serviço de grupos privados, aliados a burocratas dentro da estrutura da administração, depois de tudo isso, do êxito que se conseguiu alcançar nessa luta; é que vamos entrar num outra luta, em um segundo momento — o enfrentamento dos problemas de natureza conjuntural. Vamos, ali sim, construir uma sociedade nova; estamos reformando e modernizando o Estado, estamos enxugando a máquina do Estado, estamos dando um sentido republicano à vida política brasileira, com transparência, com comunicação, em pleno Estado de Direito. A República que nunca foi proclamada neste País, Sr. Presidente, efetivamente, caminha para ser proclamada, com a cidadania restaurada, sim, com respeito ao homem, com a construção de uma sociedade nova, que vai banir de vez a necessidade de se falar em “salvador da pátria”, ao contrário do que disse o Deputado Líder do PMDB. Pretende-se neste Governo a construção de uma sociedade aberta, livre plúrima, com o choque do capitalismo de que tanto se falou em outras tribunas.

Pretende-se com a sociedade estruturada, com o mecanismo democrático da participação política efetivamente aplicado e com a autoconstrução da sociedade aberta pretende-se dar a este País as condições para nunca mais se falar em “salvador da pátria”.

É este o País que estamos querendo construir: uma sociedade orgânica, livre, plúrima, participativa, com um Estado enxuto, com o fim de todos esses males que essas Medidas

visaram acabar. E espero que a nossa tese com relação à Medida Provisória nº 170 seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra, para falar contra, por cinco minutos, o nobre Congressista Edmilson Valentim.

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peça a palavra para questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fiquei conflitado ao ouvir o eminente Líder do Governo. O projeto de lei de conversão corta a mordomia. A Medida Provisória cria uma mordomia, acrescenta uma mordomia ao dar um carro ao Vice-Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ai são comentários. Qual é a questão, nobre Congressista?

O SR. JOSÉ COSTA — A pergunta — vou colocar a questão de ordem, Sr. Presidente — que faço é se o Líder do Governo falou a favor do projeto de lei de conversão ou se a favor da Medida Provisória. Fiquei conflitado e recorro à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se V. Ex^a acompanhou o pensamento, deve tirar uma conclusão. A Mesa não é capaz de dar o resultado a V. Ex^a

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, citado nominalmente, peça a palavra a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Devo dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, nesta condição, incumbe-me tecer algumas considerações a respeito do que o nobre Deputado falou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não. Não...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Sim, porque S. Ex^a me citou nominalmente e de maneira até depreciativa, porque, na verdade, colocou o Senador José Ignácio Ferreira como alguém que estaria em defesa de mordomias.

Sr. Presidente, exatamente se pretende, com essa Medida, o fim das mordomias. Na verdade, o que se quer é o fim das mordomias.

Aliás, alguém me lembra aqui que não devo ter medo da patrulha. Na verdade, a única patrulha a qual me rendo, reverente, é a patrulha do Regimento sob o comando de V. Ex^a. V. Ex^a com o Regimento na mão, é que sabe que tenho os meus cinco minutos para falar. E eu estou usando de um direito meu, não para o enfrentamento de uma patrulha.

O Governo não faz obstrução, Sr. Presidente, o Governo não faz obstrução, e não

a fez agora. O que ocorreu agora — reitero com toda a clareza — foi a manifestação de um ilustre Deputado, Líder de uma Bancada, que pediu a verificação de votação, no exercício do seu direito, dentro do Regimento, como, aliás, lhe é lícito fazer. Estou dentro dos meus cinco minutos e V. Ex^a sabe que eu ainda não consumi três E V Ex^a, que é o fiel guardião do Regimento da Casa, V. Ex^a que é uma das figuras da maior dignidade, é o símbolo mesmo desta Casa, que tem encarnado, neste e em outros momentos..

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — com esta postura de magistrado, guardião do texto que nos rege que é o Regimento, V. Ex^a sabe disso!

O que ocorreu com relação ao Deputado Arnaldo Faria de Sá... (Cruzam-se apartes)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa informa ao Plenário que só constará das notas taquigráficas e, por conseguinte, do Anais, o discurso de oradores a quem a Mesa conceder a palavra; os que gritam fora da autorização da Mesa, a Taquígrafia tem ordem de não incluí-los.

O Deputado José Costa fez referências à posição assumida pelo nobre Senador, porque não sabia se ele era a favor ou contra, o que lhe deu a oportunidade de, durante cinco minutos, responder. Se o Deputado José Costa não tivesse feito a acusação, eu não teria dado a palavra ao Senador.

Solicito ao nobre Senador José Ignácio Ferreira conclua o seu discurso.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Peço a V. Ex^a que me assegure os três minutos restantes.

O episódio recente não tem mais nenhuma conotação com o que está ocorrendo agora. Ocorreu que o ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá pediu verificação de votação no exercício de seu direito.

Com relação ao problema da Medida Provisória nº 170, que é exatamente o que o nobre Deputado José Costa quer saber, primeiramente é preciso colocar claro que o Governo não faz oposição.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA) — Sr. Presidente, apesar de V. Ex^a não querer tomar uma posição, peço que a tome em nome da dignidade desta Casa. Encareço a V. Ex^a tome uma posição, porque está sendo feita uma obstrução aberta. V. Ex^a já havia dado a palavra ao nobre Deputado Edmilson Valentim, para falar pelo PC do B, e o Senador está usurpando, e V. Ex^a não está intervindo. V. Ex^a é extremamente enérgico quando se trata de impedir o uso deste microfone em que estou, mas não tem a necessária energia quanto ao outro microfone, pelo qual o Governo encaminha a sua obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa repele a acusação de V. Ex^a

Em primeiro lugar V. Ex^a, para falar na forma regimental, de que tanto lança mão, deveria pedir a palavra.

Em segundo lugar, eu havia dado a palavra ao nobre Deputado Edmilson Valentim e, intempestivamente, o Deputado José Costa ocupou o microfone e fez acusações ao Senador José Ignácio. S. Ex^a tem o direito de, por cinco minutos, falar sem ser interrompido

O SR. EDMILSON VALENTIM — Esgotou o prazo, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ocorre que todas as interrupções só prolongam a intervenção.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É evidente que S. Ex^a não pode falar se os outros estiverem gritando

De modo que peço a compreensão de todos, para que se dêem a S. Ex^a os cinco minutos.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Agradeço a V. Ex^a, e peço me assegure o minuto e meio restante.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a só tem mais meio minuto.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Respondendo ao ilustre Deputado José Costa, o Governo foi quem iniciou esse processo, a Medida Provisória é que iniciou o processo legislativo. O projeto de lei de conversão é uma decorrência do fato de que se emenda a Medida Provisória. (O Sr. Presidente faz soar a campainha) Portanto, quem deflagrou esse processo de fim das mordomias foi o próprio Governo. E, por isso, a nossa tese é de votação da Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Edmilson Valentim, por cinco minutos

Agora, quem quiser criar problema, que os crie, que surja com acusações a um ou a outro. Terei sempre que dar a palavra àquele que se sentir alcançado.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B — RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para registrar a posição do nosso Partido, porque também somos a favor de se restringir essas mordomias. Só que a forma como está sendo utilizada a Medida Provisória, está, em primeiro lugar, ridicularizando a Constituição, e, em segundo lugar, ridicularizando o Congresso Nacional, por votar uma coisa como essa em termos de Medida Provisória.

Era simplesmente isso que queríamos deixar registrado, Sr. Presidente.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, pois fui citado nominalmente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vou dar a palavra a V. Ex^a para encami-

nhar V Ex' tem cinco minutos para falar a favor.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, para falar a favor tenho dez minutos, segundo a Resolução nº 1, de 1989-CN

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — São cinco minutos

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Pela Resolução nº 1 são dez minutos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V Ex' está encaminhando a votação

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Não, Sr. Presidente, na discussão são dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não é discussão, Ex', a discussão está encerrada desde ontem. Hoje é encaminhamento de votação.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Mas eu fui citado. Sr. Presidente, fui citado anteriormente pelo Senador José Ignácio Ferreira e quero dar conhecimento

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas não foi nada que ofendesse a V Ex'. Estou contando os minutos.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Quero falar regimentalmente, porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pelo art. 151 V. Ex' pode continuar falando só por cinco minutos, regimentalmente, e não dez.

(Apartes fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A perturbação só favorece aos que querem prolongar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Medida Provisória nº 170 procura justamente moralizar o serviço público. E a nossa posição, quando votamos o requerimento de preferência da Medida, era justamente no sentido de ser mantido o art. 5º, que:

“São vedadas despesas com aquisição e manutenção de veículos de representação, ressalvadas as referentes ao Presidente da República, ao Vice-Presidente da República, aos Presidentes dos órgãos do Poder Legislativo, aos ministros de Estado e dos Tribunais Superiores, e às peculiaridades dos Ministérios Militares e das Relações Exteriores”

Para mim, outra atividade era prevista na Medida Provisória, a possibilidade de aquisição de veículos. E o Deputado José Genoíno, quando fez o encaminhamento, lembrava, por exemplo, o Secretário de Administração João Santana.

Quero lembrar a S. Ex' que o Secretário de Administração alugou um carro, é um direito que ele tem. Talvez, quando apoiou a sua candidatura em 1982, não tivesse condições de poder alugar um carro. Mas, naquela

época, fez parte do apoio à sua candidatura e lá certamente S. Ex' teve oportunidade de conhecer o caráter e a índole de João Santana.

Portanto, S. Ex' não pode vir a esta tribuna querendo criticar o Secretário de Administração João Santana, seu amigo de longa data. Aliás, a **Folha de S. Paulo**, no último domingo, publica uma foto da sua campanha de 1982, em que João Santana, seu companheiro naquela época, de lutas, apoiava a sua candidatura.

Portanto, penso que S. Ex', o Deputado José Genoíno, conhece bem o caráter do Secretário de Administração João Santana, e não precisamos, agora, ficar enunciando a postura daquele que, como Secretário de Administração, vai ter a preocupação de impedir que continuem as mordomias que, certamente, contribuem para o déficit público, o qual deve ser cortado a qualquer custo, para que o Governo também dê a sua colaboração, a mesma colaboração que ele reclama de toda a sociedade, de todas as empresas privadas. Que efetivamente possamos ter um controle do déficit público no sentido de reverter os índices inflacionários que conhecíamos até 15 de março; e que acabe aquela ciranda financeira, aquela luta desenfreada que a muitos favorecia, pela sua situação econômico-financeira, em detrimento da produção.

É isso que busca todo o conjunto de Medidas que compõem o pacote econômico do Plano Brasil Novo, que visa nada mais nada menos do que sanear todas as finanças da nossa economia combatida. E que possamos, a partir de então, ter uma situação em que a produção possa prevalecer sobre a especulação e, a partir daí, todos tenham a oportunidade de promover a tão esperada, a tão decantada distribuição de riquezas. Efetivamente, é importante que isso possa ocorrer e ocorrer no tempo que todos nós temos certeza é muito pequeno. Já tarda para que tenhamos soluções, as soluções que queremos para todos aqueles que, vivendo à mingua, como vivem muitos brasileiros, possam encontrar a saída para essa crise.

Temos certeza — vou concluir, Sr. Presidente — de que a partir da implantação do Plano econômico, na sua totalidade, teremos a solução para esses casos.

E lembro ao nobre Deputado José Genoíno que fique tranquilo, que João Santana é aquele mesmo companheiro seu de 1982, e hoje, 1990, Secretário de Administração do Governo Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Congressista Bocayuva Cunha, que falará contra.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, considero esta discussão sobre automóvel oficial muito demagógica.

Inclusive minha presença na tribuna é para ler notícia de um jornal insuspeito, que vem confirmar aquilo que já se dizia aqui à boca pequena: que os secretários-gerais são mal

pagos, têm um salário pequeno, porque isto é complementado por alguém, por algum órgão. Um automóvel oficial não tem importância, pois há um empresário, uma empresa pagando.

Há um secretário de Administração aí, que está aparecendo muito nos jornais, muito simpático chamado João Santana.

Li na revista **Veja** que ele tem 32 anos, ganhava um bom salário na iniciativa privada e que agora é Secretário-Geral. Aparece nos jornais leiloando automóveis, leiloando mansões.

Vou-me limitar a ler o que está escrito na segunda página do jornal o **Globo**, de hoje, um jornal insuspeito:

EMPRESA PAGA CARRO USADO POR SANTANA

“Brasília — O opala Comodoro SL BM 3330, que é utilizado pelo Secretário de Administração João Santana, foi alugado na Interlocadora Brasal pela empresa Gazeta Mercantil Jornal S.A, que paga as despesas com a locação e motorista — diária de CR\$ 13.961 para o carro: Cr\$ 1.389 ao dia pelo motorista; Cr\$ 403 mais pelo ar condicionado e Cr\$ 38,85 pelo quilômetro rodado, segundo informou ontem o Chefe de Operações da Brasal, Carlos Neves. Ele explicou que o contrato de locação foi feito no início de março, quando a “Gazeta” recebeu o Opala BR-0648, que foi substituído por solicitação do cliente: Carlos Neves revelou o nome do cliente que alugara o carro na manhã de ontem. O Presidente da **Gazeta Mercantil**, Luiz Fernando Levy, disse desconhecer o fato.”

Assim, Sr. Presidente, fica fácil fazer demagogia com o carro oficial.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Congressista Humberto Souto, último orador para encaminhar a votação, que falará por 5 minutos.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, efetivamente, os oradores abordaram, com muita propriedade, a falta de importância da matéria para se dar ou se tentar uma vitória tão estrondosa como pretendem os Partidos de Oposição.

Ocorre, Sr. Presidente, que essa Medida foi originada porque, por uma razão qualquer, o Vice-Presidente da República ficou sem o automóvel para se locomover. E o Presidente da República, querendo dar transparência ao seu Governo, mandou para o congresso um pedido de autorização para a compra desse automóvel. Esta é a demonstração, Sr. Presidente, mais cabal da honestidade e da honradez de um Governo. Admira-me muito o Líder do PMDB, esse nobre e talentoso Deputado Ibsen Pinheiro, vir à tribuna, de maneira insólita e grosseira, assacar contra o Presidente da República, que inicia um Go-

verno transformado, exatamente, a imagem do País, para impor o sentimento de austeridade e honestidade, que já desaparecia da sociedade brasileira, na exemplificação do próprio Governo. Admira-me a atitude do Deputado Ibsen Pinheiro, que participou conosco de tantos entedimentos de maneira inteligente, e correta. S. Ex^a perdeu a principal bandeira que procurou içar dentro do programa, que era a bandeira da caderneta de poupança, para tentar reabilitar exatamente a imagem de um PMDB combatido, de um PMDB que no Governo anterior se jubilava de ter dez mil cargos negociados no Governo Sarney. É o Líder deste Partido que vem hoje assacar contra um Governo que se impõe pela honestidade, pela seriedade e pela coragem, que, junto aos institutos de pesquisa, mostra que a população brasileira dá a este governo 80% de popularidade, exatamente por ter tido coragem de cortar fundo nos mais poderosos desta Nação.

Admira-me que o talentoso Deputado Ibsen Pinheiro se tenha esquecido tão depressa de uma participação fisiológica do PMDB, que exemplificou para a Nação inteira, como se procede a barganha de cargos através do apoio político nesta Casa. Não preciso ir longe para mostrar o que digo, pois, no meu Estado de Minas Gerais, o Governador Newton Cardoso, do PMDB — do Partido desse grande Líder Ibsen Pinheiro — é hoje o detentor do maior índice de impopularidade, exatamente pela corrupção, pela barganha de favores políticos, exemplificando para o Brasil inteiro a perda de prestígio que experimenta hoje o PMDB no Brasil.

Não é S. Ex^a, o nobre Deputado Ibsen Pinheiro, como Líder do PMDB, poderia sê-lo como pessoa — que haverá de ensinar a este Governo, que inicia com a coragem de acabar com o título ao portador, que ensinava o Caixa 2, que ensinava a especulação, que ensinava o subfaturamento, e governo que atinge exatamente os poderosos, os concentradores de renda nacional. Não é o PMDB que vai ensinar este Governo a ser correto e a ser honrado. Este é o perfil do Governo Collor, é o perfil da coragem cívica, é o perfil da coragem administrativa, é o perfil do exemplo do homem que veio para mudar exatamente a negociata política e a barganha que o PMDB nos ensinou no Governo. O PMDB, que atrapalhou o Governo de Sarney através da barganha política, o PMDB, que enxovalhou a vida pública nacional nos anos em que esteve no Governo, não pode ser exemplo para um governo como o atual, que dá exemplo de coragem de dignidade e honradez, de capacidade administrativa, que trouxe ao País o programa mais ousado de todos os tempos, na busca da correção dos desníveis e das desigualdades, e que procura dar, efetivamente, o exemplo de correção e de seriedade.

É muito cedo, sobre Deputado Ibsen Pinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro. Fazendo soar a campanha.) — Peço a V. Ex^a que termine.

O SR. HUMBERTO SOUTO — Estou terminando, Sr. Presidente.

É muito cedo para que o nobre Líder do PMDB — que sentou conosco à mesa das negociações, deixando transparecer ao País que era um Partido que buscava a governabilidade, mas que, simplesmente porque perdeu o tema da demagogia da caderneta de poupança — se desespere e vá à tribuna tentando recuperar a imagem que perdeu. Não perdeu pelo comportamento pessoal de S. Ex^a, mas perdeu pela incompetência política que poderia ter levado, juntamente com as outras forças desta Casa, à melhoria de qualquer medida que se apresentasse para trazer ao País os instrumentos necessários à correção da vida econômica nacional.

Termino, Sr. Presidente, apoiando a Medida, porque esta é a nossa mensagem, é a mensagem da honestidade, da correção, da honradez, e só por isso sou Vice-Líder do Governo, para trazer a este País as reformas necessárias e o programa de mudanças de que o PMDB não foi capaz, mas que iremos trazer para a sociedade brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o projeto de lei de conversão que tem preferência sobre a Medida Provisória, sem prejuízo dos destaques.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados, passa-se à sua votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o projeto de lei de conversão queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pela Ordem.) — Sr. Presidente, como Líder do PRN no Senado Federal, peço verificação de **quorum**.

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, ainda não decorreu uma hora da última verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa já decidiu sobre isso. Não posso mudar a orientação.

O SR. TIDEI DE LIMA — Já houve questão de ordem decidida anteriormente pela Mesa do Congresso Nacional, dizendo que a verificação aconteceria... É uma só matéria, Sr. Presidente. Não houve requerimento no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — São duas Casas. Isso já foi decidido; foi

decidido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. De modo que a Mesa não pode, em 24 horas, mudar uma orientação. A Mesa mantém o direito da verificação no Senado, que pode manifestar-se livremente.

O SR. TIDEI DE LIMA — Sr. Presidente, a Casa, como um todo, ou seja, Câmara dos Deputados e Senado Federal, já fez uma verificação há menos de uma hora; não podemos separar, Sr. Presidente. A verificação que houve foi no Congresso Nacional e as Bancadas governistas se submeteram, como havia **quorum** na Câmara, a que houvesse também no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ainda há poucos dias, isso foi debatido aqui; vários oradores ocuparam a tribuna, mostrando que são duas Casas. Portanto, se houve verificação na Câmara, depois a decisão foi submetida ao Senado, foi decidido pelo voto simbólico, o Senado não pediu verificação. É direito do Senado pedir verificação, sob pena de ficar sempre sujeito à decisão da Câmara, porque a Câmara vota em primeiro lugar e, o Senado não terá nunca a iniciativa de pedir verificação. Há uma única hipótese no Regimento em que Câmara e Senado votam conjuntamente: é quando algum Parlamentar pede verificação de número. Aí, sim, tem que votar a Câmara e o Senado, porque, se no Senado não se obtiver número, cai a sessão. O nobre Deputado Miro Teixeira nesta questão é especialista. De modo que a Mesa vai fazer a verificação no Senado.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra para um questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para questão de ordem.) Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a esclarecesse se essa disposição do decurso de uma hora de verificação é da efetivação da verificação ou de requerimento; se esgotado o requerimento, ou se é a verificação realmente realizada, porque já foi requerida esta tarde a verificação no Senado. Não foi consumada. Mas o direito de requerer, esse foi esgotado.

Gostaria de saber o que diz o Regimento, porque não disponho de um agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Quem requereu, desistiu. De modo que não houve a verificação. Tenha paciência, nobre Congressista!

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, não houve desistência da verificação. Houve desistência da matéria, cuja votação estava sendo verificada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não. O Senado ainda não foi, nesta tarde, colocado nesta situação. Ele ainda não apurou a votação, conformando-se com a decisão dada pelo voto simbólico. Tanto que a maté-

ria, aprovada pela preferência na Câmara dos Deputados, foi rejeitada no Senado Federal pelo voto simbólico, e não houve requerimento de verificação

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, há uma sutileza...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não vou mudar a orientação da Mesa.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — É preciso que V. Exª esclareça se o Regimento Comum trata do requerimento de verificação, ou da consumação da verificação. Trata-se de um detalhe importante. Não custa nada ler a respeito disso

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Qual foi o prazo?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Gostaria que V. Exª esclarecesse ao Plenário a respeito disso, o que diz efetivamente o Regimento Comum do Congresso Nacional sobre isso.

O Sr. Luiz Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LUIZ EDUARDO (PFL — BA Pela ordem.) — Trata-se de uma questão já decidida por V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já é uma questão decidida anteriormente.

Vou ler o § 3º do art 45 do Regimento Comum do Congresso Nacional:

“Procedida a verificação de votação, e havendo número legal, não será permitida nova verificação antes do decurso de 1 (uma) hora.”

Evidentemente, isso ocorre em cada Casa, porque o § 1º .

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, há uma grande dubiedade nisso V. Exª tem que resolver formalmente, para que possamos prosseguir os trabalhos da sessão. O Regimento Comum não é claro

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A dubiedade seria da Mesa, nobre Congressista, se eu tivesse ontem uma decisão e hoje, outra diferente. Isso já foi levantado, neste Plenário, pelo nobre Senador Mário Covas.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Mas, Sr. Presidente, não está claro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Senador Mário Covas sustentou que a deliberação de uma Casa não importava na deliberação da outra. O debate foi travado aqui.

O que diz o § 1º desse artigo?

“Proclamado o resultado da votação de cada Casa, poderá ser feita sua verificação a requerimento de Líder, de 5 (cinco) Senadores ou de 20 (vinte) Deputados.”

Quer dizer, se começarmos, a votar uma matéria pelo Senado e este pedir verificação, a Câmara vai ficar uma hora impedida de pedir verificação? Evidentemente que não

De modo que a Mesa vai fazer a verificação no Senado.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, na verdade, é preciso que V. Exª declare qual o apoio do pedido de verificação e depois esclareça se esgota o direito de requerer verificação ou se o que esgota é a própria verificação. O Regimento é absolutamente dúbio.

Não quero atrapalhar o prosseguimento dos trabalhos, mas deixo registrado nos anais desta Casa que não há esta clareza muito grande para sabermos se prescreve o direito de requerer, ou se é a própria votação que é considerada para impedir a seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A votação não pode ser; se são duas Casas que se reúnem, cada Casa é independente para aprovar ou rejeitar; senão, fariamos uma votação conjunta.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Mário Covas, que foi citado nominalmente.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se entendi corretamente, V. Exª acabou de me citar nominalmente, dizendo que eu havia levantado uma questão de ordem baseado no seguinte: pedida a verificação de votação na Câmara, durante uma hora, seja Câmara, seja Senado, não podiam pedir uma verificação.

Foi esta a questão que levantei e foi resolvida afirmativamente por V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, não foi esta a questão

O SR. MÁRIO COVAS — Foi esta a questão que levantei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A questão que V. Exª levantou foi a liberdade de o Senado fazer a verificação.

O SR. MÁRIO COVAS — Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª entende que, quando vota a Câmara, o Senado fica de braços cruzados, e se decide pela decisão da Câmara?

O SR. MÁRIO COVAS — Não, não é votar. A questão que levantei não foi esta.

O Sr. Carlos Alberto — Não, o Senado tem que ser embrulhado, Sr. Presidente. O Senado tem que ser embrulhado pela Câmara dos Deputados...

O SR. MÁRIO COVAS — A questão que levantei naquele dia foi outra.

O Sr. Carlos Alberto — Quer dizer, a Câmara dos Deputados vota e o Senado não vota.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, não estou discutindo esta questão de ordem. Não sei sequer de que assunto se trata. Não estou a par do assunto.

Sr. Presidente, estou discutindo a questão que aconteceu outro dia, até porque V. Exª me usou para fazer jurisprudência.

Naquele dia, havia sido pedida uma verificação de votação pela Câmara. Em seguida, havia que decorrer uma hora. E o Líder do Governo, Senador José Ignácio Ferreira, pediu verificação no Senado antes de uma hora.

Discutiu-se aqui o seguinte: tendo em vista o fato de que a Câmara havia pedido verificação, o Senado estava incluído na proibição de uma hora ou não?

Eu vim à tribuna e defendi o ponto de vista de que estava incluído. Eu me lembro de o Deputado Gastoni Righi dizer: “V. Exª defendeu tudo de um jeito e concluiu de outro”. E o nobre Deputado pode declarar se estou dizendo a verdade ou não.

Eu me lembro de o Sr. Congressista Roberto Cardoso Alves me dizer a mesma coisa, quando eu saía desta tribuna.

Lembro-me dos argumentos que apresentei.

Eu disse a V. Exª que, se era verdade que não valia a hora de decursos de tempo depois do pedido de verificação na Câmara, então, se estávamos na hora de votar no Senado, quem estava levantando uma questão de ordem era um Deputado e, portanto, ele estava impedido de levantar uma questão de ordem, porque aquela hora pertencia ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Então, o engano foi meu. peço desculpas a V. Exª. Foi outro que levantou a questão.

O SR. MÁRIO COVAS — Fico agradecido pelo fato de V. Exª lembrar-se de mim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa mantém a orientação.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para contraditar, sobretudo porque fui nominalmente referido. O § 1º do art 45 é de clareza solar:

“Proclamado o resultado da votação de cada Casa, poderá ser feita sua verificação...”

Ou seja, a verificação de cada Casa. E mais, com relação ao requerimento, o ato de requerer tem que ter uma conseqüência, que seria o fato de se proceder à verificação de votação. Então, diz o § 3º: Procedida a verificação de votação”, não requerida, mas procedida, e este fato não ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vai ser realizada a verificação no Senado Federal.

Peço aos Srs. Senadores ocupem os seus lugares.

O Sr. Theodoro Mendes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. THEODORO MENDES (PMDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — sr. Presidente, apenas para esclarecer a V. Exª que entendo que todo o erro que está acontecendo é em razão do fato de se pedir verificação logo após a verificação em uma das Casas, quando o § 1º determina que, proclamado o resultado da votação de cada Casa, poderá ser feita a sua verificação

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Evidentemente, V. Exª quer que um Senador peça verificação na Câmara? Não pode. Nem um Deputado pode pedir verificação no Senado. São as duas Casas que se reúnem: aqui só há decisões conjuntas em determinadas circunstâncias; nunca uma Casa se mistura com a outra. São duas Casas que, por economia, se reúnem, sob pena de um Deputado estar pedindo verificação no Senado e um Senador pedindo verificação na Câmara. Evidentemente que isso não é razoável, é contra a lógica e contra o bom senso.

De modo que quero que o nobre Senador tenha o assentimento de cinco Senadores, para que lhe seja dado o direito de verificação. (Pausa.) Já com os Senadores José Agripino e o Carlos Alberto, que se manifestaram, são mais de cinco votos apoiando o requerimento do senador Ney Maranhão.

Vai ser realizada a verificação no Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PRN?

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE) — Sr. Presidente, encaminho que votem “não”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do Governo?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSDB?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP.) — Como líder do PSDB no Senado, eu gostaria de encaminhar “não” por uma questão de princípio, porque essa matéria não é nem urgente nem relevante. Mas vou me cingir à questão política e votar “sim”.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, apesar de não ser do Senado, sugiro a V. Exª acionar as campanhas para que os Srs. Senadores que estão em seus Gabinetes possam vir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, V. Exª não tem que opinar agora, eu estou colhendo os votos dos senadores. A Mesa vai colher os votos dos Senadores, S. Exª lá é ave estranha.

A Presidência solicita a todos os Srs. Senadores ocupem seus lugares, a fim de se verificar a verificação de votação.

Os Srs. Senadores que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

* **O Sr. Jamil Haddad** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pela ordem.) — O Partido Socialista Brasileiro do Senado votará “não” ao projeto de lei de conversão e “não” à medida provisória. A matéria não é relevante nem urgente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sr. Senadores, queiram selecionar os seus votos.

Os Srs. Senadores que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel e as chaves sob a bancada, até que as luzes diposto se apaguem.

(Procede-se à votação)

Os Srs. Senadores que não registraram seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

(Prossegue a votação)

O Sr. Dionísio Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. DIONÍSIO HAGE (PRN — PA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar a minha presença na votação anterior, e o meu voto foi “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Constará dos Anais.

Os Srs. Senadores que não votaram queiram fazê-lo

(Prossegue a votação)

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão é polêmica e existem argumentos fortes nas duas direções. Não é hora de se reabrir essa discussão, mas penso também que não podemos ficar digladiando aqui toda vez que esta questão aparecer. Assim, requero a V. Exª mande a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinar o assunto, para que se fixe uma jurisprudência, clara, definida, que oriente os trabalhos

Formulo a V. Exª este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É mais fácil V. Exª fazer um projeto de resolução esclarecendo o assunto.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Para interpretar o Regimento não preciso de projeto de resolução. Apenas requereria a V. Exª, eu formularia apenas um recurso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode ser folha de patifeira, ao sabor do vento, ora numa direção, ora em outra. A Mesa tem a sua decisão e a mantém. Isto não é o Congresso. O Con-

gresso é apenas a reunião das duas Casas, está não só na Constituição, como no Regimento. Cada Casa é independente, por isso é que falam os Líderes do Senado, quando a votação é do Senado; quando a decisão é da Câmara, falam os Líderes na Câmara. V. Exª não orienta, por exemplo, a decisão do Senado; quem orienta são os Líderes, porque são duas Casas distintas.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Sr. Presidente, na semana passada, e não posso precisar o dia a V. Exª, porque estávamos aqui com inúmeras votações, houve decisão no sentido exatamente oposto, em uma discussão provocada pelo Deputado José Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não houve decisão, e posso dizer a V. Exª que houve um grande debate, mas não houve decisão final. O ponto de vista da Mesa é que, sendo duas Casas, o Senado não pode subordinar-se a uma decisão da Câmara, nem a Câmara deve subordinar-se a uma decisão do Senado. São duas Casas que se reúnem e cada um vota em separado.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Para evitar mal-entendidos futuros, recorro da decisão de V. Exª. Não gostaria de fazê-lo. Preferiria até que V. Exª,...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Gostaria até que V. Exª fizesse.

O SR. MIRO TEIXEIRA — ... mas recorro, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examine a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa encaminhará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Muito obrigado.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, aproveitando o processo de votação, indago a V. Exª quantos Senadores pediram a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Posso dizer a V. Exª que o Senador Ney Maranhão pediu e o acompanharam o Senador Carlos Alberto, pelo PTB, e o Senador José Agripino. Mais do que 5.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Esse pedido soma quantos Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Senador José Agripino é o Líder do PFL.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Porque não é possível que tenhamos menos presença do que os que requereram a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas isso não posso evitar. Se estiverem presentes os Senadores José Agripino e Ney Maranhão, já são mais de 5. E vejo aqui o Senador Ney Maranhão e o Senador...

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Mas eles pediram como Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª não negará. V. Exª conhece, o PFL no Senado tem mais de 5 Senadores. Bastaria o Senador José Agripino pedir, não precisaria o reforço do Senador Carlos Alberto, nem do Senador Ney Maranhão

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — O pedido de verificação, Sr. Presidente, é com o peso da Liderança, quer dizer, um Líder pede, ele representa os seus liderados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Claro

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Agora, pergunto se os liderados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Isso não posso saber. Nunca sei. Não vou pedir. Nós vamos constatar na verificação.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Então, é um processo ilusório!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — E quando o Líder Ibsen Pinheiro pede uma verificação, vou exigir que S. Exª tenha presentes os cento e tantos Deputados para falar por S. Exª? Evidentemente que não.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Mas o Regimento Comum tem disposição sobre isso.

O art. 45, Sr. Presidente, diz:

“Art. 45. Na votação pelo processo simbólico, os congressistas que aprovaram a matéria deverão permanecer sentados, levantando-se os que votarem pela rejeição. O pronunciamento dos Líderes representará o voto de seus liderados presentes, permitida a declaração de voto.”

Então, quer dizer que a manifestação de Líder só vale para os presentes. Assim, teríamos que saber quantos presentes temos, dos Partidos que requereram, para saber se realmente poderiam fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª me permite, eu estou no Congresso Nacional desde 1945, nunca vi isso! Tenho quase 40 anos de vida parlamentar. Seria uma inovação

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — É porque o Regimento é novo, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, ao contrário, esse Regimento é velho, nós é que precisamos fazer um Regimento novo. Está nomeada uma Comissão para oferecer o anteprojeto (Pausa.)

A Mesa prorroga a sessão por duas horas. (Pausa.)

Peço aos Srs. Senadores que votem. Todos os Srs. Senadores já votaram?

O Sr. José Fogaça — Ainda não, Sr. Presidente, há Senadores que se estão dirigindo dos seus Gabinetes para este Plenário. Portanto, peço a V. Exª seja tolerante.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa será tolerante.

O Sr. José Fogaça — E gostaria de colocar junto a V. Exª a seguinte questão de ordem.

V. Exª tem razão, o pedido de verificação por parte do PFL é plenamente válido. O PFL conta com número para este fim.

Agora, o pedido de verificação não é da essência do cargo de Líder, porque há Líderes que sozinhos não podem fazê-lo; depende do número de Parlamentares que a Bancada possui. Neste caso, é preciso levar-se em conta o número de Parlamentares, é preciso contabilizar o número que deu apoio ao Líder, para que o pedido fosse feito, sob pena de não termos aqui a observância do próprio Regimento. Ou seja, a Liderança do PFL tem o direito de fazer o pedido de verificação. A que não tem direito é não dizer quantos Parlamentares estão dando apoio ou sustentação a esse pedido, porque, se assim fosse, o Líder do PSB também poderia fazê-lo, o Líder do PTR também poderia fazê-lo, ou qualquer Partido, e não pode. Não é da essência e da condição de Líder. É do Partido e do número de Parlamentares que o Partido possui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Veja V. Exª a letra do Regimento. O pedido de verificação pode ser feito a requerimento do Líder, ou de cinco Senadores, ou ainda de vinte Deputados, de Líder que represente no mínimo cinco Senadores. Muitas vezes o Senador Jamil Haddad tem pedido verificação e o Senador José Ignácio Ferreira o apóia. S. Exª é líder, mas não representa cinco votos.

Então, qualquer Senador pode pedir, e esses cinco votos têm que ser expressos.

Desde que o Líder fale e seja Representante de mais de cinco Senadores, não é preciso outra verificação.

O Sr. José Fogaça — Para efeito de contabilização de presença, V. Exª tem que considerar isto, ou seja, se não houver cinco nomes do PFL no painel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do PFL, não posso dizer..

O Sr. José Fogaça — Mas V. Exª os trata que contabilizar a mais, para efeito de presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Veja V. Exª: aí estão presentes o Líder do PTB, o Líder do PFL, o Líder do PRN, e, desta forma, pelo menos três Líderes pediram a verificação, somados. Evidentemente, só aí temos três, e mais dois que são invítáveis, são cinco.

O Líder do Governo está presente, portanto...

O Sr. Virgildásio de Senna — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PSDB) — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, peço a V. Exª a palavra pela ordem para um pedido de informação.

Tenho, Sr. Presidente, reiteradamente, encaminhado a Mesa, a V. Exª e ao nobre Senador que o substitui na Presidência, pedido de informação sobre o Regimento Comum desta Casa, que tem sido dirigido arbitrariamente, por falta de Regimento, ao entendimento de V. Exª.

Ora V. Exª decide com o Regimento — há poucos instantes, e na discussão de ontem, ao arpejo do art. 34 do Regimento Comum, que ora prevalece, ora não. V. Exª, na elaboração da Ordem do Dia, deu preferência a discussões, em vez de à votação. Decidiu V. Exª que o Regimento não vale quando o Líder pede a palavra e o Regimento declare o tempo de que ele dispõe para falar. A Mesa não tomou qualquer deliberação, nem baixou nenhuma resolução estabelecendo novas normas.

O pedido de informação que formulo a V. Exª é o seguinte: qual é essa Comissão secreta que está elaborando o novo Regimento? Quem são esses Parlamentares que há dois anos, desde 5 de outubro de 1988 até agora, não foram capazes de elaborar um anteprojeto do Regimento Comum para que esta Casa discuta a desordem que se estabelece na Casa?

Permita V. Exª que o diga, a despeito da boa vontade de V. Exª em conduzir os trabalhos, essa situação resulta da falta de regimento. Enquanto esta Casa não tiver um Regimento Comum e todos os Parlamentares saibam como devem comportar-se, as sessões serão conduzidas da forma detrimetosa e as vezes até, permita-me V. Exª que o diga, com o respeito que V. Exª me merece, de forma lamentável para todo o Congresso Nacional, que transforma tudo numa balbúrdia, porque não há Regimento Comum que diga a cada um dos Parlamentares — Senadores e Deputados, como devem comportar-se. Este Plenário está sendo tutelado e tutorado pela Presidência no encaminhamento de todo o processo, de todas as votações feitas nesta Casa.

Encerro, pedindo a V. Exª, encarecidamente, para a boa ordem dos trabalhos, que este Regimento seja, tão pronto quanto possível, votado pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa está providenciando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Regimento, mas é evidente que este Projeto é preterido pelas Medidas Provisórias e pelos vetos. De modo que se pode colocar na Ordem do Dia, mas passará muito tempo para se iniciar sua votação.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pela ordem) — Faz quase vinte minutos que estamos aqui pedindo o encerramento desta votação, Sr. Presidente.

O Sr. Mansueto de Lavor — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pediria a V. Exª para que, de acordo com o Regimento, acionasse as campanhas. V. Exª sabe que realmente os Senadores ficam aqui de “molho”, esperando, uma vez por dia, serem convocados para uma votação. É natural que alguns fiquem nos Gabinetes.

Então, por vinte minutos, pediria que acionasse as campanhas, para que os Senadores possam estar aqui. O Regimento fala em dez minutos, mas, pelo menos, que durante uns quinze minutos fossem acionadas as campanhas, porque há quorum na Casa; os Senadores, em sua maioria, estão na Casa. Peço a V. Exª, então, para providenciar o acionamento das campanhas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa tem sido tolerante. Há vários minutos terminou a votação no Senado. A Mesa está prolongando o processo de votação, para que cheguem os Srs. Senadores, mas não pode prolongá-lo indefinidamente.

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Pela ordem) — Sr. Presidente, enquanto os Senadores não chegam, quero comunicar que, na votação anterior, se estivesse presente, votaria “não”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores que se encontram em seus Gabinetes, estão ouvindo a proclamação do Presidente.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram na Casa venham ao Plenário, para votar. Há uma votação nominal.

O Sr. Carlos Alberto — Sr. Presidente, a sessão foi suspensa?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, a Mesa está fazendo uma convocação aos Srs. Senadores que ainda não votaram que o façam.

A Mesa, ainda há pouco, permitiu que se demorasse o tempo bastante para que os Srs. Deputados que não estavam presentes comparecessem.

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, não é possível que, numa quarta-feira de trabalho como esta, não esteja aqui um Senador que represente o Piauí, o Maranhão, o Pará, Tocantins. É um absurdo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está chegando mais um Senador

O Sr. Tidei de Lima — Veja, Sr. Presidente, o Senador Marcondes Gadelha chegou aqui e não vai votar, vai embora. É uma

afronta aos interesses da Nação a serem decididos aqui nesta tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa, no momento, quer ressaltar que não pode julgar o Senado por Senadores de um ou outro Estado. O Senado, como a Câmara, é uma Casa independente, que deve merecer o respeito da outra.

O Sr. Ronaro Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RONARO CORRÊA (PFL — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, apenas para comentar que já aprendi, de há muito, apesar de ser recente nesta Casa, que é legítimo o direito de obstrução. É um instrumento parlamentar como outro qualquer e, curiosamente, os que mais se valem desse processo e desse instrumento são os que mais reclamam neste momento em que ele vem sendo utilizado por uma outra facção do pensamento doutrinário ou ideológico ou partidário.

É óbvio, Sr. Presidente, que, quando se está na Casa, e quando há sessão plenária, é preciso da função parlamentar estar no Plenário. Por outro lado, se o Parlamentar está no Plenário e não deseja votar, é um direito dele assim proceder.

Então, sugeriria a V. Exª e, mais do que isso, peço a V. Exª que encerre este processo de votação, porque é perfeito que já foi dado prazo razoável, a partir de cujo momento fica quase que um desrespeito àqueles que aqui estão. Passa a ser uma homenagem aos ausentes, em detrimento da presença dos que aqui se encontram.

É a colocação que faço a V. Exª, Sr. Presidente.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Pela ordem) — Sr. Presidente, quero registrar o meu voto “não”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Será registrado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa dará cinco minutos mais, como o fez em outra oportunidade; depois encerrará a votação

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (PRN — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, peço seja registrada a minha presença, já que não pude comparecer à votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa consignará o voto de V. Exª

O Sr. Carlos Alberto — Sr. Presidente, são 18 horas e 35 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sei. Às 18 horas e 40 minutos, a Mesa encerrará a votação. Ela não pode ficar a noite toda em Plenário.

O Sr. Ibsen Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Exª

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Para a questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, dentro do tempo que V. Exª concede para o aguardo dos Srs. Senadores, gostaria de ponderar, sem a intenção de atacar a decisão da Mesa, mas deixar para a ponderação de V. Exª, que sei que é homem atento e preocupado com as questões desta Casa. Quanto aos efeitos da decisão de V. Exª a respeito da dualidade de verificações de votação, conforme a Casa em que se verifica, entendo que esta decisão não é insólita, não é aberrante, não conflita com os textos e, por isso, entendo que é uma decisão razoável. No entanto, permita V. Exª consignar o meu juízo de que não é a mais razoável, não é a mais adequada. V. Exª considerou a bicameralidade e este é um dos fatores. V. Exª deveria considerar, com todo o respeito, o funcionamento das duas Casas, em Congresso Nacional, constituindo, por isto, uma unidade, que se deve regular por regras próprias e, aí, Presidente Nelson Carneiro, ponderaria a V. Exª dois fatores. Primeiro, a verificação se faz por matérias, segundo, a verificação se subordina a um interstício fixado para o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, amanhã ou depois o meu interesse político estará nessa ou naquela direção. Não estou falando pelo interesse político do meu Partido nesta votação. Apenas gostaria que se considerasse a tradição de que as verificações estabelecem interstício para as duas Casas do Congresso Nacional. Entendo que esta verificação, que agora se faz, também produziria esse efeito, desde que a matéria fosse à votação — não é o caso — na outra Casa do Congresso Nacional. Entendo mais, Sr. Presidente, que a solução literal nós a daremos no próximo texto que vamos fazer, que será o futuro Regimento Comum do Congresso Nacional.

Apresto-me para defender ali a tese de que a verificação em uma das Casas, com a votação subsequente na outra, pelo critério da votação simbólica, estabelecerá o interstício para as duas Casas. Não porque isto convenha a uma ou a outra das posições políticas, mas porque me parece que aquela que protege um duplo interesse, que no interstício se conte por matéria e que o interstício ocorra por uma hora.

A interpretação de V. Exª, com todo respeito, estabelece a possibilidade de o interstício durar de 1 minuto a 59 minutos. E me parece, o bem que se procura tutelar, o interstício que o Regimento Comum estabeleceu.

É ponderação que faço, não para que V. Exª a decida, já há a decisão de V. Exª, que acato, mas para contribuir para o exame de todos faremos a seguir, no Regimento Comum que vamos redigir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vou responder à questão de ordem.

A proposta da Constituição é que as duas Casas sejam independentes. Tanto que o projeto aprovado numa Casa vai a outra para receber emendas, e volta à inicial. E um projeto que sai da Câmara e é arquivado no Senado, evidentemente não volta à Câmara.

O que a Constituição quer é que as duas Casas se reúnam na mesma oportunidade por economia processual. Tanto que, quando ela se refere à emenda constitucional, manda que, primeiro, vote a Casa onde surgiu a emenda constitucional, ali seja votada duas vezes, e, se for aprovada duas vezes na Casa de origem, passe à outra Casa, para que a outra Casa, independentemente, vote duas vezes. E, só então, converte-se em emenda constitucional. Na Constituinte, o processo era diverso, nos termos do ato convocatório. Somam-se os votos de Deputados e Senadores. Agora, ilustre Líder, estaríamos numa situação em que ou se confundiriam todos, votariam Deputados e Senadores de uma vez só, com prejuízo para a Representação do Senado, que não é igual à representação da Câmara, inclusive porque tem origem diversa, ou, então, teríamos que tratar a Câmara e o Senado como duas Casas separadas. E isso mesmo é que temos feito. V. Exª mesmo não pode pedir a verificação no Senado, nem um Senador pode pedir verificação na Câmara. Quando o debate está travado entre Senadores, Deputado não pode interferir. Quando está na Câmara, nenhum Senador pode interferir. De modo que estas duas são duas Casas que se reúnem, por economia processual. O natural seria que uma votasse e mandasse a proposição para exame da outra. Mas, como as Casas se reúnem na mesma Casa e no mesmo momento, elas podem votar uma após outra mas separadas. Elas não se confundem. Lá, são os Senadores que são eleitos pelo voto popular, mas não representam diretamente o povo, representam os Estados.

Então, é esta a diferença que impossibilita que se misturem duas coisas diferentes.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Daí por que a Mesa tem...

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Agora, estamos no Senado. Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, a obstrução é um direito regimental. Mas há necessidade que fique claramente configurado que, na tarde de hoje, essa obstrução foi feita pela Bancada governista.

Entendo até que reuniões do Congresso se tenham realizado à tarde, em razão do grande número de Medidas que existiam nesta Casa. Porém, a Câmara e o Senado não estão podendo mais realizar sessões. Estamos transformando a Câmara e o Senado no regime de unicameralidade e que, a partir de agora, as sessões do Congresso voltem a ser em horário em que não haja sessões da Câmara e do Senado. Caso contrário, não votaremos Medidas aqui e a Câmara e o Senado não conseguirão número para realizar as sessões.

Conclamo V. Exª para que, a partir deste momento, não marque mais sessões do Congresso no horário de funcionamento normal da Câmara e do Senado, porque a Câmara e o Senado não têm conseguido reunir-se, e matérias importantes estão para ser votadas.

De maneira que peço a V. Exª que, a partir de agora, volte a convocar as sessões do Congresso, como eram feitas antigamente, a partir das 18 horas e 30 minutos, ou das 19 horas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa esclarece a V. Exª que convocou a sessão para às 14 horas e 30 minutos de hoje, exatamente para que houvesse tempo de serem votadas as Medidas cujo prazo terminava hoje. Se iniciássemos essa discussão às 19 horas, antes de 24 horas não estaria esgotada a votação. Então, recairia sobre o Congresso o fato de não ter votado as medidas.

O cuidado da Mesa foi exatamente no sentido possibilitar a votação. Por isso, conseguiu a Câmara votar às 14 horas e 30 minutos, para que, depois, se necessário, prolongar até às 24 horas.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra para questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a questão de ordem que formulei a V. Exª será breve.

Na votação da Câmara dos Deputados, V. Exª tomou a decisão de que, a partir daquele momento, seria constatada, para efeito de quorum, a presença dos Srs. Congressistas em Plenário. Esteve aqui presente e saiu o Senador Marcondes Gadelha. V. Exª computa, para efeito de quorum, a presença do Senador?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sim, vou contar a presença do Senador Marcondes Gadelha.

Não há quorum para deliberação no Senado Federal.

Nestas condições, a apreciação da matéria fica sobrestada. Igualmente, ficam adiadas os demais itens da pauta, todos em fase de votação.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é adiada:

— 2 —

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 172,
DE 17 DE MARÇO DE 1990**

Votação, em turno único, da medida provisória nº 172, de 17 de março de 1990, que altera a medida provisória nº 168, de 15 de março de 1990, que institui o cruzeiro e dispôs sobre a liquidez dos ativos financeiros, e dá outras providências, tendo

PARECER proferido em plenário pelo Deputado Nilson Gibson, pela aprovação da medida provisória e pela rejeição das emendas apresentadas. (Mens. nº 58/90-CN.)

Prazo: 18-4-90

— 3 —

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 173,
DE 18 DE MARÇO DE 1990**

Votação em turno único, da medida provisória nº 173, de 18 de março de 1990, que dispõe sobre a não concessão de medida liminar em Mandatos de Segurança e em Ações Ordinárias e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 33, de 1990-CN, da Comissão Mista, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 1990, e pela rejeição das emendas apresentadas, com voto vencido do Deputado Egidio Ferreira Lima. (Mens. nº 59/90-CN.)

Prazo: 18-4-90

— 4 —

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 174,
DE 23 DE MARÇO DE 1990**

Discussão, em turno único, da medida provisória nº 174, de 23 de março de 1990, que modifica os arts. 11, 12, 13 e 18 da medida provisória nº 168, de 15 de março de 1990, tendo

PARECER proferido em plenário pelo Deputado Nilson Gibson, pela aprovação da medida provisória e pela rejeição das emendas apresentadas. (Mens. nº 61/90-CN.)

Prazo: 25-4-90

— 5 —

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 175,
DE 17 DE MARÇO DE 1990**

Discussão, em turno único da medida provisória nº 175, de 27 de março de 1990, que declara nulas e de nenhuma eficácia as Medidas Provisórias nº 153 e 156, ambas de 15 de março de 1990, e dá outras providências, tendo

PARECER proferido em plenário pelo Senador Antônio Luiz Maya, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1990, incorporando a Emenda nº 1 e a nº 2, em parte. (Mens. nº 62/90-CN.)

II

Vetos Presidenciais

— 6 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 56, DE 1989**

(Nº 3.362/89, na origem)

Votação, em turno único; do veto parcial apostos ao Projeto de Lei da Câmara nº 56,

de 1989 (nº 3.362/89, na origem), que “concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento”, tendo

RELATÓRIO, sob nº 4, de 1990-CN, da Comissão Mista.

Parte vetada: art. 4º do projeto. (Mensagem nº 2/90-CN.)

Prazo: 22-3-90

Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

— 7 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 58, DE 1989

COMPLEMENTAR

(Projeto de Lei Complementar
nº 118/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1989 — Complementar. (Projeto de Lei Complementar nº 118/89, na origem), que “estabelece normas sobre a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente às exportações”.

Partes vetadas: § 1º do art. 3º; — art. 7º do projeto. (Mensagem nº 3/90-CN.)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

8 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 57, DE 1989

(Nº 1.485/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1989 (nº 1.485/89, na origem), que “altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”.

Parte vetada: — § 2º, acrescido pelo art. 1º do projeto ao art. 11 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

(Mensagem nº 04/90-CN.)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 9 —

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 1989-CN

Votação em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 74, de 1989-CN,

que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28.735.088,00, para os fins que especifica”.

Parte vetada: restauração da Rodovia Paranaguá — Foz do Iguaçu BR/277-PR — (Km 4 0 5 — Km 4 3 6) — Código 27202.16885395.167 constante do Anexo II. (Mensagem nº 05/90-CN)

Prazo: 22-3-90.

Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 10 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 45, DE 1989

(Nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1989 (nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados), que “institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências”. Partes vetadas:

— § 1º e seus incisos, do art. 2º;

— § 2º do art. 2º;

— § 1º do art. 6º;

— § 2º e seus incisos, do art. 6º; e

— § 3º e seus incisos, do art. 6º do projeto.

(Mensagem nº 06/90.)

Prazo: 22-3-90.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 11 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 32, DE 1989

(Medida Provisória nº 100, de 1989)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1989, que “prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7.770, de 11 de maio de 1989”.

Parte vetada: parágrafo único do art. 1º (Mensagem nº 248/89-CN.)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 12 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 92, DE 1989

(Nº 991/88, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1989 (nº 991/88, na origem), que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências”.

Partes vetadas: arts. 12, 13 e 14; inciso III do art. 16; incisos I, XII, XIII, XV e XVI, do art. 19; art. 26; e parágrafo único do art. 28. (Mensagem nº 8/90-CN.)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O Sr. Adhemar de Barros Filho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PRP — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto “não” na última votação.

O Sr. Leomar Quintanilha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PDC — TO. Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para registrar meu voto “sim” na última votação.

O Sr. Albérico Cordeiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALBÉRICO CORDEIRO (PFL — AL. Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando outra a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 97

(janeiro a março de 1988)

Está circulando o nº 97 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 342 páginas, contém as seguintes matérias:

Os cânones do direito administrativo — **J. Cretella Júnior**

A Constituição e a administração pública na Itália — **Umberto Alegretti**

Constituição portuguesa — **Celso Bastos**

Perspectivas da organização judiciária na futura Constituição Federal — **José Guilherme Villela**

Ministerio Público do Trabalho — **José Eduardo Duarte Saad**

A renegociação da dívida externa e o respeito à soberania nacional — **Arnoldo Wald**

Recurso em matéria tributária — **Geraldo Ataliba**

Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública — uma análise sistêmica — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto**

O acidente de Goiânia e a responsabilidade civil nuclear — **Carlos Alberto Bittar**

O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro — **Clóvis V. do Couto e Silva**

O nascituro no Código Civil e no direito constituído do Brasil — **Silmara J. A. Chinelato e Almeida**

Deformalização do processo e deformalização das controvérsias — **Ada Pellegrini Grinover**

Os meios moralmente legítimos de prova — **Luís Alberto Thompson Flores Lenz**

Provas ilícitas no processo penal — **Maria da Glória Lins da Silva Colucci e Maria Regina Caffaro Silva**

Decreto-Lei nº 201/67 *jurisdicionalização do processo ou liberdade procedimental?* — **José Nilo de Castro**

Pontes de Miranda, teórico do direito — **Clovis Ramalhe**

Espaço e tempo na concepção do direito de Pontes de Miranda — **Nelson Saldanha**

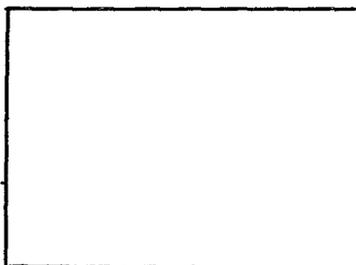
Norberto Bobbio e o positivismo jurídico — **Alaor Barbosa**

Direito Educacional na formação do administrador — **Edivaldo M. Boaventura**

Os direitos conexos e as situações nacionais — **José de Oliveira Ascensão**

O contrato de edição gráfica de obras escritas e musicais — **Antônio Chaves**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I,
22º andar —
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 211-3578 e 211-3579



Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 101

(Janeiro a Março de 1989)

Está circulando o nº 101 da Revista de Informação Legislativa, periódico-trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 332 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

O Processo Legislativo nas Constituições Federais brasileiras — *Raul Machado Horta*

O Poder Legislativo na nova Constituição brasileira — *Senador Irapuan Costa Junior*

O Supremo Tribunal Federal na nova Constituição — *Ministro Sydney Sanches*

A Justiça Militar na nova Constituição brasileira — *Antônio Geraldo Peixoto*

As relações internacionais na ordem constitucional — *Paulo Roberto de Almeida*

Da competência internacional da Justiça do Trabalho — *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Competência legislativa concorrente dos Estados-Membros na Constituição de 1988 — *Paulo Luiz Neto Lobo*

O Poder Legislativo, temporalidade e espaciologia — *Paulo Jacques*

Constituição: uma tentativa de compreensão — *José Roberto Fernandes Castilho*

Mandado de injunção e inconstitucionalidade por omissão — *Adhemar Ferreira Maciel*

O Poder Legislativo e o Direito de Autor — *Carlos Alberto Bittar*

Fiscalização e controle do Executivo pelo Legislativo — *Rosinethe Monteiro Soares*

Sistemas constitucionais estrangeiros e órgãos de controle financeiro e orçamentário — *Vitor Rolf Laubé*

Fundações Públicas — *Maria Sylvia Zanella Di Pietro*

O regime de acumulação na Constituição de 1988 — *Corsíndio Monteiro da Silva*

Juizado de instrução — *Álvaro Lazzarini*

Desporto constitucionalizado — *Álvaro Melo Filho*

Os efeitos da conversão sobre a economia brasileira e o mercado de capitais —

Balanço de um semestre — *Arnoldo Wald*

Cláusulas de Jurisdicción y Legislación aplicable en los contratos de endeudamiento externo de los Estados Latinoamericanos — *Jürgen Santleben*

No Centenário da República: um balanço econômico — *Mircea Buescu*

PUBLICAÇÕES

— Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência ECT do Senado — CGA 470775.

Assinatura para 1989
(nºs 101 a 104):

Deixamos de atender pedidos pelo reembolso postal, em virtude de preço das publicações desta Subsecretaria serem abaixo do mínimo exigido pela ECT, para remessa através do referido sistema.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS